



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA

Ilha de Moçambique - patrimônio mundial e turismo no bazar
global dos lugares

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA

3. Título do trabalho

ILHA DE MOÇAMBIQUE - PATRIMÔNIO MUNDIAL E TURISMO NO BAZAR GLOBAL DOS LUGARES

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA**, **Usuário Externo**, em 05/02/2024, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamaso**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 00:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4363044** e o código CRC **A311343D**.

PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA

**Ilha de Moçambique - patrimônio mundial e turismo no bazar
global dos lugares**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia Social.

Linha de pesquisa: Etnografia dos patrimônios, memórias, paisagens e cultura material.

Orientadora: Professora Doutora Izabela Maria Tamaso

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Paiva, Pedro Henrique Baima
Ilha de Moçambique [manuscrito] : patrimônio mundial e turismo no bazar global dos lugares / Pedro Henrique Baima Paiva. - 2024.
xii, 185 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Izabela Maria Tamaso.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas.

1. Unesco. 2. África. 3. Memória. 4. Colonialismo. 5. Planejamento urbano. I. Tamaso, Izabela Maria, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 003/23-D da sessão de Defesa de Tese de **PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA**, que lhe confere o título de Doutor em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2023, às 14:00 horas, na Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de PEDRO HENRIQUE BAIMA PAIVA, intitulada *ILHA DE MOÇAMBIQUE - PATRIMÔNIO MUNDIAL E TURISMO NO BAZAR GLOBAL DOS LUGARES*. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Izabela Maria Tamasso (PPGAS/UFG - presidente); Sara Santos Morais (UNICAMP); Cornelia Eckert (UFRGS - membro externo); Manuel Ferreira Lima Filho (PPGAS/UFG - membro interno); Ema Cláudia Ribeiro Pires (PPGAS/UFG - membro interno); Luis Felipe Kojima Hirano (PPGAS/UFG - suplente). O candidato apresentou seu trabalho, foi arguido pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído ao doutorando o seguinte resultado: **aprovado** pelos seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e os/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamasso, Professora do Magistério Superior**, em 25/05/2023, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ema Claudia Ribeiro Pires, Professor do Magistério Superior-Visitante**, em 25/05/2023, às 23:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Ferreira Lima Filho, Professor do Magistério Superior**, em 12/12/2023, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 19/12/2023, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3777095** e o código CRC **879D07D9**.

Referência: Processo nº 23070.029826/2023-27

SEI nº 3777095

Dedico essa tese a todo povo moçambicano, em especial aos moradores da Ilha de Moçambique que carinhosamente me receberam e fazem parte da minha vida.

À minha mãe Carmem e ao meu irmão Luis Gustavo.

À Ivana Micheli, meu amor.

À minha filha Clara e ao meu pai Dilson que faleceram durante os anos de doutoramento.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora **Izabela Tamaso** por me guiar com sabedoria e paciência nessa longa jornada de concepção dessa tese de doutorado.

Agradeço a minha esposa **Ivana Micheli** que me apoiou em todos os momentos e compartilhou comigo todas as alegrias e as tristezas do doutorado.

Agradeço minha mãe **Carmem Baima** que sempre me apoiou e me estimulou no caminho dos estudos dando todo suporte material e emocional desde os primeiros anos escolares.

Agradeço a meu irmão **Luis Gustavo** que é para mim fonte de inspiração e amor.

Agradeço minha família que também sempre torceram por mim e comemoraram cada conquista da minha vida.

Agradeço aos meus queridos professores e professoras da Faculdade de Ciências Sociais por me permitir transformar minha vida através de seus ensinamentos, dos quais destaco a Professora **Izabela Tamaso** e o Professor **Manuel Lima Filho**.

Agradeço meus colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pelos anos de pesquisa e estudo que compartilhamos, dos quais destaco Senhor **Osmar Custodio** e **Gleudson Oliveira**.

Agradeço meus amigos por compreender meu esforço e dedicação, e peço desculpas pelos anos de distanciamento e inúmeras ausências.

Agradeço meus colegas de trabalho, alguns deles também amigos, que acompanharam a evolução dos meus estudos e pesquisas e as usam como referência para elaborar políticas públicas no município de Goiânia, dos quais destaco **Laura Wiederhecker**, **Kaite Araújo** e **Gabriel Tenaglia**.

Agradeço os professores e professoras da Universidade Lúrio em Moçambique pela receptividade e apoio durante meu período em campo na Ilha de Moçambique, dos quais destaco o professor e amigo **Claudio Zunguene** e o então diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas professor **Camilo Cuna**.

Agradeço com ênfase o amigo **Claudio Zunguene** e sua família por ter se esforçado para que eu me sentisse bem na Ilha de Moçambique e por ter me recebido em sua casa de maneira tão carinhosa.

Agradeço a amiga e escritora **Taiane Santi Martins** que compartilhou pesquisas e equipamentos durante minha estadia na Ilha de Moçambique.

Agradeço a **Dona Kero** e sua família pela gentil hospedagem e atenção dada a mim na Ilha de Moçambique.

Agradeço o **Djordan** e sua família por me hospedar e procurar me mostrar seu cotidiano na cidade de Macuti na Ilha de Moçambique.

Agradeço o amigo **Didi** por me conceder entrevistas e se dispor em me levar em suas obras e nos locais de retirada de rochas no continente.

Agradeço o xeique e amigo **Hafiz Jamu** por todos os ensinamentos e entrevistas concedidas na Ilha de Moçambique.

Agradeço o amigo **Edy** por ser meu guia, por conceder entrevistas e proporcionar contatos importantes durante o trabalho de campo na Ilha de Moçambique.

Agradeço às crianças da Ilha de Moçambique que eram companheiros diários pela Ilha de Moçambique trazendo sempre momentos de alegria e descontração, do qual destaco **Abduli, Zunguza e Fabito**.

Agradeço todo povo da Ilha de Moçambique por me receber de forma carinhosa e atenta, sempre dispostos a me levar aos lugares, responder minhas perguntas e traduzir o emakhuwa.

Agradeço aos alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique por me permitirem trabalhar com eles e aprender um pouco mais sobre suas culturas.

Agradeço também as inúmeras pessoas não nominadas aqui que contribuíram de alguma maneira para a realização dessa pesquisa.

Agradeço as instituições:

Universidade Federal de Goiás.

Faculdade de Ciências Sociais.

Prefeitura de Goiânia.

Agência Municipal de Meio Ambiente.

Universidade Lúrio.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Unilúrio.

ARPAC – Arquivo do Patrimônio Cultural.

GACIM – Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique.

Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique.

Conselho Autárquico da Cidade da Ilha de Moçambique.

Resumo

A cidade sempre foi um objeto de pesquisa importante para lançar luz sobre as relações sociais e políticas que mediam a vida em sociedade. Com as transformações provocadas pela revolução industrial e posteriormente pela globalização, a influência do capital estrangeiro nas economias nacionais provocou uma revolução nas relações internacionais e nas políticas públicas locais. Entre as políticas públicas que nos permitem compreender melhor essas relações econômicas transnacionais que têm marcado o mercado global nas últimas décadas, destacam-se as políticas patrimoniais, pois lançam luz sobre as estruturas ainda coloniais que perduram entre o norte e o sul global. A partir do trabalho etnográfico realizado na Ilha de Moçambique sobre (1) as leis e resoluções da política patrimonial, (2) as casas e os conflitos envolvendo a sua conservação e moradia, (3) a audiência pública de planejamento urbano, (4) o turismo e o trabalho na ilha, (5) a casa do xeique, (6) as eleições presidenciais e (7) as festas, além de um diverso referencial bibliográfico e da produção compartilhada de vídeos e imagens fotográficas é que essa tese pretende apontar pistas para compreender os efeitos dessas políticas internacionais na vida das pessoas e do planejamento urbano nos sítios considerados patrimônios mundiais.

Palavras-chave: Unesco. África. Memória. Colonialismo. Planejamento urbano

Abstract

The city has always been an important research object to shed light on the social and political relations that mediate life in society. With the transformations brought about by the industrial revolution and later by globalization, the influence of foreign capital on national economies provoked a revolution in international relations and local public policies. Among the public policies that allow us to better understand these transnational economic relations that have marked the global market in recent decades, heritage policies stand out, as they shed light on the still colonial structures that persist between the global north and south. From the ethnographic work carried out in Ilha de Moçambique on (1) laws and resolutions of heritage policy, (2) houses and conflicts involving their conservation and housing, (3) the public hearing on urban planning, (4) tourism and work on the island, (5) the sheikh's house, (6) the presidential elections and (7) parties, in addition to a diverse bibliographic reference and the shared production of videos and photographic images, is what this thesis intends to point out clues to understanding the effects of these international policies on people's lives and urban planning at sites considered world heritage sites.

Keywords: Unesco. Africa. Memory. Colonialism. Urban planning

Sumário

Lista de siglas.....	VI
Lista de figuras.....	VI
Lista de mapas.....	XI
Lista de gráficos.....	XII
Lista de tabelas.....	XII
Introdução.....	2
1 - A Ilha de Moçambique.....	19
1.1 - Caminhando entre algumas referências.....	33
1.2 - O trabalho de campo na ilha.....	45
1.3 - A construção oficial do patrimônio moçambicano.....	58
2 - A casa dentro da casa.....	71
2.1 - Reformas, restauros e conflitos.....	85
2.2 - Audiência pública para elaboração do Plano de Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique.....	97
2.3 - Turismo, trabalho e patrimônio.....	111
3 - A casa fora da casa.....	133
3.1 - A casa do Xeique: a casa que escuta o bairro.....	142
3.2 - As eleições presidenciais de Moçambique: a cidade como campo em disputa.....	154
3.3 - É festa na Ilha de Moçambique.....	165
Considerações finais.....	178
Referências bibliográficas.....	181

Lista de Siglas

ARPAC – Arquivo do Patrimônio Cultural
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GACIM – Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique
ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDR – Mozambique Democracy Resistance
MITADER – Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MUSET – Museu Nacional de Etnologia
MUSIM – Museu da Ilha de Moçambique
NORAD – Norwegian Agency for Development Cooperation
PEU – Plano de Estrutura Urbana
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
SIDA – Evaluation of Swedish development cooperation
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Figuras

Figura 1: Ponte que liga o continente à Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.
Figura 2: Essa é uma casa localizada no continente, que exemplifica um modelo que substituiu os materiais tradicionais de produção por paredes com blocos de concreto e com telhado de quatro águas de zinco, 2019. Foto do autor.
Figura 3: Rua que separa a cidade de Pedra e Cal à esquerda e a cidade de Macuti à direita. A ruína é do antigo mercado de escravos, hoje ocupado por algumas famílias 2019. Foto do autor.
Figura 4: Casas da cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 5: Casas destruídas após a passagem do ciclone Gombe pela ilha em março de 2022. Foto de um morador local enviada a mim pelo Edy.
Figura 6: Cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.
Figura 7: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 8: Edifício do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.
Figura 9: Entrada da Escola Secundária da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.
Figura 10: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 11: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 12: Fotografia aérea da Ilha de Moçambique. Autor e data desconhecidos.
Figura 13: Portão de entrada da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.
Figura 14: Estátua de Luís de Camões na orla da contracosta 2019. Foto do autor.
Figura 15: Um professor e seus alunos se reúnem embaixo de uma estátua de Samora Machel na cidade da Beira 2019. Foto do Autor.
Figura 16: Ponte que dá acesso à parte peninsular da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.
Figura 17: Avenida 15 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 18: Cotidiano na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.
Figura 19: Fontanário na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 20: Fotocópia do encarte com o mapa turístico da Ilha de Moçambique.

Figura 21: Túnel embaixo de uma mesquita no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 22: Feira Watocoma se forma toda semana na rua ao longo dos bairros Areal e Marangonha 2019. Foto do autor.

Figura 23: Entrada do Hotel Omuhipiti 2019. Foto do autor.

Figura 24: Foto tirada de cima do deck de acesso ao Porto da ilha com destaque para o antigo prédio da Alfândega de cor amarela e o antigo Palácio São Paulo de cor vermelha 2019. Foto do autor.

Figura 25: Igreja Nossa Senhora do Baluarte 2019. Foto do autor.

Figura 26: Canhão no baluarte da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

Figura 27: Fortim de São Lourenço 2019. Foto do autor.

Figura 28: Placa comemorativa fixada próxima à ponte que liga a ilha ao continente 2019. Foto do autor.

Figura 29: Me. Claudio Zunguene, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Diretor do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique apresentando o patrimônio da ilha 2019. Foto: Taiane Santi Martins.

Figura 30: Dia em que as turmas da Universidade Lúrio apresentaram os vídeos etnográficos feitos por eles a todos os alunos 2019. Foto do Autor.

Figura 31: Crianças localizando suas casas no mapa turístico da ilha 2019. Foto do autor.

Figura 32: Mapa desenhado em cartolina e fixado na parede onde as informações eram sobrepostas 2019. Foto do autor.

Figura 33: Cópias do mapa com informações coletadas em campo sendo relacionadas com a caderneta de campo 2019. Foto do autor.

Figura 34: Atravessando uma porta no chão de uma mesquita na cidade de Macuti 2019. Foto de Taiane Santi Martins.

Figura 35: Entrada de um túnel embaixo de uma mesquita na cidade de Macuti 2019. Foto Taiane Santi Martins.

Figura 36: Detalhe para uma bifurcação de túneis embaixo de uma mesquita da cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 37: Uma Porta do não Retorno era onde os escravos eram embarcados para os navios negreiros 2019. Foto do autor.

Figura 38: Coleta de mariscos na Ponta da ilha com o Fortim de São Lourenço e o continente ao fundo. Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 39: Fachada do edifício do Ministério da Cultura e Turismo na cidade de Maputo 2019. Foto do autor.

Figura 40: Fachada do edifício do ARPAC na cidade de Maputo 2019. Fotos do autor.

Figura 41: Estátua de Samora Machel em Maputo 2019. Foto do autor.

Figura 42: Embodeiro, Lumbo. Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 43: Detalhe para uma Figueira nascendo na parede de um edifício em ruína 2019. Foto do autor.

Figura 44: Erosão provocada pela retirada de rochas entre as casas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 45: Crianças trabalhando na extração de rochas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 46: Homens em um caminhão extraíndo rochas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 47: Detalhe para a placa fixada ao lado da porta de um edifício da cidade de Pedra e Cal identificando-o como Patrimônio do Estado. 2019. Foto do autor.

Figura 48: Casas e quarteirões da contracosta da Ilha de Moçambique: Fonte: Livro Azul.

Figura 49: Casas e quarteirões na costa da Ilha de Moçambique. Fonte: Livro Azul.

Figura 50: Planta das casas Tipo 1. Fonte: Livro Azul.

Figura 51: Planta das casas Tipo 2. Fonte: Livro Azul.

Figura 52: Planta das casas Tipo 3. Fonte: Livro Azul.

Figura 53: Planta das casas Tipo 4. Fonte: Livro Azul.

Figura 54: Planta das casas Tipo 5. Fonte: Livro Azul.

Figura 55: Obras na orla da contracosta 2019. Foto do autor.

Figura 56: Instalação de tapumes 2019. Foto do autor.

Figura 57: Obras em casa próximo ao Hotel Escondidinho 2019. Foto do autor.

Figura 58: Descascando as paredes de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.

Figura 59: Obra em armazém em frente ao mercado Municipal da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 60: Paredes internas de um antigo armazém descascadas 2019. Foto de Didi.

Figura 61: Construção de parede de blocos de cimento dentro de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.

Figura 62: Uma nova residência dentro de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.

Figura 63: Um contraste de edifícios da cidade de Pedra e Cal, à esquerda um restaurado e à direita da imagem um prédio em deterioração 2019. Foto do autor.

Figura 64: Antigo armazém em reforma para se tornar uma casa de férias 2019. Foto do autor.

Figura 65: Etapa da construção onde podemos ver as paredes originais raspadas e uma nova parede de blocos de concreto sendo construída 2019. Foto de Didi.

Figura 66: Obra na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 67: Detalhe para casas macuti rodeadas por casas com paredes de bloco de concreto, padras de coral usadas na manutenção das casas e uma casa de banho ao meio 2019. Foto do autor.

Figura 68: Caixas de fossas sépticas recém-construídas aos fundos de uma casa macuti já alterada 2019. Foto do autor.

Figura 69: Serralheria na lateral de uma casa macuti 2019. Foto do autor.

Figura 70: Obra para instalação de piso dentro de uma casa de macuti em processo de modificação 2019. Foto do autor.

Figura 71: casa macuti original em estado avançado de deterioração 2019. Foto do autor.

Figura 72: Operário saindo de um edifício em reforma em uma região de hotéis próximo ao Jardim da Memória em frente ao mar 2019. Foto do autor.

Figura 73: Apresentação do Diagnostico preliminar do Plano de Estrutura Urbana no auditório do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 74: Apresentação do Plano de Estrutura Urbana da ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 75: Audiência pública para discutir o Plano de Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 76: Cerimonialista no púlpito e a mesa das autoridades 2019. Foto do autor.

Figura 77: Em uma praia da contracosta dois jovens trabalham com a mineração das riquezas naufragadas que todos os dias são trazidas pelo mar 2019. Foto do autor.

Figura 78: Foto da capa de um mapa turístico de Moçambique distribuído para turistas no país com destaque para as imagens do Museu da Ilha de Moçambique e de uma mulher com mussiro no rosto na parte inferior e à direita da imagem 2019. Foto do autor.

Figura 79: O Pontão é um bar e lanchonete que atrai muitos turistas, principalmente para ver o pôr do sol 2019. Foto do autor.

Figura 80: Pesca tradicional nas praias da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 81: Armadilhas utilizadas para pesca na Ilha de Moçambique 2019. Fotos do autor.

Figura 82: Uma dupla de trabalhadores separando a areia dos artefatos, miçangas, prata e ouro em uma praia do Índico 2019. Foto do autor.

Figura 83: Escadaria de acesso ao Museu da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 84: Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

Figura 85: Maquete da Fortaleza de São Sebastião e ao lado um dos guias locais 2019. Foto do autor.

Figura 86: Capela de Nossa Senhora do Baluarte 2019. Foto do autor.

Figura 87: Rede de canaletas feitas para captação da água da chuva e destinação para as cisternas de armazenamento na Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

Figura 88: Região do Museu da Ilha de Moçambique e do prédio da antiga alfandega da ilha 2019. Foto do autor.

Figura 89: Aqueduto da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

Figura 90: Garotas da cidade de Macuti vendendo comidas típicas para turistas na cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.

Figura 91: Barracas com produtos artesanais em frente ao Museu da ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 92: Cotidiano, famílias reunidas em mais uma manhã no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 93: Na imagem da esquerda um modelo de “casa de banho”, um lugar para se tomar banho com o balde. Na imagem da direita um modelo de banheiro com sanitário 2019. Fotos do autor.

Figura 94: Avenida 25 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 95: Grupo de crianças cantando enquanto duas garotas disputam uma competição de dança na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 96: Garota com mussiro no rosto 2019. Foto do autor.

Figura 97: Avenida 25 de junho 2019. Foto do autor.

Figura 981: Mulheres e crianças comercializando alimentos locais no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 99: Bairro Santo Antônio na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 1002: Xeique Hafiz Jamu mostrando sua casa 2019. Foto do autor.

Figura 101: Xeique Hafiz Jamu em sua casa 2019. Foto do autor.

Figura 1023: Xeique Hafiz Jamu recebendo em sua casa alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio na oficina Câmara Participante como Proposta Metodológica para a Investigação Antropológica 2019. Foto do autor.

Figura 103: Quintal da casa do xeique com detalhe para o muro feito de pedra de coral 2019. Foto do autor.

Figura 104: Xeiqne Hafiz Jamu mostrando o local onde está sendo realizada a pesquisa sobre um túnel subterrâneo ligando a praia à sua casa 2019. Foto do autor.

Figura 105: Um grupo de mulheres acompanha a passeata promovida pela RENAMO na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 106: Mureta e poste de luz da Avenida 25 de junho na cidade de Macuti com cartazes da FRELIMO 2019. Foto do autor.

Figura 107: Manifestação de eleitores da FRELIMO que se deslocam a pé e em motocicletas da cidade de Pedra e Cal para a cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 108: Passeata de eleitores da RENAMO denunciando a corrupção do governo da FRELIMO pelas ruas da cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 109: Passeata da RENAMO na Avenida 25 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 110: Apresentação de Tufo no comício da RENAMO com o candidato à presidência da república na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 111: População aguarda a chegada do candidato da RENAMO à presidência da república 2019. Foto do autor.

Figura 112: Grupo de militantes da RENAMO faz um cordão humano atravessando a rua para impedir a passagem de veículos enquanto reuni a maior quantidade de pessoas antes de sair em passeata pela cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 113: Pequeno caminhão buscando moradores para participar das passeatas pela Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 114: Militantes fazem passeata pela cidade de Pedra e Cal segurando bandeiras da RENAMO 2019. Foto do autor.

Figura 115: Crianças brincando com pneus na cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.

Figura 116: Crianças sentadas no Local durante os discursos no aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 117: Capacitação realizada para o Festival da Baleia 2019. Foto do autor.

Figura 118: Festival de cinema no Local, na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Figura 119: Crianças assistindo o filme animado Kiriku e a Feiticeira apresentado no Festival de Cinema durante as comemorações do aniversário de 201 anos da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 120: Moradora da cidade de Macuti preparando bolo de mandioca para ser vendido no aniversário da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 121: Esquina do Mercado Motin na noite de aniversário da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 122: Pista de dança do Beach Club na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 123: Crianças observam as comidas no aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Figura 124: Alunas de uma escola local aguardam o momento de sua apresentação de Tufo durante a comemoração do aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Lista de Mapas

Mapa 1: Mapa do mundo com destaque para a localização de Moçambique (1), Brasil (2), Portugal (3) e Índia (4).

Mapa 2: Mapa de Moçambique com destaque para a Ilha de Moçambique (1), Beira (2), Maputo (3) e Nampula (4).

Mapa 3: Delimitação das áreas central e de borda consideradas pela Unesco como áreas patrimonializadas. Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/599> . Acessado dia 01/08/2022.

Mapa 4: Esse mapa disponível no site da Unesco delimita a área tombada como Patrimônio Cultural Mundial em linha vermelha e de cor bege temos identificadas todas as propriedades inventariadas. Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/599>. Acessado dia 01/08/2022.

Mapa 5: Mapa da Baía de Mossuril com destaque para a posição estratégica da Fortaleza de São Sebastião no canal de Moçambique.

Mapa 6: Modelo de mapa usado em campo e replicado aqui para localizar lugares importantes para a compreensão espacial da pesquisa.

Mapa 7: Mapa guia dos monumentos produzido pelo Ministério da Educação e Cultura.

Mapa 8: Na comparação o mapa da esquerda corresponde ao mapa da Unesco, sem demarcação de edifícios tombados na Ponta da ilha, e o mapa da direita corresponde ao mapa turístico onde as ruínas do Crematório Hindu e o Cemitério Cristão aparecem em destaque.

Mapa 9: Mapa da Ilha de Moçambique destacando os edifícios, bairros e ruas. Fonte: Livro Azul.

Mapa 10: Os três mapas apresentam a localização regional da Ilha de Moçambique, com destaque para as vias em cor vermelha, sendo a Rodovia Nacional a mais grossa e acompanhada pela linha férrea, e os principais corpos hídricos em azul. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Mapa 11: Nessa imagem aproximada de um dos mapas do Plano de Estrutura Urbana podemos observar como os equipamentos sociais estão localizados principalmente no território da cidade de Pedra e Cal, ficando para a cidade de Macuti as mesquitas e os cemitérios. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Mapa 12: Nessa imagem aproximada de um dos mapas da parte continental da cidade da Ilha de Moçambique podemos observar o uso e a ocupação do solo. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Mapa 13: Imagem aproximada do mapa do uso do solo na parte insular. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Apresentado na audiência pública, esse gráfico apresenta o peso dos setores da economia na cidade da Ilha de Moçambique. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Linha do tempo das normas e acontecimentos relevantes para essa pesquisa e tratados nesse capítulo. Fonte: autor.



Figura 1: Ponte que liga o continente à Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Introdução

Nesse momento milhares de satélites cortam o céu como colheitadeiras em uma grande monocultura. Registrando cada detalhe, esses equipamentos que orbitam o globo não só buscam enxergar a superfície, como são responsáveis pela comunicação cada dia mais instantânea em todo o planeta. O espaço e o tempo parecem se curvar diante da globalização do capital. A tecnologia, mesmo que não acessível a todos, conecta os indivíduos e as comunidades transnacionais aos seus desejos, produzidos como mercadorias sob medida, fazendo do mundo um grande bazar global.

A Era da informação e da comunicação também é a dos deslocamentos forçados, da migração, da diáspora e dos refugiados. Se por um lado alguns grupos ampliaram seus deslocamentos pelo mundo, outros, além de terem seus deslocamentos restringidos pelas fronteiras nacionais, culturais e econômicas, estão sendo retirados de seus locais de origem devido a grandes projetos transnacionais, projetos e políticas que ligam os Estados Nacionais a essa ideia globalizante de modernidade, que Homi Bhabha (2011, p. 151) chamou de “ansiosa ex-instância à história global”.

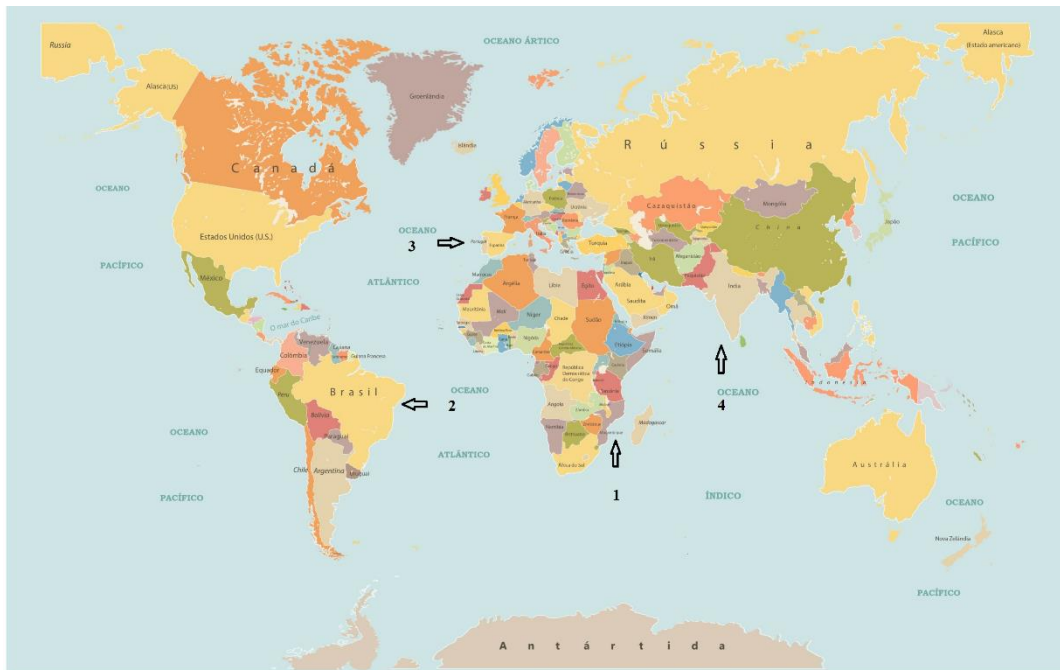
A “urbanização do mundo” é a versão de Marc Augé (2010) para esse fenômeno globalizante e as formas de mobilidade que vivemos. Uma consciência planetária ecológica e social provocada pela extensão do mercado liberal e o desenvolvimento dos meios de circulação e comunicação onde o urbanismo é fundamental para a concepção de cidades que conectam cada vez mais as pessoas no seu interior e para seu exterior.

Para Ailton Krenak (2019, p. 11), é essa ideia de humanidade que construímos nos últimos milhares de anos que está ligada à premissa “de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível”, se referindo à colonização e a visão europeia de mundo em que existe uma forma específica de estar aqui na Terra, e que para os outros, resume o autor, resta essa “queda”¹ recorrente em várias escalas que é vivida pelas comunidades “sub-humanizadas” agarradas à terra que ficaram esquecidas nas bordas do planeta.

Essa homogeneização do mundo e exotização da diversidade que está no cerne do pensamento colonial é chamada por Vandana Shiva de “monocultura da mente”. Para a autora, a monocultura começa na mente para só depois chegar ao solo, “os sistemas ocidentais de saber têm sido considerados universais e têm progressivamente se expandido no mundo a partir de uma visão dominante, mas que não passam de uma versão globalizada de uma tradição local extremamente

¹ Nesse ponto o autor faz referência ao livro “A queda do céu” escrito por Davi Kopenawa e Bruce Albert que faz críticas profundas ao modelo ocidental “branco” de conhecimento e relação com o resto do mundo.

provinciana” que se coloca como hegemônica imprimindo as suas formas de pensar e estar no mundo (SHIVA 2003, p. 24).



Mapa 1: Mapa do mundo com destaque para a localização de Moçambique (1), Brasil (2), Portugal (3) e Índia (4).

Nesse contexto, o mercado global provoca várias formas de desenraizamento, desde um executivo que busca se hospedar em um hotel internacional à procura de familiaridades em qualquer parte do mundo ao cidadão do bairro pobre ou o membro de uma sociedade tradicional retirado de sua terra para construção de um grande projeto. Os grandes projetos financiados por bancos internacionais “disfarçados” de desenvolvimento são fruto de valores burocráticos e industriais que têm substituído os valores ligados à natureza e à humanidade em virtude do capital (SHIVA; MARÍA, 1997).

No âmbito da soberania nacional, a governança global tem efeitos predatórios, mesmo quando filantrópicos ou realizados com boas intenções. As agências coloniais como FMI e o Banco Mundial têm o toque do governante colonial, baseiam-se na reprodução de economias duais e desiguais como efeitos da globalização, empobrece e deixam vulneráveis as sociedades mais pobres que recebem as concessões de empréstimos, e se submetem às imposições peremptórias de políticas (BHABHA, 2011).

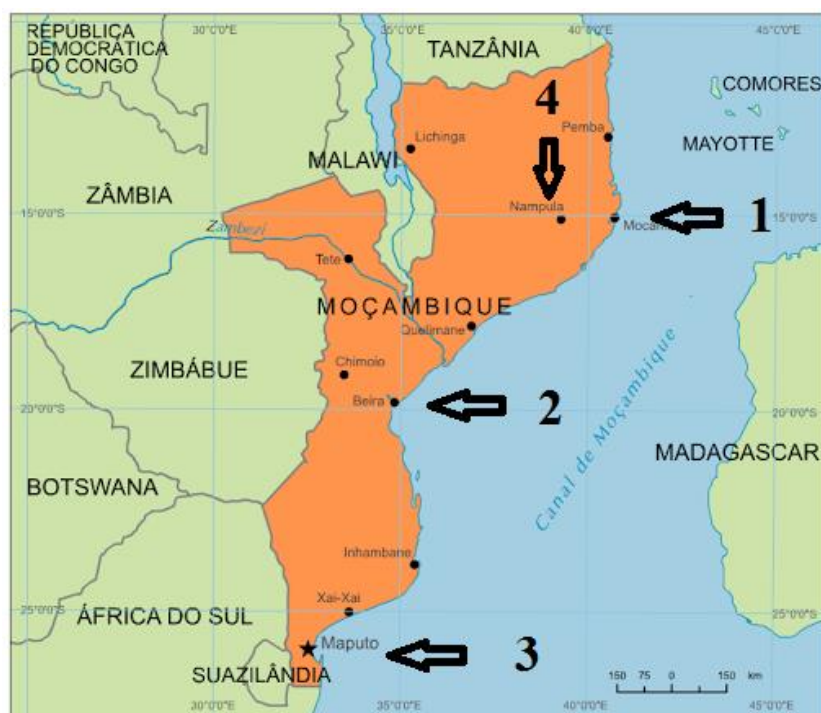
O capitalismo fundamenta-se pela busca incessante da mais-valia, do lucro. Os capitalistas precisam produzir excedentes de produção que são exigidos para a urbanização, que por sua vez

absorve esses excedentes que nunca deixam de ser produzidos. Esse processo exige que algum excedente seja reinvestido para gerar mais excedente, o que faz com que novas esferas rentáveis de produção e absorção sejam criadas através da tecnologia, do disciplinamento do salário, do ataque a classe operária, buscando novas forças de trabalho baratas, recursos naturais e outros territórios HARVEY (2014).

O desenvolvimento capitalista descontrolado acabou com a cidade tradicional vitimada pela necessidade da acumulação desenfreada de capital capaz de estimular e financiar obras intermináveis, sejam quais forem as consequências sociais, ambientais e políticas. Para Harvey (2014), a ruptura com esse modelo só é possível através de uma transformação da vida urbana do nosso cotidiano. O direito a cidade é um exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização, é muito mais que o acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora, é, sobretudo, um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos. David Harvey está convencido de que nas últimas décadas a política do capitalismo tem sido afetada pela eterna necessidade de ampliar os seus lucros, isto é, de produção e absorção do capital excedente, já que está baseada na exploração da mais-valia e do reinvestimento desse capital.

É aí que, no bazar global dos lugares, a urbanização, suburbanização, construção, demolição e restauro viram um negócio mundial. Operações Urbanas Consorciadas, requalificações urbanísticas, patrimonialização, modernização, desenvolvimento, planos estratégicos e planos diretores se tornam ferramentas desse capital transnacional. Nessa pesquisa pretendo refletir sobre o caso da Ilha de Moçambique e como as comunidades vivem os efeitos das políticas patrimoniais e urbanísticas decorrentes de seu reconhecimento mundial como sítio de importância histórica para a humanidade, bem como a influência do turismo.

Esta tese tem como problema principal interpretar os impactos dos processos de patrimonialização, com suas diretrizes ocidentais, na vida cotidiana e ritual dos moradores da Ilha de Moçambique. Espera-se com isso colocar luz nas estruturas ainda coloniais que perduram nas relações entre o norte e o sul global. Ademais, pretende-se identificar os movimentos locais que recusam as diretrizes e orientações dos organismos mundiais, e que lançam luz em caminhos baseados em outros parâmetros. Em escala mundial, esses processos, bem como outros semelhantes, são fundamentais para a compreensão da reorganização dos territórios sob influência de interesses capitalistas em detrimento dos interesses das comunidades locais, em especial sob a perspectiva colonialista.



Mapa 2: Mapa de Moçambique com destaque para a Ilha de Moçambique (1), Beira (2), Maputo (3) e Nampula (4).

A transformação da Ilha de Moçambique em um lugar patrimonial e de importância para a política cultural do país começou durante o período colonial quando órgãos governamentais assessorados por governos europeus realizaram os primeiros inventários sobre os bens e as manifestações culturais relevantes para a valorização de Moçambique e do povo moçambicano. Conforme Claudio Zunguene (2018), a Praça de São Sebastião, o Fortim de São Lourenço e o Fortim de Santo Antônio foram declarados patrimônios nacionais em 1943.

O Relatório elaborado a pedido do governo moçambicano para a candidatura da Ilha de Moçambique à lista de patrimônios mundiais foi realizado entre os anos de 1982 e 1985 pela escola de arquitetura de Aarhus da Dinamarca e financiado por instituições como a Unesco, SIDA, NORAD e o Ministério da Cultura da Dinamarca, o documento ficou conhecido como “Livro Azul”. A coordenação ficou a cargo do arquiteto Per Kruse e um grupo de 20 professores e estudantes do Departamento de Restauro e Conservação de Cidades e Edifícios da Escola de Arquitetura de Aarhus que se instalaram na ilha durante dois meses, relatório que falaremos mais adiante (MOÇAMBIQUE, 1985).

O ICOMOS, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, recomendou em 1º de outubro de 1990 através do Relatório número 599, a inclusão da Ilha de Moçambique na lista de Patrimônio Mundial com base em dois critérios: critério IV – ser um exemplo de um tipo de edifício

ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; e critério VI - estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal.

Conforme o relatório da Unesco², a ilha se enquadra no critério IV porque a vila e as fortificações da Ilha de Moçambique são um exemplo notável de uma arquitetura em que se entrelaçam tradições locais, influências portuguesas e, em menor grau, influências indianas e árabes; e se enquadra no critério VI porque a Ilha de Moçambique é um importante testemunho do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano, e daí, toda a Ásia.

Após a inclusão da ilha na lista dos Patrimônios Mundiais em 1991 e um tratado de paz que prometia pôr fim à guerra civil em Moçambique no ano de 1992, a predominante economia baseada na pesca e na extração de sal, gradativamente foi perdendo espaço para a economia baseada no turismo e na política de restauro do patrimônio arquitetônico que intensificou o processo de gentrificação causado, sobretudo pelas limitadas condições de habitabilidade da cidade de Macuti, a comercialização das casas da cidade de Pedra e Cal no intuito de restaurá-las, e também pelas mudanças sociais que conforme o xeique Hafiz Jamu, provocam o sentimento de que *o espírito da ilha não está mais aqui, está em Maputo e em Nampula com as grandes famílias que se mudaram*.

Gentrificação segundo Zukin (1987), Smith (2006) e Leite (2007) é um processo que, sob um forte e bem articulado discurso de modernização e desenvolvimento, converte áreas desvalorizadas das cidades em áreas residenciais para novas classes consumidoras. Predominantemente racionalizada pela iniciativa privada, a gentrificação é primeiro percebida pela requalificação estrutural de antigas construções por ser direcionada a grupos sociais com maior poder aquisitivo, e posteriormente, mantém-se sob uma forte estrutura de seletividade étnica, racial e econômica.

Conforme Leite (2012) as grandes cidades sempre viveram problemas decorrentes de seu sucesso e aglomeração, o que normalmente provocou políticas de controle e reorganização do espaço urbano seguidas de gentrificação. Esses casos já foram vistos em São Francisco, Nova Iorque, Montreal, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e muitas outras cidades. São relevantes para essa pesquisa os estudos etnográficos realizados em sítios considerados patrimônios mundiais pela Unesco como o centro histórico da cidade de Goiás estudado por Izabela Tamasso no Brasil, o bairro português de Malaca estudado por Ema Pires na Malásia e a cidade de Rethennos estudada por Michael Herzfeld na Grécia, entre outros.

² Esse Relatório da Unesco pode ser acessado pelo link: <https://whc.unesco.org/en/list/599/> . Acessado dia 01/08/2022.

Somado ao histórico de colonização e segregação social, os processos de gentrificação têm ampliado as desigualdades na Ilha de Moçambique. O que se pode perceber é que as casas de pedra e cal estão sendo vendidas para atender a indústria do turismo, e que nas casas de macuti, ocupadas normalmente por mais de uma família, as pessoas vivem o dilema de terem de ir embora ou ficar e manter as características de suas casas a um custo muito alto para o padrão das famílias, ou ainda, ficar e burlar a lei trocando a folha da palmeira macuti pelo telhado de zinco, e as estacas de mangal, pedras e uma argamassa local, pelo bloco de concreto e cimento.



Figura 2: Essa é uma casa localizada no continente, que exemplifica um modelo que substituiu os materiais tradicionais de produção por paredes com blocos de concreto e com telhado de quatro águas de zinco, 2019. Foto do autor.

A instalação da faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio na ilha há seis anos, principalmente por meio do curso de Turismo, tem formado uma geração de profissionais para trabalharem em hotéis, restaurantes e uma série de atividades ligadas ao turismo. Embora a universidade seja pública, em Moçambique os alunos precisam pagar algumas taxas que limitam bastante o número de pessoas que conseguem ter acesso, inclusive no ensino básico e secundário. Durante o período em campo, por exemplo, a grande parte dos alunos matriculados na faculdade era de outras cidades do país, e muitas crianças só frequentavam a *madrassa*, escola para o estudo do Alcorão onde as crianças são introduzidas aos princípios islâmicos.

As pessoas mais velhas normalmente falam *emakhuwa* e não o português, portanto, se estão trabalhando, fazem atividades de prestação de serviço, como alfaiataria, ourivesaria, pesca, serviços domésticos, transporte, alimentação e outros. Muitos jovens falam português, mas não dominam a leitura nem a escrita, preferindo conversar em *emakhuwa* entre si. As crianças também preferem

falar *emakhuwa* entre si, mas as que frequentam a escola regular têm aulas de português, inglês e francês até completarem o ensino secundário.

Portanto, existem alguns jovens trabalhando formalmente na administração pública, no setor de turismo e na construção civil, bem como existem outros exercendo alguma atividade ligada ao turismo, mas de maneira informal como guia turístico, vendedor de miçangas, artesão, pescador, minerador de miçangas na praia e atividades domésticas. As crianças, que passam muito tempo pelas ruas caminhando e brincando juntas, ou até mesmo sozinhas, também, no limite, trabalham como auxiliares na pesca, na cozinha, no cuidado com as crianças mais novas e pedindo gorjetas para os turistas.

Urbanisticamente a ilha possui duas regiões com características distintas. Em um extremo o Bairro, *eu moro no Bairro*, ou como é mais conhecido, *moro na cidade de Macuti*, ou apenas *moro em Macuti*. No outro extremo o Museu, *eu moro no Museu*, ou *moro na cidade de Pedra e Cal*, ou também, apenas *moro na Cidade*. Duas regiões que seu conjunto de edificações ocupa praticamente toda a superfície da ilha e que são ligadas por uma trama de linhas históricas, econômicas, culturais e socioambientais que estimulam essa pesquisa.



Mapa 3: Delimitação das áreas central e de borda consideradas pela Unesco como áreas patrimonializadas. Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/599>. Acessado dia 01/08/2022.

Poucas ruas são pavimentadas na Ilha de Moçambique, existe uma importante avenida que circunda os territórios da cidade de Macuti e da cidade de Pedra e Cal pela orla marítima que recebe diferentes nomes na costa e na contracosta, e existe a Avenida 25 de junho³ que percorre a ilha de uma ponta à outra pelo meio⁴. Existem outras ruas na cidade de Pedra e Cal que também são pavimentadas, em grande parte com pequenos blocos de concreto, por outro lado, na cidade de Macuti poucas ruas são pavimentadas no interior dos bairros, sobressaem os caminhos estreitos e sinuosos de chão batido entre as habitações.

Em uma caminhada rápida de seis quilômetros, podemos dar uma volta completa em torno da ilha em cerca de uma hora e meia. Contudo, essa tarefa se torna impossível se passarmos a observar a dinâmica social dos lugares com mais atenção. Chegando à ilha pelo continente, ao atravessarmos a única ponte do local, aportaremos na cidade de Macuti. O barulho do mar violento se chocando nas pedras vulcânicas da *Ponta da Ilha* e o som das folhas das enormes Figueiras trazidas da Índia⁵ animam uma paisagem estonteante de praias, sol e pássaros riscando o belíssimo céu azul que se mistura com as águas do Oceano Índico no horizonte.

A vida na cidade de Macuti é salpicada de poucos coqueiros aqui e acolá, e acontece predominantemente na porta de casa, seja de dia ou de noite, enchendo cada cantinho dos bairros com suas casas contornadas por estreitos caminhos que formam trilhas sinuosas que mudam com a construção de novos cômodos ou casas de alvenaria que descontroladamente não param.

³ 25 de junho é a data em que é comemorada a independência de Moçambique e a fundação da FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, como movimento nacionalista, posteriormente partido político.

⁴ A Avenida 25 de junho que durante as campanhas eleitorais para Presidente do país em setembro de 2019 foi “renomeada” por moradores para Avenida Muchungui para receber o candidato à presidência de Moçambique representando o partido RENAMO, Resistência Nacional Moçambicana, adversário do reeleito Presidente Filipe Nyusi da FRELIMO, partido que governa o país desde a independência em 1975.

⁵ As Figueiras da Ilha de Moçambique são enormes árvores de tronco e raízes protuberantes, com copas densas e frutos carnosos muito apreciados por animais que dispersam suas sementes que nascem com muita facilidade na presença de água e em climas tropicais ou subtropicais. Essas plantas são responsáveis por vários danos aos prédios de pedra e cal, pois nascem em suas paredes e tetos causando seu desmoronamento ao longo do tempo.



Mapa 4: Esse mapa disponível no site da Unesco delimita a área tombada como Patrimônio Mundial em linha vermelha e de cor bege temos indentificadas totas as propriedades inventariadas. Fonte: <https://whc.unesco.org/en/list/599>. Acessado dia 01/08/2022.

Segundo o título concedido pela Unesco, os bairros da cidade de Macuti constituem um conjunto de moradias representativo da arquitetura nativa local, vernacular. Com cerca de 30 metros quadrados, essas habitações não possuem banheiro, cozinha nem cisterna em sua maioria. Construídas a partir de estacas de mangal, folhas de palmeira macuti, pedras e solo da região, sua técnica de produção constitui um saber que vai se perdendo ao longo do tempo, assim como as técnicas e materiais responsáveis pela arquitetura colonial da cidade de Pedra e Cal.

Ao cruzarmos o muro imaginário que separa essas duas “cidades” pela rua que passa em frente à Igreja Nossa Senhora da Saúde, um aterrado canal do mar⁶, entramos no *Bairro do Museu*, ou na cidade de Pedra e Cal, caracterizada por casas coloridas e coladas umas nas outras, coroadas com telhados em forma de cisterna para captar água das chuvas e espessas paredes de pedra de coral com portas e janelas de madeira entre belas árvores ladeadas por ruas calçadas (CACHAT, 2018; BARRADAS, 2018).

⁶ Segundo mapas que retratam a Ilha de Moçambique antes do século XVII, existia um canal do mar que separava a parte da ilha em que muitos árabes se instalaram após a ocupação portuguesa que passou a ser chamada de cidade dos nativos ou cidade de Macuti, e a cidade de Pedra e Cal, a parte dos brancos. Após o século XVIII esse canal já aparece aterrado. Essa não será a única mudança geográfica sofrida pela ilha.



Figura 3: Rua que separa a cidade de Pedra e Cal à esquerda e a cidade de Macuti à direita. A ruína é do antigo mercado de escravizados, hoje ocupado por algumas famílias 2019. Foto do autor.

As casas de pedra e cal que foram erguidas a partir de uma técnica já muito pouco conhecida entre os ilhéus que consiste na junção de rocha de coral, argamassa produzida com solo, cinzas e a seiva de uma árvore local em um processo que por séculos foi movido pelo trabalho escravo, têm muita dificuldade de se sustentarem de pé. A substituição dessa argamassa usada por mestres antigos pela massa de concreto atualmente demanda manutenção constante, pois se esfarela rapidamente com a ação do tempo e das intemperes que na ilha são implacáveis.

Somado a isso, a demanda por designs mais modernos e confortáveis exigidos por estrangeiros que viajam até a África, mas desejam se hospedar com o conforto de suas casas no hemisfério norte promove uma revolução construtiva que precisa se adaptar às regras executadas pelo GACIM, o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, órgão criado em 1981, e responsável pela gestão e fiscalização de todo acervo patrimonial da ilha, com ênfase no patrimônio arquitetônico.

Todo esse cenário é vivido cotidianamente por milhares de pessoas. De um lado para o outro da ilha os trajetos e os deslocamentos vão nos mostrando mais sobre os lugares, e formam um campo perfeito para a prática de uma antropologia da cidade na cidade, como proposto por Magnani, (2012). De tanto ouvirem falar que essa cidade ilhada é declaradamente um patrimônio do mundo, um grande museu a céu aberto cercado pelo oceano, então seus prédios de pedra, suas casas de palha, seus caminhos sinuosos de chão batido, suas praias e suas dunas, para muitos, parecem não pertencerem mais aos seus moradores, mas sim a uma “certa” humanidade.

Toda essa monumentalidade histórica rememora cotidianamente a aventura da colonização portuguesa no continente, cristaliza um momento em que as narrativas contavam e cantavam o apogeu do império de Portugal ecoado em monumentos, obras literárias e artísticas por todo o mundo, silenciam narrativas tradicionais, a exploração ambiental e os horrores da escravidão que dorme enterrada em praticamente toda ilha perfurada por cemitérios e túneis subterrâneos construídos para o tráfico de escravizados.



Figura 4: Casas da Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Na ilha, essa memória social é cotidianamente reificada no museu, na Fortaleza de São Sebastião e em outros prédios históricos construídos a partir dos materiais retirados da cidade de Macuti. Todo turista que chega à ilha vai ouvir a história do encontro de Vasco da Gama com o pescador Mussa al Mbique que deu origem ao nome do país, sobre a riqueza do antigo Palácio dos Governadores e seus ilustres visitantes, atual museu, e ouvirá sobre a resistência da Fortaleza quando atacada pelos holandeses nas disputas pela ilha e pelo controle do comércio no Índico.

Uma narrativa que sugere o início de Moçambique, e consequentemente, do “novo” povo moçambicano, moderno, e fruto de uma miscigenação natural e positiva. Discurso que é repetido nos monumentos e nas ruas, apresentado por crianças, adultos ou guias turísticos. História ensinada nas escolas, nos hotéis e nas comemorações, performatizada pelos moradores e vendida para turistas de todos os lugares do mundo.

Portanto, qual a relação da história da ilha e seus problemas urbanísticos atualmente? Quais forças e dinâmicas impulsionam o mercado imobiliário e os processos de gentrificação? Qual a relação entre as restaurações de casas históricas e os impactos ambientais promovidos pela extração

dos materiais construtivos? Qual o papel dos museus, monumentos e saberes para as identidades moçambicanas? Qual o significado das políticas de preservação do patrimônio na Ilha de Moçambique na vida dos moradores?

Para essa análise, procurei em campo observar o que Tamaso (2015) chamou de sistemas patrimoniais, conjuntos de relações sociais, culturais, econômicas e políticas em constante relação com outros sistemas como o artístico, tradicional, religioso, e familiar que precisam ser analisados enquanto sistemas, isto é, expressões, experiências e modos de vida que são memorizados, reproduzidos, reinterpretados e performatizados por meio de formas tangíveis e intangíveis que compõe um sistema cultural mais amplo.

Para tanto, nos próximos capítulos procuro apresentar a ilha e suas várias camadas de sentido com ênfase à construção, usos e significação dos lugares, analiso uma série de leis e normativas que ao longo dos anos constroem as políticas patrimoniais de Moçambique. Analiso também a vida das pessoas na cidade de Macuti e na cidade de Pedra e Cal a partir de suas características construtivas e através do cotidiano e dos trajetos percorridos pelos seus moradores. Nesse percurso teórico destaco momentos importantes para essa pesquisa como a audiência pública em que se discute o planejamento urbanístico da ilha.

Também destaco como importante para esse trabalho etnográfico, a análise dos ofícios que misturam tradição e modernidade, isto é, que lançam mão de saberes tradicionais para atender o mercado do turismo atualmente, bem como a subsistência da população, e os momentos festivos que mudam a rotina da Ilha de Moçambique. Portanto, a cada capítulo procuro observar os debates culturais, as narrativas e os discursos que as políticas locais e internacionais provocam com o objetivo de contribuir com os estudos patrimoniais e urbanísticos na contemporaneidade. Vamos começar conhecendo a história da ilha.



Figura 5: Casas destruídas após a passagem do ciclone Gombé pela ilha em março de 2022. Foto de um morador local enviada a mim pelo Edy.



Figura 6: Cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.

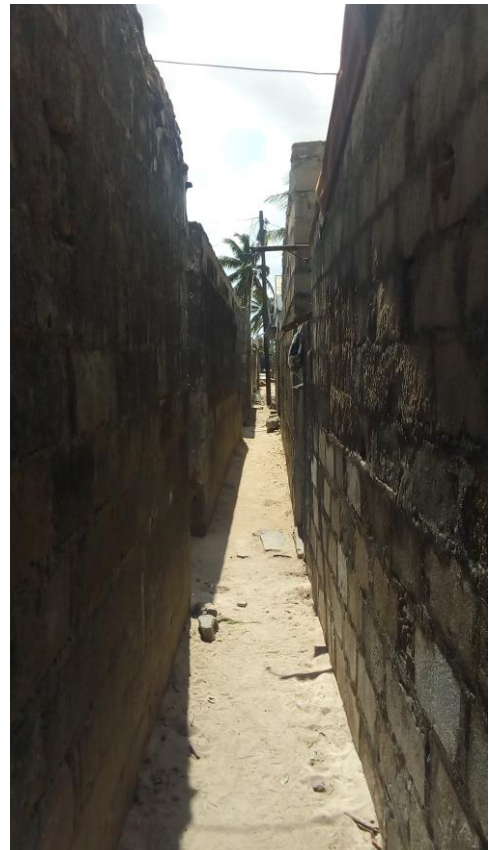


Figura 7: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 8: Edifício do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 9: Entrada da Escola Secundária da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 10: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 11: Cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 12: Fotografia aérea da Ilha de Moçambique. Autor e data desconhecidos.

A Ilha de Moçambique – Capítulo 1

Moçambique (a Ilha de Moçambique), primeiro simples feitoria, depois fortaleza, mais tarde, por carta régia de 1761, elevada à categoria de vila, e, em 1818, também por carta régia, promovida à categoria de cidade, manteve-se até 1898 na função de capital da Colónia – Colónia que até poucos anos se designava por Província de Moçambique e agora, pela recente divisão administrativa, se denomina, aliás com toda propriedade, Colónia de Moçambique (ALEXANDRE LOBATO, 1945)

A Ilha de Moçambique é um lindo recife de corais com 445 km² a 15° de latitude Sul caprichosamente deitado à frente da baía de Mussuril na Província de Nampula, região norte de Moçambique. Estrategicamente localizada no caminho das rotas marítimas que por séculos atravessam o Oceano Índico, *Omuhipiti*⁷, como pode ser chamada localmente, é considerada um *sítio maningue nice*⁸ em qualquer lugar em que você perguntar pelo país, mesmo que seu interlocutor nunca tenha pisado lá.

Com a área peninsular delimitada como Patrimônio Mundial, toda a cidade da Ilha de Moçambique, que é composta por 08 bairros na ilha e outros 25 bairros no continente, ligados por uma ponte de um pouco mais de três quilômetros inaugurada em 1967, vive cotidianamente atravessada pelo título concedido pela Unesco em 1991, assim como pelos sentidos que são atribuídos aos lugares e as emoções de vivê-los.

Os registros escritos mais antigos de ocupação na região datam do século II ou III, quando as populações praticavam agricultura, caça e a exploração de ferro, cobre e ouro na costa oriental da África. Essas comunidades foram ao longo do tempo dominadas e incorporadas pelo povo banto que gradualmente ocupou as bacias fluviais costeiras, as encostas e planaltos do interior devido seu conhecimento agropecuário e de forja do ferro. Embora o registro de contatos comerciais já ocorresse desde a antiguidade clássica romana, foi com o estabelecimento da dinastia abássida na Mesopotâmia no século VII que navegantes intensificaram suas rotas pela zona de Zanzibar na Tanzânia e pelo canal de Moçambique (LIESEGANG, 1999).

Além de estudos históricos e etnográficos, estudos paleontológicos, arqueológicos, fotografias aéreas e mapas topográficos sugerem que entre os séculos VII e XI a região da costa oriental da África, delimitada ao norte pela Somália e ao sul por Moçambique, era uma zona

⁷ *Omuhipiti* ou *Muhipiti* significa “Ilha de Moçambique” em *emakhuwa*, língua predominante na região da ilha.

⁸ *Sítio maningue nice* significa “um lugar muito legal”. Expressão comum em Moçambique que demonstra a mistura linguística que compõe o cotidiano no país. A palavra *sítio* é muito comum no português para referir a um “lugar”, já *maningue* é uma palavra de origem local que significa “muito”, e que nesse caso, é seguida por *nice*, que significa “legal” em inglês, formando *sítio maningue nice*.

caracterizada por assentamentos humanos cuja originalidade cultural era oriunda de uma população africana autóctone. A presença de cavidades detectáveis a partir de registros arqueológicos, ou ainda montículos cercados por cobertura vegetal, além de grãos de pólen fossilizados, nos ajudam a recompor as características ecológicas que hoje já estão bastante alteradas após a supressão de grandes florestas e mangues que forneciam abrigo, alimento e segurança para essas populações (MASAO; MUTORO, 2010).

A fixação dos povos e o aumento dos grupos populacionais também ocorreram durante esse período devido principalmente aos efeitos climáticos adversos e a necessidade de alimentação, a organização territorial, somado ao aumento demográfico, fazendo diferentes técnicas de produção agrícola se difundir pelas regiões central e austral do continente, aumentando a quantidade e a divisão do trabalho. A caça, a pesca, a produção de cereais e a criação de gado também ganharam destaque (MASAO; MUTORO, 2010).

Outro aspecto importante de transformação e colonização do continente africano a partir do século VII é a difusão do Islã, período chamado por alguns historiadores como a era islâmica (VII – XI). Alguns motivos podem explicar esse processo de expansão, como por exemplo, o fato de que os árabes não esperavam a princípio que os povos conquistados se convertessem ao islamismo, permitindo que conservassem as próprias crenças, porém, com o tempo, principalmente nas regiões urbanas, a língua árabe se tornou dominante veículo de uma cultura comum. Além de guerreiros nômades, o império fundado pelos árabes era composto de comerciantes citadinos que com o tempo impuseram a língua e a sua autoridade sobre os diversos povos (FASI, 2010).

Contudo, segundo Fasi (2010), no caso da África Oriental, o islã se desenvolveu somente como religião de imigrantes vindos do além-mar, não tendo a mesma incidência como em outras regiões do continente. Ligado à atividade escravagista, o islã não penetrou no interior de Moçambique, nem converteu os povos bantos ou outros grupos étnicos até o século XIII. Nessas cidades costeiras mulçumanas não árabes, os imigrantes se casavam com mulheres africanas e se misturavam às sociedades, porém seus descendentes mestiços rapidamente trocavam o árabe pelo suaíli.

Conforme Liesegang (1999) é a partir do século X que populações suaílis desenvolvem núcleos urbanos, principalmente no Quênia, Tanzânia, e nas ilhas das Comores e Madagascar. Na costa norte de Moçambique, que ainda era uma periferia da zona de comércio do Índico, surgem pequenos centros urbanos visitados por comerciantes árabes, persas e suaílis que navegavam pelo canal de Moçambique, mas que em grande parte não tiveram continuidade.

A região entre a costa oriental africana, o Egito, o Oriente Médio e o sul da Ásia, formava um universo de culturas, cruzamento de povos e línguas que já era vigoroso quando a Europa vivia a Idade Média. O comércio e as navegações eram vetores de disseminação cultural que acontecia

principalmente em feiras nas praias do Índico. O cruzamento de *makhuwa*⁹ com etnias do interior do continente, com árabes, persas e indianos deu origem ao povo da Ilha de Moçambique que sempre olhou mais para o mar que para o continente.

Até a chegada dos portugueses no século XV, a cidade de Quiloa, localizada em uma pequena ilha na costa sul da Tanzânia, tinha a hegemonia do canal de Moçambique e já estabelecia o controle marítimo possivelmente com navios, força militar, e um sistema político e econômico que controlava o comércio na região. Nesse contexto, a Ilha de Moçambique já havia se tornado um porto de escala estratégico do canal, com povoação e com uma história de mais de 900 anos de comércio marítimo. Mas são as tensões e o rompimento dos portugueses com os árabes suaílis expulsos da ilha no século XVI que amplia a importância de Moçambique no comércio da região (LIESEGANG, 1999).

Vasco da Gama chegou a Moçambique em 1498 com três naus que acompanhavam sua frota para conseguir água e suprimentos pela foz do rio Inharrime, perto de Inhambane ao sul da ilha. Conforme a lenda, ele encontrou um homem com um longo vestido branco, um pescador ou um comerciante mulçumano, com o nome *Mussa'n Biki* ou *Mussa al Bique*, que lhe indicou o principal centro comercial da região e que em sua homenagem foi batizado por Vasco da Gama de Ilha de Moçambique. Interessados nas redes comerciais e nas riquezas naturais, os portugueses ocuparam a ilha desde 1507 construindo fortalezas e igrejas (CACHAT, 2018).

Conforme Edy,

Mossam bim bique era um árabe que deu esse nome Moçambique. Os árabes quando chegaram na Ilha de Moçambique foram as primeiras pessoas a fazer negócios de escravos. No próprio Local se vendíamos entre nós. Do Local ia buscar os escravos do outro lado no continente e trazia à Ilha de Moçambique e vendia para os árabes. Os árabes necessitavam de escravos, compravam escravos e iam para a cidade de Macuti onde vivia a população, partiam as pedras todos acorrentados, traziam aqui para a cidade de Pedra e Cal mão por mão para vir construir todos os edifícios que estás a ver aqui.

Na primeira metade do século XVII as edificações da ilha ocupavam apenas um terço do território com casas e fortificações, tinha a aparência de uma pequena aldeia estabelecida cerca de 500 metros da fortaleza. Já na segunda metade do mesmo século, mais da metade da ilha estava edificada. A cidade de Macuti nas antigas pedreiras ao sul da Igreja de Nossa Senhora da Saúde já devia existir desde a década de 1780 e se manteve sem muitas alterações até por volta de 1970. A

⁹ Predomina na Ilha de Moçambique os *nahara*, um subgrupo linguístico *makhuwa* que compõe as comunidades costeiras do litoral norte de Moçambique conhecidas também como *swahili*.

região do *Paiol*, também conhecida como *Local*, abreviação de *antiga rádio local*, possuía lotes baldios até 1920 aproximadamente (LIESEGANG, 1999).

As elites portuguesas, indianas¹⁰ (hindu, muçulmana e cristã) e mulçumanos arabizados habitavam também nas *Cabeceiras* e em *Mossuril*, no continente fronteiro a ilha onde possuíam plantações (*machambas*) e palmares. Conforme Barradas (2018), era também na península de *Cabaceira* que vivia a maioria dos 5 a 6 mil negros recenseados após a elevação da ilha a categoria de cidade em 1819, escravizados rurais que trabalhavam a serviço das elites da ilha. O período escravocrata representou o apogeu econômico da Ilha de Moçambique.



Mapa 5: Mapa da Baía de Mossuril com destaque para a posição estratégica da Fortaleza de São Sebastião no canal de Moçambique.

Foi principalmente a partir de cidades como a Ilha de Moçambique que o islã penetrou o continente e tornou o povo moçambicano um povo predominantemente muçulmano, antes da chegada do cristianismo. Como centro cultural e religioso importante, a ilha fazia parte de um coletivo de lugares suailizados da zona do oceano Índico onde se manifestavam relações mercantis através da navegação e do envio dos filhos das castas dominantes para as destacadas escolas corânicas da região, fazendo do islã uma forma de poder sob o domínio religioso dos chefes chamados xeiques (ROCHA, 1999).

Os povos da costa ficaram conhecidos como povos de influência marítima das sociedades e economias do Índico e do conjunto social do interior do continente, o que fez da língua suaíli e da

¹⁰ A rota mais importante de exportações e importações ligava a Ilha de Moçambique à Índia, especialmente Diu, Damão e Goa, e vice-versa.

escrita árabe, conhecimentos imprescindíveis para a introdução de habilidades arquitetônicas, alimentares, bem como de construção naval que tanto se destacam na ilha.

Abertas ao mar e ao comércio, essas comunidades já conviviam e escravizavam os nativos da região antes dos portugueses. Quando Vasco da Gama chegou à Ilha de Moçambique ele encontrou toda essa rede cultural, política e comercial já formada. Após o conflito comercial com os árabes-suaíli durante o século XVI, a ilha se tornou um próspero centro comercial e administrativo português cobiçado por nações como França, Inglaterra e Holanda (ZAMPOLI, 1999).

Embora as narrativas dos conquistadores portugueses sobre o vasto império ultramar ressaltarem a conquista e ocupação de Moçambique, bem como sua importância para todo o sistema de comércio estabelecido pela Carreira da Índia envolvendo a Europa, a América, a África e a Ásia entre os séculos XV e XIX, a verdade é que os portugueses nunca tiveram uma ocupação consolidada no interior do país, todo seu controle militar e comercial não passava de alguns quilômetros e dependia de um conjunto de personagens históricos como os comerciantes indianos e suaílis, os régulos africanos, os políticos ingleses, franceses e muitos outros (BARRADAS, 2018).

Para Barradas (2018), os séculos XVIII e XIX são descritos como os mais difíceis. Após um bombardeio de Vasco da Gama à *Cabeceira* depois de um desentendimento com seus aliados, a relação dos portugueses com o povo do interior ficou muito ruim. Esse período é marcado por guerras e conflitos entre os *makhuwa* e as elites da Ilha de Moçambique, alianças e contra-alianças entre os ilhéus, os xecados do litoral e os chefes *makhuwa*. Com alguns períodos de trégua nas primeiras décadas, esses conflitos, muitos deles bastante violentos, se tornaram uma prolongada guerra intermitente que só terminou na segunda década do século XX.

Com um controle muito limitado na região, o território que Portugal realmente conquistou foi a Ilha de Moçambique e uma parte do continente ao seu redor. Para entrar continente adentro com segurança era preciso muitas negociações, concessões e pagamentos, o que sempre alimentou o grande sonho português de ligar Angola a Moçambique por uma linha férrea, ligar então o Atlântico ao Índico. Portanto, a visão da colônia para os portugueses e os moradores da cidade de Pedra e Cal era a partir do oceano Índico. Era do alto da Fortaleza de São Sebastião e do Palácio São Paulo que os colonizadores avistavam a cidade de Macuti, a baía de Mossuril e o continente. Mas era a localização estratégica da ilha no canal de Moçambique que lhe dava tamanha importância.



Figura 13: Portão de entrada da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

O oceano Índico sempre influenciou muito a costa oriental do continente africano. De riquezas naturais a riquezas culturais, as águas e os ventos que sopram o continente estão representados de diversas formas na vida moçambicana, como na arte, na espiritualidade e no cotidiano. Ademais, são esses ventos que sopram pelas águas do Índico que torna a Ilha de Moçambique tão especial para a navegação. Em um ciclo quase imutável, a monção de Sudoeste entre abril e novembro ditava a hora de navegar para a Ásia, e a monção de Nordeste entre novembro e abril, a hora de navegar para a África. Como relógios naturais, essas monções, ventos dominantes do Índico, calendarizaram a navegação à vela e a rotina na ilha durante séculos, já que os deslocamentos e a comunicação das pessoas eram realizados pelo mar.

Essas mudanças nos ventos definiam quando chegar e quando partir da Ilha de Moçambique, que no centro dessas rotas comerciais, se tornou um porto muito importante para atracagem, atendimento médico, comércio, reparos das embarcações e até sepultamento de inúmeros marinheiros que transitavam pelo Canal de Moçambique, rota rica em especiarias, marfim, metais preciosos, panos, alimentos e escravizados. Estratégica do ponto de vista militar e comercial, a ilha também se tornou moradia e o paraíso prometido de muitos navegantes portugueses que sobreviveram às longas viagens motivados pelos cantos, textos e pinturas lusotropicalistas que romantizavam aquelas terras. Uma estátua do poeta Luís de Camões ainda recita versos na orla da contracosta na Ilha de Moçambique.



Figura 14: Estátua de Luís de Camões na orla da contracosta 2019. Foto do autor.

Além de romantizarem as conquistas,

A associação de escrita e imagem durante as navegações ibéricas amalgamaram a representação estigmatizada dos povos americanos, dos africanos e dos indianos, como inferiores, como portadores de culturas ultrapassadas, povos ora monstruosos, ora animalizados que deveriam ser controlados, batizados para renascer na fé cristã, dominados para trabalharem como bichos ou eliminados em nome de Deus, da ciência e do mais atroz imperialismo ganancioso (DANTAS, 2021, p. 35).

Embora alguns nativos locais habitassem a ilha como empregados na cidade de macuti, também chamada de bairro indígena, até o século XIX a ilha era habitada prioritariamente por portugueses que controlavam a entrada e a saída de todas as pessoas por meio de um passaporte. Além disso, todo comércio feito com Moçambique precisava passar pela alfândega da ilha para depois ser distribuído para os portos de outras regiões. O imposto alfandegário foi a principal fonte de renda dos portugueses por séculos e praticamente sustentou todo o empreendimento colonial, fazendo da cidade de Pedra e Cal a grande base econômica de dominação do território moçambicano por séculos.

É importante ressaltar que Moçambique só existe como unidade sociopolítica, isto é, com as fronteiras que conhecemos hoje, há pouco mais de 100 anos. Foi após a conferência de Berlim entre 1884 e 1885, organizada por nações europeias para discutir a partilha da África, que Portugal foi forçado a fazer uma ocupação mais efetiva do território sob pena de ver seus domínios ocupados por ingleses e alemães que combinavam partilhar as colônias portuguesas com o argumento de que Portugal não colonizava de fato os territórios que reivindicava com sua reduzida administração (BARRADAS 2018).

Edy explica que,

os portugueses pensaram em mudar a capital da Ilha de Moçambique porque o presidente inglês passou a falar com o presidente português que o presidente sul africano já queria tomar conta da cidade de Maputo, que os sul africanos já haviam falado ao governador inglês, e por isso ele pensou em falar com o governo português que deviam mudar a capital daqui para Lourenço Marques, se não o Maputo seria dos sul africanos, seria outro mundo, por isso eles pensaram de mudar a capital daqui para Lourenço Marques, que é 1898.

Ao longo dos séculos a Ilha de Moçambique passou por vários momentos de adensamento e esvaziamento populacional. Caracterizada por um ecossistema peculiar com difícil acesso à água potável e produção de alimentos, isolamento geográfico e intermitentes calamidades climáticas, os primeiros relatos trazem uma ilha não habitada e usada esporadicamente para a pesca e para a criação de animais, como outras ilhas da região.

Sua história é marcada por diásporas. Após o início de seu povoamento, como descreve Cachat (2018), a ilha passou por momentos que mexeram diretamente com a demografia insular, do qual destaco alguns como mais relevantes para essa pesquisa. Em 1898 a ilha sofre um grande golpe que leva à diminuição dos moradores com a transferência da capital de Moçambique da ilha para a atual cidade de Maputo¹¹, período que marca o fim do seu apogeu político.

Assim como na Ilha de Moçambique, na cidade de Goiás, cidade brasileira que possui uma região do centro histórico considerado Patrimônio Mundial, a perda do título de capital foi bastante sentida pela população, desde sua autoestima, sua economia até os arranjos familiares, isso porque no processo de transição ocorreu a mudança gradativa de vários moradores, principalmente as famílias ligadas à administração pública, os comerciantes e seus empregados para a nova capital. A cidade de Goiás deixou de ser a capital do Estado de Goiás em 1937, o que provocou um profundo processo de estagnação econômica. O desejo de retomar a uma posição central que tinha como antiga capital, estimulou a preservação da malha urbana, da arquitetura de característica colonial e seu reconhecimento pela Unesco em 2001 (TAMASO, 2015).

¹¹ Em 1898, ano da mudança da capital, a cidade de Maputo se chamava Lourenço Marques.

Em Moçambique, uma nova crise ocorre após a substituição do obsoleto porto da ilha, entre o final da década de 1940 e início de 1950, para atracagem de grandes navios no moderno porto de Nacala¹², diretamente ligado à Nampula com a mudança das linhas férreas. Sem o poder político de ser a capital do país e destituída de sua principal fonte econômica, o porto, que passa a receber apenas pequenas embarcações, a independência de Moçambique em 1975 aprofunda ainda mais a crise, o esvaziamento da ilha com a expulsão dos estrangeiros que saem deixando inúmeras casas abandonadas e a cidade de Pedra e Cal praticamente deserta.

Na narrativa de Edy,

Até 75 a Ilha de Moçambique ficou igual a um deserto, ninguém vivia, já a população local que vivia lá do lado do continente, já passou a viver na Ilha de Moçambique, como havia guerra civil eles passaram de lá pra Ilha de Moçambique. Quando os árabes já tinham se afastado da Ilha de Moçambique, construíram algumas arquiteturas árabes na Cidade de Macuti. Os portugueses quando tomaram toda a Ilha de Moçambique já os removeram daqui e passaram a viver lá, e aquela mesquita que estás a ver no Culamo, tem uma mesquita lá, de lá da Cabaceira, Mossuril, tem lá o cemitério dos árabes que já viviam lá do outro lado, a Ilha de Moçambique só para os portugueses.

Com a declaração de mais uma guerra civil em 1976 que vai durar 16 anos, a ilha é adensada com milhares de refugiados do continente e passa a sofrer com a insalubridade, com a ruína das casas, a superpopulação e o desprezo do governo por aquela ilha que havia sido o centro da colonização portuguesa em Moçambique. A guerra civil é um período decisivo na vida da ilha.

A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 em Portugal, que pôs fim ao regime ditatorial do Estado Novo vigente desde 1933, contribuiu para o enfraquecimento da política colonial portuguesa e abriu caminho para a independência de Moçambique no dia 25 de junho de 1975. Sob a liderança de Samora Machel, a FRELIMO, Frente de Libertação de Moçambique, instaurou um Estado inspirado no socialismo soviético e promulgou uma constituição que estabeleceu uma democracia popular unipartidária. Um mês após a independência, a terra, a saúde e a educação foram nacionalizadas. Contudo, a saga pela construção da unidade nacional contra qualquer forma de dominação estrangeira se tornou também a saga contra as autoridades tradicionais e religiosas que foram por toda parte marginalizadas (CACHAT, 2018).

¹² Nacala, também chamada de Nacala Porto, é uma cidade ao norte da Ilha de Moçambique na baía de Bengo, província de Nampula. Seu porto, concluído em 1964, está em um mar profundo que permite a movimentação de navios 24 horas por dia e se tornou nos últimos anos o principal porto da costa oriental da África.



Figura 15: Um professor e seus alunos se reúnem embaixo de uma estátua de Samora Machel na cidade da Beira 2019. Foto do Autor.

Em Zimbabwe, onde havia se instalado um regime de segregação racial semelhante ao da África do Sul, o surgimento de um Moçambique independente foi mal visto e estimulou conversas com Portugal a fim de se criar uma frente comum contra a FRELIMO. A MDR (*Mozambique Democracy Resistance*), ação armada criada com o objetivo de desestabilizar o governo a partir de 1977, que foi batizada no ano seguinte como RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) e ao longo dos anos ganhou apoio principalmente na região central e norte do país, sobretudo nas zonas rurais onde o descontentamento provocado pela política autoritária da FRELIMO e pela desvalorização das estruturas tradicionais era grande (CACHAT, 2018).

Em 1989 Moçambique tornou-se uma República, a nova constituição separou o partido do Estado, instaurou o multipartidarismo e restabeleceu as liberdades religiosas. Em 1991 a Ilha de Moçambique foi considerada Patrimônio Mundial pela Unesco, e em 1992, a assinatura de um acordo de paz entre Joaquim Chissano, líder da FRELIMO e Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, permitiu a organização de eleições livres. Chissano venceu as eleições, mas a RENAMO conseguiu mais assentos no legislativo, iniciando um longo período de reconciliação nacional com as diversidades étnicas e regionais, e da autoridade dos chefes tradicionais. Porém, as guerrilhas nunca

acabaram e nesse momento se confrontam em Moçambique, principalmente na região norte como nos arredores da cidade de Cabo Delgado (CACHAT, 2018).

Moçambique fazia parte, na altura, dos três países mais pobres do mundo. Os dezesseis anos de guerrilha (1976-1992) fizeram um milhão de vítimas, perto de dois milhões de refugiados nos países vizinhos e quatro milhões de deslocados que fugiram das zonas rurais para a periferia das cidades onde a população explodiu (CACHAT, 2018).

Embora a guerra tenha sido mais intensa no interior do país, todas as zonas costeiras foram afetadas. A Ilha de Moçambique que havia ficado deserta após a independência, se tornou refúgio de milhares de pessoas do continente e passou por um intenso processo de degradação, mudanças demográficas e culturais a partir do século XX. Em 2019 durante as eleições de outubro para presidente de Moçambique e presidentes das províncias, a FRELIMO e a RENAMO voltaram a se enfrentar, e a ilha foi um dos principais palcos simbólicos dessa disputa. Contudo, para uma maior compreensão dos próximos capítulos, será preciso apresentar a ilha espacialmente, localizando ruas, lugares e outros pontos de referência.



Figura 16: Ponte que dá acesso à parte peninsular da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 17: Avenida 15 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



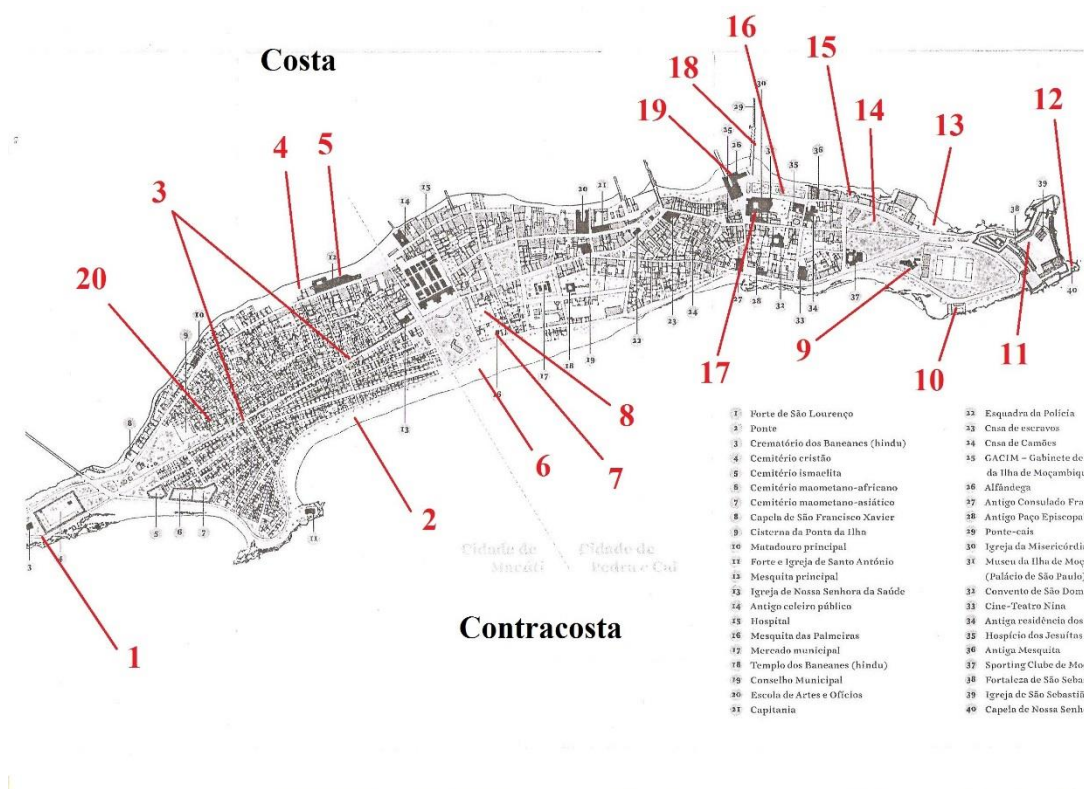
*Figura 18: Cotidiano na cidade de Macuti
2019. Foto do autor.*



*Figura 19: Fontanário na cidade de Macuti
2019. Foto do autor.*

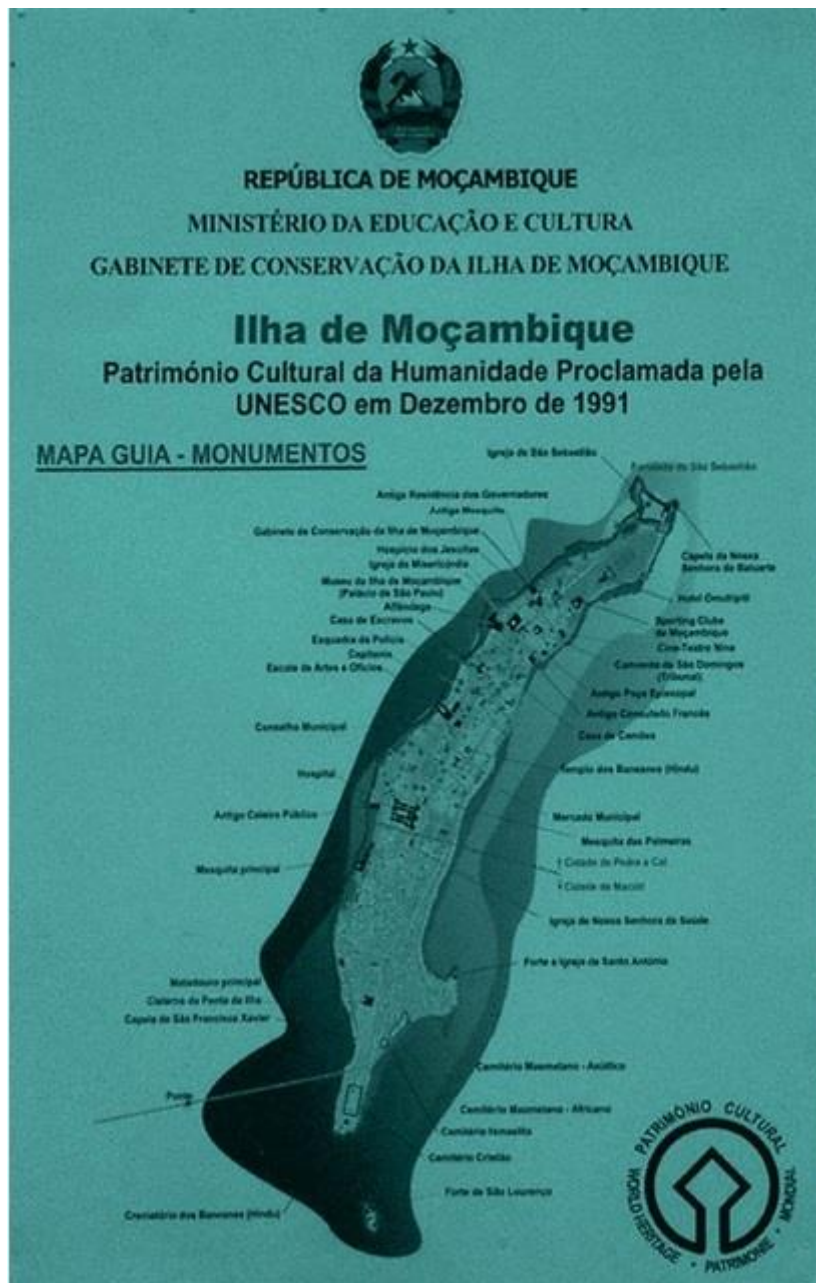
Caminhando entre algumas referências – Capítulo 1.1

Existem muitas formas de se conhecer uma cidade e o mapa é uma delas. Fundamentais no período das colonizações, os mapas não só divulgavam as cidades como descreviam suas características ambientais com destaque para os rios e o relevo, mostravam onde estavam os fortes, os faróis e as muralhas, além de informar os lugares a serem conquistados. Posteriormente, os mapas também se tornaram fundamentais para estimular o consumo das paisagens nos catálogos turísticos pelo mundo. O mapa abaixo foi renumerado por mim em cima do mapa turístico da ilha distribuído por hotéis e órgãos públicos, e busca apresentar e destacar alguns lugares que são referências espaciais para a compreensão dessa pesquisa (ARRAIS, 2017).



Mapa 6: Modelo de mapa usado em campo e replicado aqui para localizar lugares importantes para a compreensão espacial da pesquisa.

Assim que cheguei à Ilha de Moçambique em junho de 2019 recebi um mapa turístico da ilha. Nesse mapa havia 40 pontos em destaque listados e nomeados, entre edifícios militares, religiosos e turísticos, além de ruas e praias, apresentava uma visão panóptica de toda superfície. Uma reta pontilhada cortando toda a ilha sobre a rua que divide a cidade de Macuti e a cidade de Pedra e Cal é uma importante referência em destaque no mapa que espacializa as divisões da ilha. Fiz várias cópias desse mapa que me serviam como base para depositar informações coletadas durante o trabalho de campo e conversas com moradores, turistas, gestores públicos e etc.



Mapa 7: Mapa guia dos monumentos produzido pelo Ministério da Educação e Cultura.

A sobreposição desses mapas criou várias camadas de compreensão dos lugares e expôs algumas tensões entre a memória social e as memórias coletivas, sendo a primeira um conjunto de memórias reificadas nos discursos, narrativas e na construção simbólica dos lugares, feita pelas elites dominantes ao longo do tempo e a segunda, memórias de grupos sociais silenciados nas versões oficiais. Embora o lugar não seja o único elemento formador da memória, a memória ativada por valores e sentidos construídos socialmente, é fundamental para a construção simbólica do lugar (VIANA, 2020).

Conforme Omar e Júnior (2015), a memória social é uma construção histórica, ideológica e simbólica assentada sobre construções anteriores, e sua institucionalização como patrimônio parte

de escolhas e decisões complexas. Os autores ressaltam ainda que a memória social estampada nos monumentos históricos e arquitetônicos, bem como performatizadas nas práticas culturais, é dialética, influencia e é influenciada significativamente pela memória coletiva.

No âmbito da memória, vale lembrar que o filósofo Gaston Bachelard (1994) ressaltou a importância de se compreender o tempo como sendo constituído pelas experiências sensoriais, descontínuas e rememoradas a todo instante pelas percepções do dia a dia. Para o autor, buscamos no passado e até mesmo nos momentos temporariamente esquecidos a explicação do presente, do passado e do futuro.

Tanto as ideias quanto os objetos compõem o universo da realidade humana através da memória. As imagens que nos cercam, mediadas pelo corpo humano, são tomadas como matéria produzindo novos sentidos e percepções do mundo. A percepção, por sua vez, exige um esforço de memória em busca dos momentos e das lembranças. Como nem todas as imagens são percebidas por nós, nossas percepções, plurais, se tornam nossas representações pessoais (BERGSON, 1999).

Portanto, os sentidos dados aos lugares, bem como as transformações de seus significados ao longo do tempo estão relacionados com a memória, considerada aqui conforme Viana (2020), como um conjunto de lembranças armazenadas na mente dos indivíduos que são ativadas ou inativadas durante suas vidas a partir de suas relações sociais, ideias e das concepções assimiladas, e que é diferente da cronologia histórica oficial. Para essa pesquisa, a memória é, sobretudo, um campo de disputa e elemento fundamental para a compreensão dos conflitos da cidade.

Esses conflitos também estão nos lugares, ou como define Leite (2007), nos usos e contra-usos dos lugares. Os ilhéus estão sempre olhando para a ponte e para o mar a espera de turistas que quando chegam se hospedam nos hotéis e hospedarias, comem nos restaurantes, contratam os guias e fazem passeios pelas ilhas vizinhas. Portanto, são nesses pontos turísticos que os vendedores de miçangas vão buscar seus clientes, as crianças suas gorjetas e os famintos, comida.

Assim como existe uma disputa constante pelos lugares entre os comerciantes formais e os vários outros personagens informais em busca de dinheiro ou comida, existem os lugares e não lugares ou lugares de esquecimento que são preteridos pela memória social e ficam ausentes ou são ressignificados nas narrativas oficiais, somado aos remetidos ao subsolo como cemitérios, túneis e salas para o tráfico de escravizados. Lugares, que conforme Augé (2010) e Tamaso (2007), correspondem a espaços repletos de sentidos e significados dados pelas pessoas, e não lugares, como espaços carentes de sentidos ou referências.

Conforme relatos que estimulam estudos arqueológicos atualmente, a ilha foi cortada de uma ponta a outra por túneis que transportavam escravizados para as Feitorias¹³, inclusive

¹³ Feitorias eram entrepostos coloniais europeus que na Ilha de Moçambique se caracterizam como lugares de venda de escravizados.

clandestinas, e que grande parte desses túneis foram destruídos com o propósito de evitar acidentes como desmoronamentos. Esses túneis, salas secretas e cemitérios são tratados aqui como lugares de esquecimento porque não fazem parte das narrativas turísticas, relegados a mito são conhecidos apenas por alguns coletivos, famílias e líderes religiosos, por exemplo, e tornou-se um assunto que parece não querer ser lembrado. A monografia lusotropicalistas de Alexandre Lobato escrita em Maputo já buscava rechaçar a existência desses túneis desde 1945.

Dentro do projeto turístico que narra a memória social na ilha, esses lugares de esquecimento são esquecidos e invisibilizam as contradições da urbanização e do que é considerado patrimônio, que faz da Ilha de Moçambique uma mistura do que Augé (2010, p. 44) chamou de mundo cidade e cidade mundo. Para o autor, “mundo cidade representa o ideal e a ideologia do sistema da globalização e a cidade mundo onde se expressam as contradições ou as tensões históricas engendradas por esse sistema”, isto é, um paradoxo que a torna a cidade de Pedra e Cal uma representação eurocêntrica que recebe pessoas de todas as partes do mundo, e a cidade de Macuti sem infraestrutura básica, com “urbanidades invisíveis” ou de “ausências”, como denominado por Carlos Fortuna.

Para Fortuna (2019 p. 137) “os lugares são geografias sociais próprias, que assumem formas diversas e que, principalmente, são revestidos de significados, valores e linguagens atribuídos por quem e como os apropria e usa”, repletos de teatralizações inconscientes, espontâneas, irrepitíveis e inscritas na informalidade do cotidiano da cidade, elementos “invisíveis” que escapam dos planos e políticas de regulação da cidade por estarem além dos limiares da visibilidade.

Assim como em minha dissertação de mestrado pesquisando a cidade de Goiânia no Brasil, aqui os lugares também são considerados polissêmicos, isto é, ricos em sentidos como proposto por De Certeau (2014), constituído de características indenitárias, relacionais, pois são compartilhados com outras pessoas, e histórico, estabelecido por uma estabilidade temporal mínima como descrito por Augé (2010). Conforme Gupta e Ferguson (2000), os lugares são sempre imaginados no contexto de determinações políticas, econômicas e de suas lógicas próprias, são repletos de tensões, pois são imaginados a distância, mas tornam-se lugares vividos.

Sobretudo, os lugares são para essa pesquisa, humanizados e humanizantes. São construídos fisicamente e simbolicamente por meio das agências, da política, da religião, da arquitetura e etc., misturando a história das pessoas com a história do lugar onde vivem. Os lugares têm uma característica personalizada, isto é, tomam os atributos das pessoas, e para estudar o sentido de lugar das pessoas é preciso andar pelos lugares com elas (TAMASO, 2012).

O lugar conhecido como a *Ponta da Ilha* (1), será nosso lugar de partida nessa apresentação. Local escolhido para a realização da primeira missa dos portugueses em 1498, atualmente é onde estão o Fortinho de São Lourenço, os cemitérios cristão e muçulmano, e as ruínas do crematório

hindu, além de dois conjuntos de banheiros coletivos. Uma região de mar forte e praias rochosas pouco visitadas, inclusive por locais que as tem como mal agouradas, segundo Claudio. Algumas narrativas falam que no passado a área era cercada por muros onde desembarcavam e se mantinham muitos escravizados segregados da população da ilha, o *Quintal*. Conforme relatos, os escravizados vindos de várias regiões do continente, quando desembarcados nessa área, eram transportados por túneis secretos por toda ilha.



Figura 21: Túnel embaixo de uma mesquita no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Segundo Edy,

Nós estamos aqui a referir de um Quintal que está desse lado que foi construído pelos portugueses. Os portugueses construíram esse quintal era o sítio onde os escravos construíam os túneis. Os túneis que eram construídos aqui nesse quintal iam direto para o Hospital. Agora estamos a ver aqui desse lado que foi construído um cemitério, o cemitério foi construído em cima do túnel que é impossível a gente localizar onde está o túnel, onde está o caminho onde foi construído o túnel, que agora já construíram o cemitério e já construíram também outro cemitério em cima de um túnel, que é dos Hindus.

Os escravizados raptados por todo continente africano que sobreviviam há dias de caminhada até o litoral eram colocados em pequenas embarcações fechadas e transportados pela baía de Mussuril. Após navegarem em círculos dezenas de vezes em torno da ilha até perderem a

noção de direção, os escravizados eram desembarcados e finalmente vendidos em feitorias, mercados e feiras. Outros escravizados eram distribuídos e transportados a casas e mesquitas pelos túneis escondidos no subsolo. Túneis estreitos construídos pelos próprios escravizados.

Se seguirmos pela contracosta caminharemos pelos bairros *Santo Antônio*, *Areal* e *Marangonha* até o limite da cidade de Macuti. *Costa* e *contracosta* são referências importantes na ilha definindo que o lado em que está voltado para o continente é a costa e o lado da ilha voltado para o oceano a contracosta. É na rua em frente ao Oceano Índico, a rua dos Combatentes, que duas vezes por semana, dezenas de pequenos barcos trazem para a ilha alimentos, especiarias e mercadorias de vários gêneros para serem comercializadas na feira *Watocoma* que se forma ao longo da orla dos bairros *Areal* e *Marangonha* (2). A feira acontece na rua e na praia que fica repleta de pequenas e coloridas embarcações atracadas vindas de toda região.



Figura 22: Feira Watocoma se forma toda semana na rua ao longo dos bairros Areal e Marangonha 2019. Foto do autor.

Nas duas esquinas centrais da cidade de Macuti formadas pela principal avenida da ilha, Avenida 25 de junho, estão os dois principais mercados tradicionais da cidade. Conhecidos como *Mercado Motin* e *Mercado Ndelani* (3), esses pontos comerciais atraem milhares de pessoas e funcionam de dia e de noite. Diferente dos mercados públicos construídos pela municipalidade, essas esquinas aparentemente informais são palcos de uma variada rede de comércio e de relações que faz parte da estrutura econômica e social dos ilhéus e é também um lugar estratégico para a divulgação de informações, e pelo fornecimento dos insumos básicos para a vida dos moradores da cidade de Macuti.

Embora localizados na cidade de Macuti, os edifícios nessas esquinas são de pedra e cal e são utilizados como pequenos armazéns e comércios. Os edifícios destinados a armazéns e lojas

normalmente estão próximos a feitorias ou locais de fácil embarcação pela praia, o que favorecia o abastecimento dos navios em alto mar. Em frente, às suas portas, comerciantes expõem pães, frutas e outros alimentos tradicionais em toalhas e cestas pelo chão, e às vezes em bancas improvisadas. Também são pontos para motociclistas que trabalham com o transporte de pessoas pela ilha e para o continente estacionarem suas motocicletas e ficarem conversando. Também são vendidos roupas e aparelhos eletrônicos nessas esquinas onde tanto os comerciantes que estão nos edifícios quanto os que estão pelo chão ou em barracas nas ruas pagam impostos para exercerem suas atividades.

Pelo lado da costa o destaque fica para o Mercado de Peixes (4), conhecido como *Passomar*, e a imponente Mesquita Principal (5). O Mercado de Peixes fica em uma praia de pescadores ao lado da mesquita, um lugar onde a tradição religiosa se mistura com os saberes da pesca, da navegação, da construção de embarcações, da produção de comida e de outros conhecimentos que formam uma complexa trama cultural. A Mesquita Principal, além de enorme, possui uma das *madrassas* da ilha, escola para o estudo do Alcorão frequentada por muitas crianças, algumas em paralelo com o ensino escolar oferecido pelo governo. Nessas escolas as crianças são introduzidas aos princípios islâmicos.

Entrando na cidade de Pedra e Cal pela contracosta, deixamos a feira *Watocoma* para trás e veremos à esquerda uma mesquita, e à direita uma parte da praia onde se destacam dunas e bares bastante visitados por turistas como o *Beach Club* (6). As praias desse lado da ilha são mais visitadas e já são bastante disputadas pelo mercado imobiliário que aos poucos privatiza o acesso ao mar com a construção de hotéis e casas de férias. A Mesquita das Palmeiras (7) é bastante movimentada. Com seus alto-falantes no topo da torre que podem ser ouvidos em toda a ilha, convida os moradores para as cinco orações diárias que enchem esses templos.

A mesquita está dentro de um grande terreno compartilhado por outras edificações que estão em péssimas condições. Ruínas habitadas por várias famílias pobres. Mais conhecido como *Pereira* (8), esse terreno abriga várias crianças que andam diariamente pela ilha em busca de turistas, comida e gorjetas. Quase no fim da contracosta encontraremos o Hotel Omuhipiti (9), um dos mais modernos da cidade, e a *Piscina* (10), antigo balneário dos portugueses que abriga hoje um espaço de dança, uma piscina que se enche com a água do mar vinda do Oceano Índico e uma estonteante paisagem que também atrai muitos turistas.



Figura 23: Entrada do Hotel Omuhipiti 2019. Foto do autor.

A *Piscina* fica próxima da Fortaleza de São Sebastião (11), maior edifício e cartão-postal da Ilha de Moçambique. Segundo uma lenda, a Fortaleza de São Sebastião foi construída em apenas uma noite por um espírito chamado *Muamante*, e dentro dela foi encontrado um baú que trancava dentro de si uma chave, mas ninguém sabe onde o baú e a chave foram parar (BARRADAS, 2018). Dentro da fortaleza se destaca a Igreja Nossa Senhora do Baluarte (12), edifício europeu mais antigo da ilha e da África austral. É também aos pés da fortaleza que está a praia mais visitada (13) e com melhor infraestrutura para os turistas, geograficamente em oposição à ponta da cidade de Macuti, região com maior problema de drenagem e saneamento básico.

Seguindo a orla vamos passar à esquerda por um imenso jardim de árvores (14), o antigo cemitério dos portugueses pobres, e à direita a única escola secundarista da cidade (15). Prosseguindo vamos chegar ao campo de São Gabriel (16), lugar do primeiro pelourinho para chicotear escravizados e lugar de festas e apresentações de Tufo no período colonial. O lugar possui uma grande praça com coreto e é onde estão o Museu da Ilha de Moçambique, antigo palácio dos governadores ou Palácio São Paulo (17), o Porto (18) e o edifício da antiga Alfândega (19), portanto uma das mais antigas e consolidadas paisagens de poder da Ilha de Moçambique, paisagem que representou por séculos o poder de Portugal na África austral.

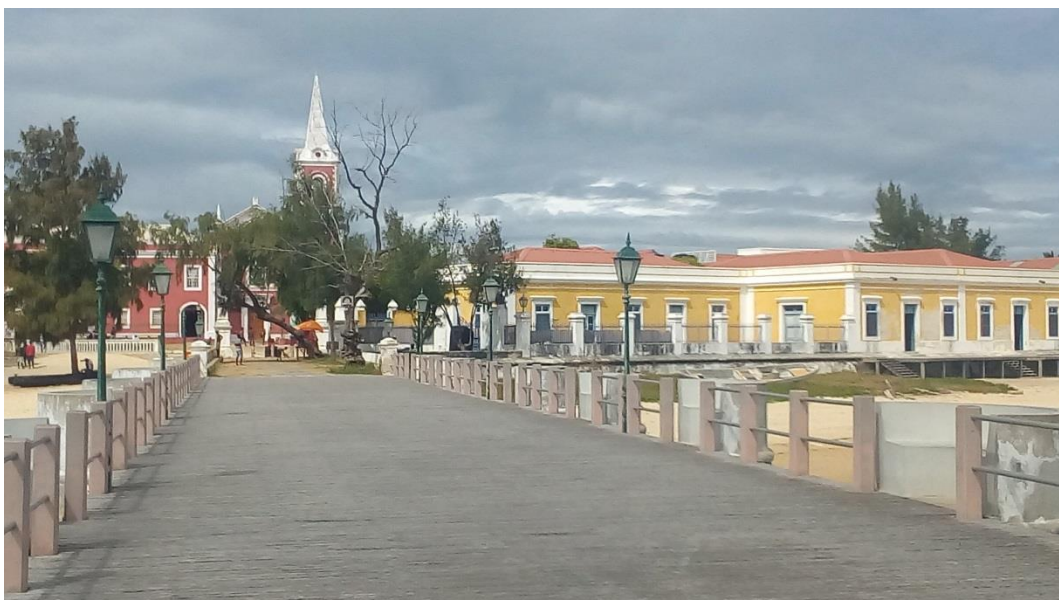


Figura 24: Foto tirada de cima do deck de acesso ao Porto da ilha com destaque para o antigo prédio da Alfândega de cor amarela e o antigo Palácio São Paulo de cor vermelha 2019. Foto do autor.

Seguindo a orla da costa a partir da antiga Alfândega é possível perceber uma grande quantidade de ancoradouros que no passado recebiam embarcações com mercadorias, inclusive escravizados. Região que pelo mesmo motivo era o lugar onde havia a maior parte das feitorias responsáveis pela comercialização de escravizados, edifícios que atualmente são ocupados por bancos, restaurantes e os principais hotéis da Ilha de Moçambique. Muitos hotéis ainda fazem referência a essas feitorias em seus nomes como o hotel Feitoria, o Escondidinho¹⁴ (20) e o Rickshaws¹⁵ por exemplo.

Nessa região ainda temos o GACIM (21), o Conselho Municipal da Cidade, o Tribunal, a sede da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique, a Escola de Artes e Ofícios, a Esquadra da Polícia e a Capitania dos Portos, símbolo da cidade. Seguindo as ruas em direção à cidade de Macuti ainda passaremos pelo Jardim da Memória (22) e uma praça com coreto, local do segundo pelourinho que se tem registro. O limite da cidade de Pedra e Cal e a cidade de Macuti é marcada pelos imponentes edifícios do Hospital da Ilha de Moçambique (23), primeiro e mais bem equipado hospital moçambicano do período colonial, e ao seu lado, já na cidade de Macuti, a Igreja Nossa Senhora da Saúde.

Após essa volta pela Ilha de Moçambique destacando alguns lugares importantes para a compreensão dessa tese, pretendo no próximo capítulo apresentar detalhadamente o trabalho de

¹⁴O nome Escondidinho faz referência à Feitoria que havia no edifício do atual hotel onde eram trazidos por túneis e comercializados clandestinamente escravizados que desembarcavam na ilha.

¹⁵O riquixá ou riquexó é um meio de transporte de tração humana em que uma pessoa puxa uma carroça de duas rodas onde acomodam-se uma ou mais pessoas. Meio de transporte comum na ilha durante o período colonial.

campo realizado durante quatro meses no ano de 2019. O trabalho de campo é uma etapa fundamental para a pesquisa antropológica, pois em termos de posição epistemológica, a antropologia se caracteriza pelo relativismo, valorizando o discurso do nativo e preterindo quadros de interpretação e análise mais gerais e universalizantes. Conforme Magnani (2003,a) etnografia, seu método tradicional, é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados compartilhando seus horizontes numa relação dialógica de troca, comparando suas próprias representações e teorias com as deles, para então refletir e partir para um modelo novo de entendimento, ou ao menos, partir para uma pista nova.



Figura 25: Igreja Nossa Senhora do Baluarte 2019. Foto do autor.



Figura 26: Canhão no baluarte da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.



Figura 27: Fortim de São Lourenço 2019. Foto do autor.



Figura 28: Placa comemorativa fixada próxima à ponte que liga a ilha ao continente 2019. Foto do autor.



Figura 29: Me. Claudio Zunguene, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Diretor do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique apresentando o patrimônio da ilha 2019. Foto: Taiane Santi Martins.

O trabalho de campo na ilha – Capítulo 1.2

Minha trajetória na faculdade de Ciências Sociais começou em 2010, no mesmo ano em que tomei posse como Analista em Obras e Urbanismo da Prefeitura de Goiânia¹⁶. Na graduação em Ciências Sociais realizei uma pesquisa sobre o projeto de Operação Urbana Consorciada¹⁷ proposto pelo setor imobiliário da capital em parceria com a prefeitura na região do Jardim Botânico de Goiânia, onde ainda existe o último trecho remanescente da ocupação das margens do córrego Botafogo que remete à construção da cidade na década de 1930.

No mestrado em Antropologia Social na mesma faculdade, abordei de modo aprofundado os discursos dos técnicos da prefeitura, políticos e representantes do setor imobiliário, as memórias dos moradores da ocupação, bem como acompanhei e analisei as audiências públicas que apresentou o projeto de Operação Urbana Consorciada realizadas pela prefeitura de Goiânia e pela associação criada pelos moradores para reivindicar a escritura de suas casas e a oportunidade de participarem do projeto de requalificação da área. Além dos diversos sentidos dados aos lugres, casas, ruas, córrego, mata e etc., a pesquisa discutiu os processos de gentrificação que essas intervenções urbanísticas promovem.

Tendo entrado em contato no mestrado com publicações sobre processos de gentrificação em diversas cidades do mundo, entre elas, projetos governamentais de reassentamento de moradores da Ilha de Moçambique no continente devido a venda de casas tombadas como Patrimônio Mundial, acatei a sugestão de minha orientadora Izabela Tamaso e me preparei para levar a pesquisa para fora do Brasil. Após entrar em contato com moradores da ilha pelas redes sociais, com o pesquisador e diretor do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, Claudio Zunguene, e com o então diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da ilha, Camilo Cuna, parti para a pesquisa na África.

Essa tese foi escrita no Brasil e em Moçambique. Para tanto, além de uma constante revisão bibliográfica de publicações acessadas do Brasil, lanço mão de materiais que trouxe de Moçambique e de Portugal, e materiais que me chegaram por meio de contatos feitos durante o período do trabalho de campo, entre junho e setembro de 2019. Em Moçambique, na primeira semana pude passar por Maputo, e conhecer pela primeira vez a maior cidade e capital do país. Em Maputo tive acesso às livrarias, ao acervo histórico da ARPAC – Arquivo do Patrimônio Cultural, bem como ao Ministério da Cultura e Turismo, lugares que concentram muitas publicações e documentos relacionados ao Patrimônio Mundial, em especial sobre a Ilha de Moçambique.

¹⁶ Minha primeira formação é em biologia, o que me permitiu prestar concurso para Analista em Obras e Urbanismo.

¹⁷ Operação Urbana Consorciada é um instrumento urbanístico que excepciona a Lei de Uso e Ocupação do Solo e é utilizada para requalificar uma área da cidade ou para implantar e/ou ampliar infraestruturas urbanas, por meio de intervenções, em áreas da cidade onde haja interesse imobiliário.

Fiz uma rápida passagem pela cidade da Beira, segunda maior cidade moçambicana e a mais castigada pelo ciclone Idai¹⁸ em maio do mesmo ano, e Nampula, importante cidade do Norte, capital da província de mesmo nome e que dá acesso à Ilha de Moçambique, onde pude visitar o Museu Nacional de Etnologia, lugar em que se formou a primeira brigada de restauradores de edifícios históricos após a independência e que atuou na conservação de edifícios na ilha. Acho importante registrar que durante todo o período de doutoramento eu não utilizei as bolsas disponíveis pela universidade, optando por deixa-las a outras alunas e alunos, continuar trabalhando na administração pública municipal e custear toda a pesquisa. Com o objetivo de me adaptar ao campo, esse primeiro momento se destacou como o de uma maior compreensão das diferenças políticas, socioambientais e culturais do país de sul a norte.

Na cidade da Ilha de Moçambique, dei ênfase à parte insular, onde me instalei em três lugares diferentes explorando minha experiência de alteridade máxima em campo, conforme nos sugere Mariza Peirano (2006). Com destaque, a Hospedaria Dona Kero foi minha base durante praticamente todos os dias do período de campo. Um pequeno quarto com banheiro privativo e com a janela totalmente obstruída pela construção de uma escada de cimento do lado de fora, que possuía uma cama com rede de mosquito, um criado mudo, e uma mesa com uma cadeira onde meus livros, o computador e outros pertences ficavam.

Em um grande terreno de frente para o oceano Índico, a hospedaria simples está bem localizada na Rua dos Continuadores. Iniciada antes dos grandes hotéis para atender os turistas que chegavam à ilha, a casa de família cresceu e teve de se adaptar às regras municipais para continuar funcionando, assim como outras hospedarias parecidas. Com preços mais baixos, ainda hoje é uma alternativa aos hotéis e recebem turistas constantemente. Possui cômodos pouco planejados, móveis antigos e com as fiações elétricas embaraçadas pelas paredes, a hospedaria é administrada pela Dona Kero, sua família e outros agregados como Momadi que mora em um pequeno quarto e é responsável pela limpeza geral e pequenas manutenções, Hamati, um senhor alfaiate que todos os dias faz costura com uma máquina preta antiga de frente para a porta dos fundos, e o caso do outro senhor que eu não soube o nome, mas que ao que parece, é pescador durante o dia, e a noite se deita sobre uma esteira no quintal, recebe hóspedes e cuida do portão da hospedaria que não possui tranca.

No lote grande, vários conjuntos de casas formam a hospedaria composta de quartos com banheiro e quartos sem banheiros, dois banheiros coletivos e uma pequena sala de refeições. Não se costuma servir comida regularmente, mas é comum grupos de hóspedes combinarem com a Dona Kero para que ela sirva algumas refeições. Eu mesmo pagava uma mensalidade para poder comer

¹⁸ O Ciclone Idai atingiu Moçambique em 15 de março de 2019 com ventos que chegaram a 100 km/h e foi considerado um dos mais fortes dos últimos anos, matou pelo menos 700 pessoas do sudeste africano e cerca de 1.7 milhões de pessoas sentiram seus efeitos.

da alimentação que ela fazia para a sua família e gentilmente oferecia a mim no café da manhã e no almoço. Sua casa no centro do lote possui um terraço característico das casas da cidade de Pedra e Cal que serviam para a captação da água da chuva. No caso da hospedaria, o terraço é usado para secar as roupas molhadas e em parte dele foi construído uma pequena cobertura de metal com algumas cadeiras aonde todos os dias um pastor evangélico conduz orações. Dona Kero é mulçumana e sua primeira oração é realizada todos os dias às cinco horas da manhã com um pastor e outras pessoas cristãs em sua casa.

Na Hospedaria Dona Kero chegam turistas que buscam preços menores que dos hotéis. Normalmente chegam por sua conta, mas muitas vezes são trazidos por moradores ou guias turísticos. A água quente e o uso do ar-condicionado são controlados e negociados à parte diretamente com a proprietária, a limpeza é feita diariamente, mas se quiser lavar as roupas, a Dona Kero também negocia à parte. Lá não tem espaço para estacionamento, um problema de toda a ilha, então os veículos ficam estacionados na rua.

Durante três semanas me hospedei na casa do Djordan no bairro Litine, na cidade de Macuti. Uma casa de macuti em transição para casa de alvenaria localizada ao lado de uma mesquita no bairro mais populoso da ilha onde moram três famílias. Na casa sem banheiro, um antigo telhado de quatro águas feito de folha de palmeira macuti é preenchido por sacos plásticos nos lugares mais danificados. Sem piso, o chão batido é forrado por esteiras de palha que são usadas para dormir. Há poucas mobílias, dois armários pequenos de madeira, uma mesa de canto pequena de metal e um baú de madeira. Dois cômodos de alvenaria foram construídos, um anexado ao lado da casa e o outro em frente, além de uma casa de banho¹⁹ cercada de sacos plásticos e lona ao lado do caminho de acesso. Hospedei-me no quarto ao lado, com o chão forrado por lonas plásticas que possuía uma cama com rede de mosquiteiro e dois criados, uma estante cheia de objetos variados, um ventilador e um rádio antigo.

A única porta central fica aberta praticamente o dia todo, mas só é acessada pelos moradores. Quando visitantes se aproximam costumam falar da porta “*dá licença*” e esperam alguém responder. As paredes de mangal e pedras de coral não possuem isolamento acústico, o que faz com que se dê para ouvir as pessoas passando ao lado ou conversando em outras casas próximas. As mulheres e as crianças costumam ficar em frente à porta, sentadas, conversando, cuidando dos filhos, vendendo biscoitos, frutas ou madeira, por exemplo. É também o lugar onde fica a cisterna que fornece água para a casa e para alguns vizinhos, e onde se cozinha com fogareiro de metal e se lava as roupas em bacias de plástico.

¹⁹ A casa de banho é um local apenas para o banho, não possui sanitário.

Por três dias hospedei-me no Hotel Escondidinho em um quarto com uma cama de casal e uma de solteiro com redes de mosquito, dois criados com abajures, cadeira de madeira e sisal, cômoda com quatro gavetas, um espelho grande e alguns quadros nas paredes, uma mesa com cadeira de madeira para escritório. O espaçoso banheiro era privativo, mas ficava fora do quarto. Em frente ao quarto fica uma grande piscina rodeada por cadeiras, espreguiçadeiras e um belo jardim. O hotel muito bem decorado foi construído no edifício de uma grande feitoria do período da escravidão. Local que tem sido buscado por arqueólogos que acreditam haver um túnel no subterrâneo que conectava o local à rede de túneis secretos para o contrabando de escravizados na ilha, origem do nome *Escondidinho*.

Além de conviver com famílias, trabalhadores, turistas, pesquisadores e estudantes, busquei primeiramente sistematizar uma técnica de coleta de dados usando o mapa da ilha como suporte. Nesse caso, o mapa turístico, e não o mapa da Unesco, oficial. Fiz essa opção porque era o mapa disponibilizado para as pessoas em hotéis e órgãos públicos. Feito a partir do mapa da Unesco, o mapa turístico destaca com cores e legenda alguns pontos da ilha e acrescenta o Crematório Hindu e o Cemitério Cristão na Ponta da ilha.



Mapa 8: Na comparação o mapa da esquerda corresponde ao mapa da Unesco, sem demarcação de edifícios tombados na Ponta da ilha, e o mapa da direita corresponde ao mapa turístico onde as ruínas do Crematório Hindu e o Cemitério Cristão aparecem em destaque.

Durante a pesquisa, em grande parte no trabalho de campo, procurei sobrepor o mapa oficial apresentado no relatório de candidatura ao título e disponível na página oficial da Unesco na internet ao mapa turístico, que dei preferência por ser mais comum entre as pessoas e disponibilizados pelas entidades governamentais. Seguindo a proposta metodológica, fiz a sobreposição desses mapas aos mapas mentais apresentados pelas pessoas entrevistadas e com as quais interagi em Moçambique.

Com várias cópias do mapa da ilha impressas, delimito todos os bairros, identifiquei igrejas, mesquitas, túneis, fossas sépticas, calhas para drenagem superficial, além de outros pontos referenciais e equipamentos urbanísticos. Caminhei diariamente com diversas pessoas registrando

nos mapas suas impressões e experiências. Em meu quarto de estudos na hospedaria Dona Kero, como exercício regular, transferia essas informações para um grande mapa que confeccionei e fixei na parede, criando camadas, sobreposições e formas distintas de perceber a ilha. Além disso, descarregava todas as fotografias e vídeos produzidos durante o dia em pastas devidamente separadas e classificadas no computador.

A fotografia e os vídeos acompanham minhas pesquisas desde a graduação em Ciências Sociais. É importante ressaltar que sou casado com uma fotógrafa que me inspira e me ensina todos os dias técnicas fotográficas, o que aumenta minha paixão pelo tema. Meu interesse pelas imagens sempre influenciou o trabalho de campo e a forma de me relacionar com os interlocutores, por isso se destacam nessa tese. A capacidade que as imagens possuem de comunicar e provocar as pessoas fazem delas ferramentas interessantes na pesquisa antropológica. Ao fazer minhas malas no Brasil tive o cuidado de acondicionar bem uma máquina fotográfica emprestada pela minha tia, dois cartões de memória, alguns conjuntos de pilhas, e um pequeno notebook cedido pela minha mãe. A leveza e a portabilidade daqueles equipamentos naquele momento me pareciam fundamentais para um antropólogo em pesquisa pela África.

Após uma pequena passagem por Lisboa para apresentar um artigo sobre minha pesquisa de mestrado no VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia e pesquisar um pouco mais sobre a Ilha de Moçambique, a chegada em Maputo foi uma oportunidade de acostumar com novas regras sociais e formas de usar a cidade. Para começar, com o trânsito e as ruas onde se dirige do lado esquerdo, e não do lado direito como no Brasil, e as conversões monetárias do real²⁰ para o dólar e para o metical²¹, por exemplo. As primeiras saídas com a câmera já deram pistas do que estava por vir. Com um consumo exagerado das pilhas e uma pequena capacidade de armazenamento, a máquina não me ajudou muito.

Como as imagens estavam no centro da metodologia proposta, o aparelho de telefone celular passou a desempenhar uma função estratégica substituindo a máquina fotográfica. Contudo, o celular também possuía uma memória pequena. Então tive de excluir todos os arquivos e aplicativos possíveis, fazendo do celular minha máquina fotográfica e carregando-o sempre comigo. Descarregar as fotos e organizá-las em pastas identificadas foi um exercício diário na Dona Kero. Oportunidade para fazer anotações em meu mapa da cidade, e considerações na caderneta de campo.

A antropologia e a fotografia possuem uma história de proximidade e se desenvolveram juntas nas primeiras décadas do século XIX. Em substituição às gravuras, as fotografias foram utilizadas primeiramente por nações colonizadoras como França e Inglaterra em pesquisas que buscavam classificar o mundo e as pessoas a partir de emoções faciais e expressões naturais. A

²⁰ O real é a atual moeda brasileira.

²¹ O metical é a atual moeda moçambicana.

fotografia para a antropologia positivista e evolucionista serviu também para capturar o exótico que estava fora da Europa (DANTAS, 2021).

Para essa pesquisa, as fotografias foram feitas sem preocupação estética. Os registros em grande parte retratam cenas do cotidiano, pessoas e lugares que naquele dia haviam sido abordados em campo e estavam anotadas na caderneta de campo, isto é, cenas do trabalho de campo. Portanto, nesses casos, não priorizei o enquadramento, alinhamento ou qualquer outra regra de fotografia.

Enquanto uma caderneta física com textos, desenhos e esquemas era construída, outra caderneta virtual composta por fotos e pequenos vídeos também era. De maneira geral, foi comum os moradores quererem ser fotografados. Pediam para serem fotografados, inclusive. Entretanto, em duas situações o retrato não foi bem-vindo, primeiro por um vendedor na Avenida 25 de Junho que foi filmado durante a gravação de entrevistas com o representante do GACIM, e na segunda vez dentro do prédio do Tribunal Judicial do Distrito da Ilha de Moçambique, edificação listada como parte do acervo tombado da ilha.

Com o projeto de usar a produção de vídeos etnográficos colaborativos como forma de imersão em campo e de fomento ao debate com as comunidades frustrado pela falta de equipamentos adequados, a fotografia se destacou, e logo me proporcionou vínculos com diversas pessoas que quiseram ser fotografadas e acabaram dialogando e contribuindo com a pesquisa. A imagem de um homem branco fotografando comunidades negras em Moçambique é bastante simbólica e até tem nome na ilha, *Nykhunha*, uma categoria êmica para se referir ao estrangeiro branco e da qual eu era frequentemente chamado.

Através de um convite da Universidade Lúrio²², promovi uma oficina intitulada Câmera Participante como Proposta Metodológica para a Investigação Antropológica com 110 alunos de duas turmas, uma do curso de Desenvolvimento Local e Relações Internacionais, e outra do curso de Turismo, inspirado nas aulas de antropologia visual que tive na graduação em Ciências Sociais, com o Professor Gabriel Alvarez na Universidade Federal de Goiás, no Brasil.

²² A Universidade Lúrio é uma instituição de ensino superior pública criada em 2006 com sua sede estabelecida na cidade de Nampula. Está desde 2018 na Ilha de Moçambique através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.



Figura 30: Dia em que as turmas da Universidade Lúrio apresentaram os vídeos etnográficos feitos por eles a todos os alunos 2019. Foto do Autor.

Apresentei o conceito de Cidadania Patrimonial do Professor Manuel Lima Filho, e desafiei os alunos a romperem com a histórica concepção de que o poder público é o definidor e produtor da cultura, da cidade e das sociabilidades. Para Lima Filho (2015, p. 139), trata-se de cidadania patrimonial,

a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderantemente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença.

Em grupos de cinco alunos, eles produziram vídeos sobre o que consideraram patrimônios materiais e imateriais na ilha, simulando dentro das possibilidades disponíveis, a produção de um vídeo de cunho etnográfico com base na filmagem, edição e produção compartilhada. O resultado foram 20 produções de vídeo e o acesso a lugares e pessoas que se tornaram interlocutores muito importantes nessa pesquisa. Os vídeos foram feitos com pessoas da ilha e abordaram a *capulana*²³, as reformas dos edifícios de pedra e cal, a mineração de miçangas nas praias, a venda de miçangas, o *mussiro*²⁴, o mercado *Ndelane*, a construção de embarcações na ilha, a *mikova*²⁵, a capoeira, os

²³ Capulana é o nome que se dá, em Moçambique, a um pano que, tradicionalmente, é usado pelas mulheres para cingir o corpo e por vezes a cabeça. Também é usado para levar as crianças junto ao corpo, e assessora a mulher nas atividades domésticas.

²⁴ Mussiro é uma planta arbustiva utilizada ritualmente na puberdade feminina e no tratamento de pele por meio de máscaras faciais comum em Moçambique.

²⁵ Mikova é o nome dado a um cinturão de miçangas usado pelas mulheres *makhuwa* durante a relação sexual com o objetivo de dar força aos homens.

utensílios caseiros, a existência de túneis na ilha, a culinária local, a fabricação de artesanatos, o jogo tradicional chamado *Mpale*, os métodos construtivos da cidade de Pedra e Cal, e o Jardim da Memória.

Além de importante caderneta de campo virtual, os registros dos lugares, das casas e de suas memórias buscaram ir de encontro a uma antropologia que se preocupa com a duração, como sugerem Rocha e Eckert (2013). Também produzi entrevistas filmadas e compartilhadas com atores que se destacaram durante o trabalho de campo, como Senhor Hafiz Abdul Razak Assad Adi, xeique local; Zeyd Abdul Rahiro ou Didi, como é chamado o construtor local; Claudio Zunguene, professor, pesquisador e, na ocasião, fiscal do GACIM, atualmente diretor; e Edy, morador e guia turístico da Ilha de Moçambique.

A escolha dos interlocutores aconteceu de maneira natural durante a pesquisa. Claudio foi um contato importante feito quando eu ainda estava no Brasil, me recebeu, me orientou e deu todo o suporte para minha permanência na ilha. Sendo ele servidor público como eu e trabalhando como fiscal do GACIM, pudemos compartilhar experiências acadêmicas e profissionais. Antes de ir para Moçambique eu busquei nas redes sociais pessoas que morassem por lá e Edy foi o único que me respondeu. Seu nome no Facebook é Edy Ilha de Moçambique e por ser treinado pela Unesco em Moçambique, também se tornou um interlocutor estratégico.

O Senhor Hafiz é um xeique muito importante da ilha e já participou de muitos estudos e pesquisas. Também participou de capacitações oferecidas pela Unesco em Moçambique e era sempre lembrado e recomendado por diferentes pessoas como uma fonte fundamental para o estudo do patrimônio da ilha. Didi se tornou interlocutor por ser um construtor que estava restaurando casas na ilha. Didi é jovem e frequentava restaurantes, festas e pontos turísticos da ilha, o que fez com que nos conhecêssemos.

Senhor Hafiz é morador, xeique da irmandade mulçumana Kadrihia Bagdad e integrante da associação dos Amigos da Ilha de Moçambique fundada em 1982. Concedeu-me entrevista em sua casa e me orientou em vários outros encontros em campo. Didi me levou em uma de suas obras na cidade de Pedra e Cal, dentro do limite tombado pela Unesco, me concedeu entrevista e se colocava sempre aberto a diálogos em encontros na ilha e no continente. Claudio é professor, pesquisador e servidor do GACIM na ilha, foi interlocutor fundamental nessa pesquisa. Edy é um excelente guia turístico formado pela Unesco, conhece muitas histórias oficiais e não oficiais da ilha, sendo muito procurado por pesquisadores, produtores de documentários e recomendado pelos hotéis e empresas de turismo. Os quatro se tornaram meus amigos.

Essas gravações foram possíveis graças à participação da pesquisadora brasileira Taiane Santi Martins que também em trabalho de campo de doutorado na ilha, disponibilizou sua câmera profissional e contribuiu com significativas considerações. Os entrevistados foram convidados a

participar da pesquisa e assinarem o termo de ciência e autorização, conforme regras do comitê de ética da Universidade Federal de Goiás. Ficou facultado a eles escolherem o que falar e o que mostrar na ilha dentro do tema patrimônio, ficando eu como um *cameraman* e entrevistador. Devido à pandemia não foi possível a edição compartilhada como programado, mas produzi pequenos vídeos de no máximo dez minutos que estão publicados no YouTube²⁶ e em redes sociais onde os entrevistados são marcados, o que permitiu interações, sugestões e contatos pela internet.

Um segundo retorno a campo estava programado para o final de 2020 e início de 2021, período das chuvas na ilha, mas, que foi impossibilitado pela pandemia da Covid19, que iniciou em meados de março de 2020. Acho importante destacar que não foi só o campo que a pandemia prejudicou, mas em muitos momentos a continuidade de toda a pesquisa. Vejo o quanto as mortes e os impactos das desigualdades sociais noticiados nesse período influenciaram na escrita dessa tese. A urbanização descontrolada, a degradação ambiental e social que estamos globalizando no planeta ficou estampada em todos os noticiários. A esperança também.

Escrever nesse momento se tornou não só um protocolo acadêmico, mas uma importante contribuição da antropologia para os rumos do mundo. Em março de 2022 enquanto eu escrevia essa tese no Brasil, o ciclone Gombe chegou à ilha com muita agressividade derrubando casas, monumentos e árvores, inclusive a grande Figueira que recebia as pessoas que atravessavam a ponte, um dos cartões postais da Ilha de Moçambique.

A seguir, acho pertinente continuarmos essa discussão a partir da construção legal e histórica da política cultural e patrimonial em Moçambique, bem como refletir sobre sua relação com o período colonial, o período pós-independência e a ideia de identidade e memória que vem sendo reafirmada. Essa construção é feita sobre forte influência de atores estrangeiros autorizados ou peritos em cultura e patrimônio, isto é, narrativas legitimadas que suplantam narrativas locais e que são reificadas nos monumentos, na arquitetura e nos mitos de origem que a Ilha de Moçambique suscita.

²⁶ <https://www.youtube.com/channel/UCs1iuj4d8udJdCyB7T7JnbA>



Figura 31: Crianças localizando suas casas no mapa turístico da ilha 2019. Foto do autor.



Figura 32: Mapa desenhado em cartolina e fixado na parede onde as informações eram sobrepostas 2019. Foto do autor.



Figura 34: Atravessando uma porta no chão de uma mesquita na cidade de Macuti 2019. Foto de Taiane Santi Martins.



Figura 35: Entrada de um túnel embaixo de uma mesquita na cidade de Macuti 2019. Foto Taiane Santi Martins.



Figura 36: Detalhe para uma bifurcação de túneis embaixo de uma mesquita da cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 37: Uma Porta do Não Retorno era onde os escravizados eram embarcados para os navios negreiros 2019. Foto do autor.



Figura 38: Coleta de mariscos na Ponta da ilha com o Fortim de São Lourenço e o continente ao fundo. Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

A construção oficial do patrimônio moçambicano – Capítulo 1.3

Já é sabido que existem diferenças entre as perspectivas dos atores envolvidos nas políticas públicas. Percebe-se aqui que os estudos sobre políticas patrimoniais são ótimos para se refletir sobre os discursos e as tensões entre os técnicos burocratas, os políticos, os agentes privados e a sociedade. Na análise dos discursos desses atores sobre o patrimônio é possível “pensar a relação entre o que foi realçado, selecionado e o que permanece obscurecido, ou fora excluído e/ou destruído” (TAMASO, 2015, p. 160).

Na busca por comparar as diferenças entre o conjunto urbanístico e arquitetônico reconhecido oficialmente como Patrimônio Mundial, o patrimônio edificado e oficial, e as experiências que dão sentido a esse patrimônio tangível, que é animado pelas manifestações culturais e pelo cotidiano dos que vivem o patrimônio, que nesse capítulo me interessa abordar a trajetória da política patrimonial de Moçambique através de leis e normas que foram publicadas ao longo dos anos. Qual a influência dessas normas, que para essa pesquisa faz parte do sistema patrimonial da Ilha de Moçambique, na organização espacial dos lugares, das vidas e da história das pessoas?

Para Smith (2006) existe o discurso autorizado do patrimônio que não corresponde ao discurso das pessoas que vivem o patrimônio, que é articulado por especialistas e autoridades oficiais, e normatiza aspectos importantes da vida das pessoas como as paisagens, que no caso da Ilha de Moçambique representam quase todas as edificações da cidade de Pedra e Cal e da cidade de Macuti. Esse discurso autorizado do patrimônio está diretamente relacionado com a economia do turismo e do trabalho nesses sítios, bem como aos valores estéticos e coloniais europeus.

Para a autora, as memórias e as experiências vividas nos lugares dão sentido e tangibilidade para o patrimônio material, que não está relacionado apenas com o passado, mas com o presente e com o futuro. Os discursos transmitidos e performatizados nos sítios patrimoniais são compostos de memórias e saberes que são lembrados e remodelados diariamente e que nos ajudam a entender quem somos e quem queremos ser (SMITH, 2006).

Conforme Connerton (1999, p. 15), cabe ao discurso autorizado a reconstituição histórica. Para o autor, trata-se de dar conhecimento e legitimidade aos vestígios históricos, isto é, “as marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno qualquer em si inacessível”. Tornar essas marcas como vestígios já é torná-las um testemunho, é ultrapassar sua mera descrição e torná-las verdadeiras. O discurso autorizado do patrimônio, assim como o historiador que reconstitui a história a partir dos vestígios, é capaz de rejeitar algo que lhe é dito explicitamente em seus testemunhos e substituir por sua própria interpretação dos acontecimentos satisfazendo os critérios de uma verdade histórica.

Vale ressaltar que existem gêneros de discursos relacionados a diferentes atividades, grupos e categorias, bem como diferentes situações sociais. Com esses gêneros, variam o vocabulário, a gramática e até a entonação, isso porque variam também a razão e a posição de quem articula esses discursos. Os discursos são sempre enunciados proferidos por alguém e dirigido a outro alguém em um tempo e um espaço. Todo enunciado espera uma resposta, sendo também uma resposta a outro enunciado proferido anteriormente, formando assim uma cadeia interminável de enunciados. Portanto, todo discurso está necessariamente respondendo a outro anterior e cada categoria social, instituição ou mesmo cada indivíduo dispõe de um discurso diferenciado que dialoga com discursos produzidos por outros interlocutores (GONÇALVES, 2007).

Os “discursos do patrimônio cultural”, presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. Esses discursos podem estar associados, ora a grupos dominantes, e centrados em valores tais como “civilização” e “cultura” pensados enquanto valores espirituais e imateriais; ora associados a grupos e categorias situados nos estratos inferiores da sociedade e centrados em valores que podem ser reinterpretados a partir daqueles e centrados em dimensões materiais e corporais da existência (GONÇALVES, 2007, p. 141).

Ao analisarmos brevemente as leis publicadas podemos refletir sobre os discursos que foram selecionados e reproduzidos na política patrimonial moçambicana, bem como estão relacionadas aos interesses das políticas coloniais do passado, muitos dissensos do presente e perspectivas do futuro. Desde o século XVIII a ideia de Patrimônio Mundial vem legitimando as políticas de conservação dos bens naturais e culturais que supostamente devem pertencer a toda humanidade devida sua representação universal, o que para Canclini (1998) não passa de uma “teatralização da modernidade”.

Em 1943, quando parte da Europa vivia a segunda guerra mundial, e Portugal o regime ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar, simpatizante de Hitler e Mussoline, em Moçambique o Governador Geral criava uma Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas com o objetivo de pesquisar, classificar, restaurar, conservar e divulgar os edifícios históricos da colônia, em especial os da Ilha de Moçambique, local que representava a base da colonização portuguesa no país. Desde então a cidade de Pedra e Cal passou a fazer parte de uma lista de monumentos históricos classificados como monumentos nacionais. Foi também em 1943, que foi criado na colônia de Moçambique o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.

Embora desde 1878 muitos despachos municipais tenham sido publicados para limitar as alterações da cidade de Pedra e Cal, foi a partir de 1955 que o núcleo urbano da ilha foi declarado como Propriedade de Interesse Público, e que se determinou que, com exceção da cidade de Macuti, nenhum edifício construído poderia mais ter seu exterior modificado sem aprovação de uma

comissão do governo, e os edifícios que já haviam sido alterados, deveriam retomar a seu aspecto inicial (CACHAT, 2018).

Inspirados pelos discursos lusotropicalistas de uma civilização original nascida de uma colonização portuguesa baseada na mestiçagem biológica e cultural é que os primeiros museus coloniais foram criados. Embora um importante programa de desenvolvimento do turismo tenha sido lançado na Ilha de Moçambique na década de 1960 como maneira de compensar a crise causada pela criação do porto de Nacala, é na década de 1970 que a comissão decide inventariar as manifestações culturais do país e uma série de projetos é lançada para fazer da ilha o mais importante centro turístico de Moçambique.

Em 1972 o governo de Moçambique ratificou a Convenção da Unesco referente à proteção do Patrimônio Mundial cultural e natural, e embora a independência em 1975 tenha promovido o esvaziamento de muitos órgãos públicos e interrupção de projetos com a expulsão de todos os estrangeiros, a partir de 1988 são publicadas as primeiras leis de proteção do patrimônio cultural do país. Além disso, a criação do Ministério da Cultura em 1975, da Associação Amigos da Ilha de Moçambique em 1982 e o reconhecimento pela Unesco da ilha como Patrimônio Mundial em 1991, se destacam como acontecimentos importantes.

Conforme Cachat (2018, p. 119),

A nacionalização do solo e a unificação das leis que regem a sua utilização sob jurisdição do Estado estão entre as primeiras medidas adoptadas. O direito privado à terra foi abolido e substituído na Constituição 1975 pela propriedade do Estado. No ano seguinte, foi a vez dos bens imobiliários. Cada família vivendo no meio urbano foi autorizada a possuir duas casas: uma residência principal na cidade e uma residência secundária no campo. Os imóveis, apartamentos e casas abandonados há mais de três meses pelos antigos proprietários foram nacionalizados.

Em 25 de julho de 1981 o Decreto nº 10 foi expedido pelo Conselho de Ministros regulando a comercialização de marfim, artesanatos, conchas, fauna marítima, fauna terrestre, obras de arte, metais preciosos e semipreciosos dentro do país, a ser feito por meio de uma empresa estatal ou um agente privado licenciado, e para seu exterior, exclusivamente pela empresa estatal. Com objetivo de controlar a venda desses produtos para o exterior, o governo buscou regular o comércio através da criação de empresas estatais, e com isso, diminuir os conflitos acerca da apropriação de riquezas naturais moçambicanas por países vizinhos que influenciaram inclusive a mudança da capital para o sul do país.

Durante a década de 1980, Moçambique vive o aprofundamento da guerra civil. A fome, a pobreza, a recessão econômica e a corrupção denunciam as mazelas da política moçambicana. Nesse contexto, a Ilha de Moçambique sofre com o superpovoamento provocado pela guerra que assola o continente, com a deterioração dos edifícios da cidade de Pedra e Cal e a explosão

demográfica da cidade de Macuti, o que provoca esforços diplomáticos para chamar a atenção da opinião internacional para a necessidade de proteção da ilha.

Ainda em 1980, foi criado o Gabinete de Conservação e Restauração dos Monumentos, e em seguida, a ilha foi inscrita nos programas de cooperação da Unesco se comprometendo a elaborar leis que promovessem a proteção do patrimônio cultural do país. Em 1982 foi criada a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, que composta de moçambicanos, estrangeiros, personalidades políticas, artísticas e acadêmicas, buscava dar audiência internacional para a situação da ilha (CACHAT, 2018).

É também em 1982 que a Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal enviou um arquiteto à ilha que produziu além de um estudo, uma exposição que percorreu várias capitais europeias, em Lisboa a exposição coincidiu com a visita do Presidente Samora Machel e de seu secretário de Estado da Cultura. No ano seguinte, arquitetos e estudantes da Escola de Arquitetura de Aarhus da Dinamarca iniciaram os trabalhos que deu origem ao Livro Azul.

É por meio da Lei nº 10 de 22 de dezembro de 1988 que foi determinada a proteção legal dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano. Além de consagrar como princípio fundamental a responsabilidade do Estado na promoção do desenvolvimento da cultura e da personalidade nacionais, a lei determina “a identificação, registro, preservação e valorização dos bens materiais e espirituais que integram o patrimônio cultural moçambicano” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 11).

Essa lei destaca a autoridade do Estado na definição do patrimônio cultural, o que reflete bastante o momento político no país, que após a independência em 1975 vivenciou durante toda a década de 1980 os efeitos da guerra civil. Durante esse violento conflito armado que matou mais de 1 milhão de moçambicanos e deslocou mais de 6 milhões por todo continente, a FRELIMO e a RENAMO se enfrentaram, a primeira para implantar um regime socialista no país e a outra comprometida com o capitalismo e uma agenda liberal financiada por países estrangeiros.

Os efeitos da Guerra Fria que colocava ao mundo os lados, socialista capitaneado pela URSS e o capitalista representado pelos EUA, recaíram sobre os conflitos em Moçambique, boa parte deles financiados através da Rodésia²⁷ e da África do Sul, que sempre exerceu forte presença na região sul do país, onde está Maputo, uma grande produção pesqueira e reservas minerais. Nesse contexto, acionar os discursos de identidade e memória, selecionar e destacar algumas narrativas em detrimento de outras se tornaram estratégias decisivas na guerra.

²⁷ Rodésia foi um Estado não reconhecido localizado em uma região da África austral e sem litoral que existiu entre 1965 e 1979 durante o período da Guerra Fria. É considerado sucessor da colônia britânica da Rodésia do Sul e é conhecido hoje como Zimbábue.

A referida lei define a sua abrangência como sendo em todo território nacional, solo, subsolo, leito de águas interiores e da plataforma continental, em posse do Estado ou em propriedades privadas, inclusive bens culturais de outros países existentes em Moçambique. Define em seu artigo terceiro, Patrimônio Cultural como, “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana”. Ainda segundo o texto, “o património cultural é constituído por bens culturais imateriais e materiais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 11).

Bastante detalhada, essa lei traz outras importantes definições para a compreensão da política patrimonial do país e lista as responsabilidades do Estado, que vai desde a criação das instituições técnicas e científicas, até promover a revitalização das tradições culturais populares, ritos e folclores. Cabe ao Estado também, conforme a lei, promover a colaboração de outros Estados, com organizações internacionais intergovernamentais e não governamentais para a proteção, conservação, divulgação e valorização do patrimônio cultural.

Para fomentar o restauro e a conservação, o Estado fica autorizado a criar mecanismos de financiamento e de dar descontos em impostos, bem como o arrendamento dos imóveis classificados. A lei imediatamente declarou como patrimônio cultural todos os monumentos e elementos arqueológicos, todos os prédios e edificações erguidos em data anterior ao ano de 1920, ano que marca o fim da primeira fase da resistência armada à ocupação colonial. Também todos os bens culturais móveis importados em data anterior a 1900, os arquivos da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do conjunto de movimentos nacionalistas moçambicanos, e por fim, as principais bases operacionais da Frelimo durante a luta armada de libertação nacional.

A Lei cria o Tombo do patrimônio cultural como lugar de registro de todo patrimônio cultural moçambicano classificado e determina a toda pessoa, coletivo e órgão público que esteja em posse de um bem do patrimônio cultural comunicar o fato ao Estado e assumir suas responsabilidades, entre elas, a proteção, conservação e sua correta utilização, além de terem de comunicar à autoridade competente qualquer dano, roubo, deterioração ou outra alteração do seu estado de conservação. Segundo a Lei, o descumprimento dessas responsabilidades é punido com multa de 50 mil meticais podendo até culminar com a expropriação do respectivo bem classificado.

Alguns bens do patrimônio cultural, entretanto, são inalienáveis e pertencem ao Estado, como os sítios e objetos arqueológicos, pinturas rupestres, construções ou outras obras representativas das sociedades pré-coloniais como centros de poder, aglomerados populacionais, entrepostos comerciais e lugares de culto. A propriedade de bens culturais é transferida por herança e por legado, com prévia autorização do Estado. Também passa a ser obrigatória a autorização do Estado para a realização de trabalhos e investigações antropológicas, arqueológicas ou paleontológicas.

Outro elemento importante trazido por essa lei é a criação do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural, que ligado ao Ministério da Educação e Cultura²⁸, é o órgão consultivo e deliberativo responsável por analisar e se pronunciar sobre os bens culturais submetidos à classificação e registro no Tombo do patrimônio cultural. O conselho é composto por instituições, órgãos do Estado e peritos em investigação, tratamento e proteção do patrimônio cultural. A lei não cria um Fundo Nacional do Patrimônio Cultural, mas define que todas as receitas provenientes da aplicação das sanções previstas sejam encaminhadas para algum fundo destinado ao desenvolvimento cultural.

É certo que até a independência de Moçambique em 1975, a maior parte dos técnicos e burocratas da administração pública era de estrangeiros que residiam no país. A expulsão desses estrangeiros causou um significativo problema para a continuidade das políticas e serviu como base para a criação da nova classe burocrática do Estado. Entretanto, algumas parcerias continuaram e com o tempo se consolidaram, como as relações estrangeiras em torno do patrimônio cultural, a exemplo da publicação da Lei nº 10 de 22 de dezembro de 1988, lei de proteção dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano que conforme Cachat (2018, p. 127) foi elaborada “com o apoio de consultores portugueses enviados pela Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa” e necessária para uma candidatura à Patrimônio Mundial.

A referida Lei normatiza o projeto nacionalista pós-independência selecionando os lugares, os monumentos e os discursos que devem ser patrimonializados. Instrumentaliza a administração pública para exercer sua função na gestão do patrimônio e da memória do povo moçambicano, além de criar mecanismos de classificação e tomo dos bens, e as instituições oficiais responsáveis pela sua seleção e preservação. Ademais, responsabiliza os proprietários ou depositários dos bens culturais pela sua conservação e prepara a Ilha de Moçambique para se tornar Patrimônio Mundial.

Conforme Morais (2018), que estudou o processo de reconhecimento da Timbila como expressão cultural de Moçambique, uma das características do regime socialista implantado pela Frelimo após a independência foi a perseguição das práticas culturais tradicionais, chamadas de “tribalismo” que colocavam em risco o discurso de unidade nacional. Para a autora, a lei 10/88 ainda está atrelada ao ideal socialista de produção cultural do “Povo moçambicano”. As Timbilas, uma espécie de xilofone tocado em grupos ou orquestras, foram o primeiro bem cultural imaterial moçambicano reconhecido pela Unesco como Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade em 2005. Seu reconhecimento também foi pautado pela ajuda estrangeira, a criação de uma associação e a retórica do desaparecimento.

²⁸ Atualmente existem o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, e o Ministério da Cultura e Turismo conforme link acessado dia 24 de outubro de 2022 na página do Governo de Moçambique na internet (<https://portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Ministerios>).

Após o reconhecimento da Ilha de Moçambique como Patrimônio Mundial em 1991 e o acordo de paz entre FRELIMO e RENAMO em 1992, foi sancionado o Decreto nº 26 de 16 de novembro de 1993 que criou o Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC) tornando público seu estatuto. Focado estrategicamente nos bens culturais imateriais que dão sentido aos patrimônios materiais e ligado ao Ministério da Cultura e da Juventude²⁹, o ARPAC foi criado como instituição pública de carácter cultural e científico, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento com o objetivo de “identificação, registo, estudo, preservação e valorização, com vista ao desenvolvimento da cultura e da personalidade nacionais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 63).

Conforme Artigo 5º

1. A área de especialidade do ARPAC são os bens culturais imateriais que, de acordo com a Lei de Protecção Cultural são os que constituem elementos essenciais de memória colectiva do povo, tais como a historia e da literatura oral, as tradições populares, os ritos e o folclore as línguas nacionais e ainda obras de engenho humano e todas as formas de criação artística e literária, independentemente do suporte ou veículo por que se manifestam.

2. O ARPAC promoverá, entre outros, estudos etnológicos, antropológicos, linguísticos, sociológicos e históricos, e realizará programas de actividades com a finalidade de conhecer o homem moçambicano e de introduzir a componente cultural nos programas nacionais de desenvolvimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007).

Assim como em África, na América Latina e no Caribe as políticas de patrimonialização também estiveram em estreita relação com a construção de projetos nacionalistas que lançaram mão de narrativas, imagens e metáforas que impuseram representações simbólicas de dominação espacial onde formas sociais de significar, usar e produzir o lugar foram absorvidas por uma memória histórica nacional em um primeiro momento, e em seguida, foram transferidas para um ideal patrimonial de aparência universal, mas de natureza seletiva (ARROYO BELMONTE, 2021).

O Decreto nº 27 de 20 de julho de 1994 aprova o Regulamento de Protecção do Patrimônio Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural. Além de trazer diversos conceitos como arqueologia de salvaguarda, descobertas fortuitas, patrimônio arqueológico e outros, o decreto regulamentador disciplina burocraticamente o licenciamento de estudos e pesquisas arqueológicas no país, bem como sua fiscalização. Devido aos vários naufrágios ocorridos na costa e as pesquisas sobre túneis e salas subterrâneas para o tráfico de escravizados, a Ilha de Moçambique atrai muitos estudos arqueológicos e atualmente abriga um departamento da Universidade Eduardo Mondlane dentro da Fortaleza de São Sebastião especializado em arqueologia subaquática.

²⁹ Ministério que também não existe mais com esse nome conforme lista de ministérios acessada na página do governo moçambicano na internet em 24 de outubro de 2022 (<https://portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Ministerios>).

A Lei nº 4 de 13 de setembro de 1994, ou “Lei do Mecenato³⁰”, deu mais flexibilidade para a política patrimonial moçambicana e consolidou a participação econômica estrangeira no desenvolvimento cultural nacional. A Lei definiu os princípios básicos para o estabelecimento de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada para os campos da arte, das ciências, da cultura e das ações sociais. Entre as ações contempladas pela referida lei, o destaque foi para a “preservação e restauro do patrimônio cultural” dando ao Conselho de Ministros sempre o direito de alargar os benefícios fiscais disponíveis. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 29/98 de 9 de junho.

Posteriormente, é através do Decreto nº 19 de 11 de junho de 1996 que foi criado o Museu Nacional de Etnologia, localizado na cidade de Nampula, capital da província de Nampula, região norte de Moçambique. Conforme o texto legislativo é para regulamentar a Lei nº 10/88 e sua responsabilidade na salvaguarda e valorização dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural de Moçambique que o Decreto nº 19 cria o museu como instituição técnica e científica responsável pela constituição de coleções representativas das várias culturas do país.

O Museu Nacional de Etnologia (MUSET) é uma instituição pública e sem fins lucrativos a serviço do desenvolvimento da sociedade,

Que adquire, documenta, pesquisa, conserva, expõe e divulga, com finalidade de estudo, educação, deleite e salvaguarda para as gerações futuras, todos os materiais e objectos que, pelo seu interesse científico, histórico, etnológico ou arqueológico, convenha reunir e preservar como testemunhos da história da cultura material e espiritual do povo moçambicano no contexto da cultura africana e universal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 79).

Já em 1997 o Conselho dos Ministros sancionou a Resolução nº 12 de 10 de junho que criou a Política Cultural de Moçambique e definiu suas estratégias de implementação. Focada no “desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais” com a construção de uma identidade que representa a “Unidade Nacional”, a Resolução ressalta a garantia da livre expressão das tradições e das religiões, e a “cooperação cultural internacional” para a construção de “um mundo melhor de paz, bem-estar, compreensão e respeito mútuos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 40).

A Resolução nº 12 de 10 de junho de 1997 estimula a pesquisa, a preservação, o intercâmbio e a divulgação do patrimônio cultural. Tem os museus como espaços com um papel importante na “preservação, investigação e comunicação da memória colectiva e da cultura material e espiritual do povo moçambicano e da de outros povos ao longo da História”. Por fim, apresenta a Ilha de Moçambique como uma testemunha da História Humana importante não só para as comunidades

³⁰ De origem Romana, mecenato é um termo que indica o incentivo e patrocínio de artistas e literatos, e mais amplamente, de atividades artísticas e culturais.

locais como também para o resto da humanidade, destacando a ilha no bazar global dos lugares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 41).

Em seguida, a Lei nº 4 de 27 de fevereiro de 2001 revogou o Decreto-Lei nº 46.980 de 27 de abril de 1966 que instituía o Código dos Direitos de Autor. A nova Lei se dedicou a garantir a autoria das obras literárias, artísticas e científica moçambicanas com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural do país, e a responsabilidade do Estado no domínio da cultura em respostas às aspirações dos artistas e da sociedade em geral.

Nessa Lei, chamam atenção o Artigo 31 onde o Estado se declara titular do direito de autor sobre as obras folclóricas, direito esse que será exercido pelo Conselho de Ministros, e o Artigo 50 que define como ilimitada no tempo a proteção dessas obras. No glossário, o conceito de folclore é definido como “obras criadas no território nacional por autores anónimos ou de entidade desconhecida, transmitida por sucessivas gerações e que constitui um dos elementos fundamentais do património cultural tradicional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 35).

Com a necessidade de instrumentalizar a pesquisa, a educação e a conservação do patrimônio cultural moçambicano é que em 2002 o Decreto nº 25 de 22 de outubro transformou o Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC) em um Instituto de Investigação Sociocultural e o Decreto nº 31 de 18 de agosto de 2004 criou o Museu da Ilha de Moçambique (MUSIM), composto pelo Palácio de São Paulo, o Museu de Marinha e o Museu de Arte Sacra. De acordo com a Lei, a área de especialidade do MUSIM abrange o tratamento de documentação sobre o comércio no Índico e a presença portuguesa em Moçambique. Conforme o Artigo 2º, o

MUSIM tem como objecto a preservação da história de Moçambique, através da aquisição, documentação, pesquisa, conservação, exposição e salvaguarda de colecções representativas da influência que as várias culturas de Moçambique e de outras regiões do mundo, deixaram na Ilha de Moçambique ao longo dos séculos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2007, p. 113).

O Decreto 54 de 28 de novembro de 2016 tem como foco a gestão do patrimônio edificado e paisagístico da Ilha de Moçambique. Em seu Artigo 7º o Decreto se refere às intervenções feitas nesses patrimônios e determina que possam ser introduzidos materiais diferentes dos originais e de elementos novos, desde que previamente sejam aprovados pelo Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) e que não sejam incompatíveis com o contexto em que se integram. Esse Decreto busca solucionar o problema causado pela proteção ambiental estendida às árvores utilizadas na construção das casas de pedra e cal, os troncos de mangal utilizados na estrutura das casas de macuti, a escassez da palha macuti e a descontrolada extração das rochas de coral. Porém, o que se pode ver é que se continua a extração dos antigos materiais para as obras da ilha.

Já o Decreto 55 de 28 de novembro de 2016, que também regulamentou a Lei nº 10/88, aprovou o Regulamento sobre a Gestão dos Bens Culturais Imóveis de Moçambique com o objetivo de estabelecer o regime jurídico para a gestão das diferentes categorias de bens culturais imóveis, sendo eles monumentos, conjuntos e locais ou sítios, deixando a gestão dos elementos naturais feita pela legislação ambiental, em consonância com a dicotomia cultura e natureza que tanto interessa ao capitalismo, e ignorando as relações entre a conservação cultural e a degradação ambiental no país. Além de definir as bases para a inventariação dos bens culturais imóveis, o Decreto procura garantir os valores intangíveis presentes no patrimônio tangível imóvel, e valorizar as técnicas tradicionais e o saber popular.

Portanto, analisando o conjunto de leis e regulamentos publicados ao longo do tempo em Moçambique, é possível perceber a construção e o amadurecimento da política patrimonial atrelada a uma base econômica internacionalizada. Do período colonial aos dias atuais, sua influência perpassa a identidade nacional e a construção da sociedade, disciplina os espaços e ressalta algumas memórias. Elementos fundamentais no sistema patrimonial da Ilha de Moçambique essas leis estão presentes no cotidiano e nas narrativas das pessoas, como veremos nos próximos capítulos. A tabela abaixo apresenta as datas de normas e acontecimentos relevantes para essa pesquisa e tratados nesse capítulo.

Ano	Política
1943	Criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas.
1943	Criação do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.
1955	Núcleo urbano da ilha foi declarado como Propriedade de Interesse Público.
1970	A Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas decide inventariar as manifestações culturais do país.
1972	Moçambique ratificou a Convenção da Unesco referente à proteção do patrimônio mundial cultural e natural.
1975	Independência de Moçambique.
1975	Criação do Ministério da Cultura.
1980	Criação do Gabinete de Conservação e Restauração dos Monumentos.
1981	Decreto nº 10 de 25 de julho de 1981 regulamenta a comercialização de marfim, artesanatos, conchas, fauna marítima, fauna terrestre, obras de arte, metais preciosos e semipreciosos.
1982	Criação da Associação Amigos da Ilha de Moçambique.
1988	Lei nº 10 de 22 de dezembro de 1988 determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano.
1991	Reconhecimento da Ilha de Moçambique como Patrimônio Mundial pela Unesco.
1993	Decreto nº 26 de 16 de novembro de 1993 cria o Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC).

1994	Decreto nº 27 de 20 de julho de 1994 aprova o Regulamento de Proteção do Patrimônio Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural.
1994	Lei nº 4 de 13 de setembro de 1994, ou “Lei do Mecenato.
1996	Decreto nº 19 de 11 de junho de 1996 cria o Museu Nacional de Etnologia.
1997	Resolução nº 12 de 10 de junho cria a Política Cultural de Moçambique.
1998	Decreto nº 29 de 9 de junho de 1998 regulamenta a Lei do Mecenato.
2001	Lei nº 4 de 27 de fevereiro de 2001 revoga o Decreto-Lei nº 46.980 de 27 de abril de 1966 que instituía o Código dos Direitos de Autor.
2002	Decreto nº 25 de 22 de outubro de 2002 transforma o Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC) em um Instituto de Investigação Sociocultural.
2004	Decreto nº 31 de 18 de agosto de 2004 cria o Museu da Ilha de Moçambique (MUSIM).
2016	Decreto 54 de 28 de novembro de 2016 tem como foco a gestão do patrimônio edificado e paisagístico da Ilha de Moçambique.
2016	Decreto 55 de 28 de novembro de 2016 aprova o Regulamento sobre a Gestão dos Bens Culturais Imóveis de Moçambique.

Tabela 1: Linha do tempo das normas e acontecimentos relevantes para essa pesquisa e tratados nesse capítulo. Fonte: autor.



Figura 39: Fachada do edifício do Ministério da Cultura e Turismo na cidade de Maputo 2019. Foto do autor.



Figura 40: Fachada do edifício do ARPAC na cidade de Maputo 2019. Fotos do autor.



Figura 41: Estátua de Samora Machel em Maputo 2019. Foto do autor.



Figura 42: Embodeiro, Lumbo. Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

A casa dentro da casa – Capítulo 2

A residência dele era um embodeiro, o vago buraco do tronco. Tiago contava: aquela era uma árvore muito sagrada, Deus a plantara de cabeça para baixo. (...) Aquela árvore é capaz de grandes tristezas. Os mais velhos dizem que o embodeiro, em desespero, se suicida por vias das chamas. Sem ninguém por fogo (MIA COUTO, 2013).

O Embodeiro ou Baobá é uma árvore enorme e marcante da região norte de Moçambique e da Ilha de Madagascar. Com exemplares na Ilha de Moçambique e no continente, se trata de uma espécie arbórea muito alta, de tronco largo e oco. Imponente nas paisagens moçambicanas, o embodeiro é portador de vários sentidos e significados. Inspiração para uma vasta quantidade de contos e estórias, essas admiradas árvores são pontos de conexão com a espiritualidade e algumas são usadas como templos religiosos, lugares mágicos que existem dentro da árvore.

Como no enorme embodeiro, viver nas casas da cidade de Pedra e Cal é de certa maneira, como viver dentro de uma casca de muitos anos. Com grande parte do seu conjunto arquitetônico tombado como Patrimônio Mundial, torna-se muito importante que suas paisagens continuem cristalizadas no tempo, e que suas fachadas reproduzam os estilos arquitetônicos característicos das colonizações da ilha que garantiram sua eleição pela Unesco.

As regras tomadas aqui como “estratégias” do poder público oficial estimulam um conjunto de “táticas” diárias no cotidiano dos moradores da Ilha de Moçambique. Estratégias e táticas são conceitos propostos por De Certeau (2001) para analisar as tensões cotidianas nas cidades entre o poder do Estado que estabelece regras de uso aos espaços e os desejos das pessoas que burlam essas regras com outras formas de uso. Esses conceitos foram usados também por Tamaso (2007) em seu estudo na cidade de Goiás e Leite (2010) na cidade de Recife, ambas no Brasil.

A cidade de Pedra e Cal foi construída principalmente a partir de uma rocha característica da região de natureza coralina que antes era disponível em altas pedreiras, mas que agora é encontrada principalmente no subterrâneo do continente. Suas edificações eram chamadas de pedra e cal por não incluírem cimento nem ferro na sua construção e compreendiam os prédios administrativos, militares, religiosos, e as residências dos portugueses e da elite colonial. Vulgarmente conhecido com *Pedra Queijo*, esse mineral de origem vulcânica cria uma trama de relações com a preservação dos prédios da ilha, saberes tradicionais e contemporâneos, urbanização, turismo e degradação ambiental que merece atenção e que procuro desvelar aqui (BARRADAS, 2018).

Conforme relatos históricos, uma grande pedreira dessa rocha se estendia desde a região do Museu da Ilha até os bairros da cidade de Macuti. Extraída por anos através do trabalho escravo,

essa rocha constituiu os prédios conhecidos hoje como a cidade de Pedra a Cal. Após o fim da pedreira, em muitas regiões da cidade de Macuti ainda foram escavadas enormes valas que hoje abrigam alguns bairros, que estão nitidamente abaixo do nível do mar. Com o fim da extração da rocha na ilha, a atividade se estabeleceu no continente.

Em abundância antigamente, essas rochas eram extraídas, e em forma de blocos usadas para construir edificações capazes de suportar as violentas intemperes da região. A partir de uma técnica desenvolvida localmente ao longo dos anos, nesses blocos era adicionada uma argamassa que além de selar, revestia as paredes promovendo conforto térmico em simbiose com o ambiente. Essa argamassa produzida através da mistura de solo, rocha, cinza e a seiva de uma árvore local em quantidades específicas era capaz de tornar as edificações bastante sólidas e adaptadas às sazonalidades influenciadas pelo oceano Índico.

Na fala do xeique Hafiz,

Essas casas são de pedra e cal. O chão em que nós estamos a pisar aqui dentro dessa casa tem remendos, estamos a ver aí, mas há nesse chão uma argamassa que não é feita de cimento, isto é argila. A questão é saber como é que foi feita aquela argamassa, o procedimento, quais foram os ingredientes que foram usados, as medidas para que se produzisse essa argamassa que tem melhor qualidade que a argamassa que nós produzimos hoje? Como se alcançou isso? O modo é tudo.

Para o construtor Didi,

Então, eu não aprovo essa construção antiga porque anos atrás, as primeiras construções, eles faziam de pedra e cal porque sabiam exatamente as medidas, as quantidades e tudo mais para poder fazer isso, e levava anos para isto cair.

Essa casa orgânica, de ingredientes e medidas esquecidas, agora demanda manutenção contínua. Além da degradação do tempo, esse revestimento submetido à umidade e ao sol implacável da ilha, ao longo dos anos se torna um substrato perfeito para a germinação de plantas, que no caso da Ilha de Moçambique, são especialmente as enormes Figueiras trazidas da Índia que com suas sementes dispersas por animais somada a sua enorme capacidade de germinação produzem caules como cipós desde o teto dos imóveis até encontrar o chão e formar uma árvore enorme que devora outras árvores e até casas.



Figura 43: Detalhe para uma Figueira nascendo na parede de um imóvel em ruína 2019. Foto do autor.

Para piorar esse cenário, os locais de extração dessa rocha no continente estão se tornando enormes erosões que tomam conta da orla marítima, das ruas e das casas. Negócio operado por empresas que diariamente mineram e transportam a rocha para a construção de casas no continente e na ilha, ou por famílias que escavam seus próprios quintais em busca do sustento a partir do subsolo, atividade que ganha vigor com o aumento das reabilitações das casas em ruínas na Ilha de Moçambique e com o aumento do turismo na região.

Segundo Didi,

Hoje em dia a gente não está de acordo com pedra e cal porque são terras que estão a ir embora, são árvores que estão a ir embora por causa dessa construção de pedra e cal. Toda construção de pedra e cal requer uma pedra que está por baixo da terra. E isso provoca o quê? Vai provocando erosões, vai provocando zonas baixas, exatamente o que aconteceu com a ilha. (...) Isso mostra que todo sítio em que a gente for tirar essa pedra, estamos a destruir aquele lugar, são casas que vão embora, são os espaços que a gente vai perdendo.



Figura 44: Erosão provocada pela retirada de rochas entre as casas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 45: Crianças trabalhando na extração de rochas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 46: Homens em um caminhão extraindo rochas em Lumbo, na cidade da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Para sustentar o peso dessas rochas, as casas de pedra e cal precisam de uma forte estrutura de madeira, principalmente na sua cobertura, chamada localmente de *barrotes* que são preferencialmente de uma árvore chamada de *Pau Ferro*, que produz imensas toras de madeira mais resistentes ao clima local que também já não é fácil de encontrar. Seu fornecimento demanda a extração de uma grande quantidade de espécimes adultos da árvore que se encontra cada vez mais escassa e cara devido há anos de extração, mas que ainda é muito comum nas construções e reformas de edifícios na Ilha de Moçambique.

Conforme Didi,

Essa construção leva barrotes, leva muito barroto que sai da árvore, da árvore que nós estamos a proibir agora. É proibido matar árvores, tirar árvores, mas ainda continua a se tirar muitas árvores para aproveitar barrotes para poder fazer essa construção.

Na ilha, o GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, órgão submetido ao Ministério da Cultura e Turismo e responsável pelas políticas patrimoniais, atua principalmente na

definição de regras para a requalificação e a conservação das edificações, bem como na fiscalização dessas obras que, estimulada pela política de restauro desses prédios pelo governo, movimentam o mercado da construção civil em toda cidade. Atua também na educação patrimonial em escolas, na realização de eventos ligados ao turismo, ao patrimônio e, sobretudo, nos debates e na construção das políticas urbanas da cidade.

Muitas edificações foram restauradas nos últimos anos, algumas seguindo as regras vigiadas pelo GACIM, outras não. Atualmente para o governo moçambicano, os imóveis da cidade de Pedra e Cal que constituem o patrimônio cultural do país, caso não sejam mantidos em boas condições, após muita, podem ser apropriados como Patrimônio do Estado, para posteriormente serem vendidos para quem possa restaurá-los, normalmente pessoas da elite moçambicana ou um investidor estrangeiro.

Nesse contexto, podemos encontrar pelas ruas da cidade de Pedra e Cal edificações restauradas e usadas como prédios públicos, hotéis, restaurantes, bancos e etc, e ruínas abandonadas pelas pessoas ou abrigando famílias em condições precárias. Devido à alta densidade demográfica da cidade de Macuti atualmente, essas famílias que se abrigam nas casas da cidade de Pedra e Cal estão paulatinamente deixando a ilha principalmente para o continente, ainda que algumas continuem morando na casa de parentes ou outras famílias.

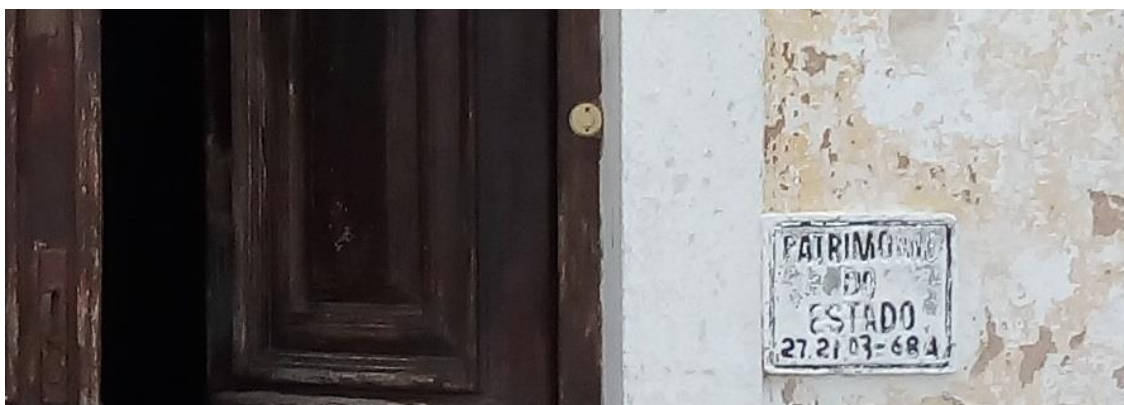


Figura 47: Detalhe para a placa fixada ao lado da porta de um edifício da cidade de Pedra e Cal identificando-o como Patrimônio do Estado. 2019. Foto do autor.

Conforme o Livro Azul, a cidade de Pedra e Cal ocupa quase toda a metade setentrional da ilha, faz limite com a cidade de Macuti por um corte retilíneo e compõe a unidade administrativa chamada Bairro do Museu. Seus quarteirões ao longo da costa são alongados e dispostos transversalmente à linha da costa em uma disposição determinada pela função e localização das feitorias. Seu conjunto na costa é denso e composto de casas coladas umas nas outras, originalmente

com pátios maiores nos fundos onde estão a casa de banho, a cozinha, a cisterna e a dispensa. Quando a casa possui dois andares, normalmente é no piso superior onde estão os quartos e uma varanda (MOÇAMBIQUE, 1985).



Mapa 9: Mapa da Ilha de Moçambique destacando os edifícios, quarteirões e ruas. Fonte: Livro Azul.



Figura 48: Casas e quarteirões da contracosta da Ilha de Moçambique: Fonte: Livro Azul.



Figura 49: Casas e quarteirões na costa da Ilha de Moçambique. Fonte: Livro Azul.

Ao longo da contracosta é onde se encontram as mais imponentes e antigas residências oficiais, os quarteirões são menos densos de edificações e em muitos casos, contam com jardins. No caso das ruas, o Livro Azul chama atenção para a diferença entre as que foram construídas no século XVII e primeira metade do século XVIII, como estreitas, sem passeios e árvores, vias sinuosas, sem alinhamento e com cruzamentos assimétricos, que segundo o Relatório, traz “um carácter ambíguo fascinante”, e as construídas na segunda metade do século XVIII e no século XIX, como espaçosas, com calçamento e “árvores de sombra que criam nesses arruamentos um jogo de sombra e luz, cintilante e poético” (MOÇAMBIQUE, 1985 p. 58).

A arquitetura da ‘cidade de pedra e cal’, criada ao longo de 400 anos, é digna de nota pela sua homogeneidade e pela sua imunidade ao destrutivo progresso técnico do séc. XX. Essa homogeneidade é reforçada pelo apego, durante séculos, aos mesmos materiais de construção: pedra calcária e madeira; à mesma técnica de construção: alvenaria para as paredes e vigamentos de madeira para os pavimentos; o mesmo revestimento das fachadas: reboco e caiação; os mesmos detalhes: cornijas, guarnições nas portas e janelas, pilastras sem bases nem capitel, a mesma composição das fachadas: janelas retangulares, ritmicamente colocadas nas superfícies calmas e moderadas das paredes; e o mesmo processo de captação da água das chuvas, com o uso de terraços (MOÇAMBIQUE, 1985 p.58).

As casas de pedra e cal possuem uma grande semelhança com as casas da região portuguesa de Algarve, mas também são nítidos os traços estilísticos árabes e indianos, uma mistura de estilos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Na parte interior, essas casas se destacam pela simplicidade no uso

dos materiais e suas equilibradas proporções e simetrias. Ademais, chamam atenção os detalhes talhados na rocha, em janelas e portas, e da beleza rítmica das vigas que sustentam os tetos, também com suas faces talhadas à mão (MOÇAMBIQUE, 1985).

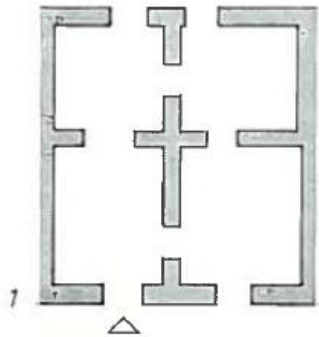


Figura 50: Planta das casas Tipo 1. Fonte: Livro Azul.

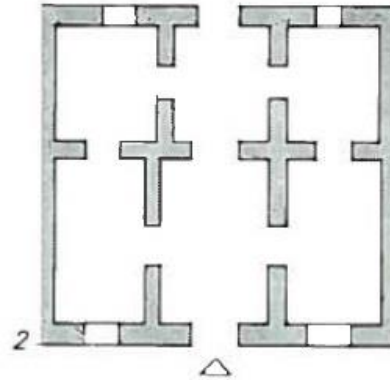


Figura 51: Planta das casas Tipo 2. Fonte: Livro Azul.

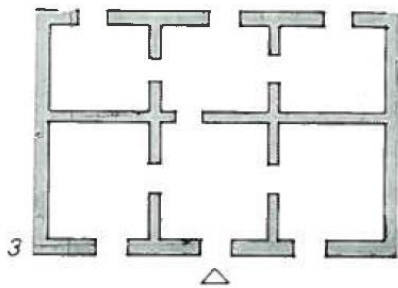


Figura 52: Planta das casas Tipo 3. Fonte: Livro Azul.

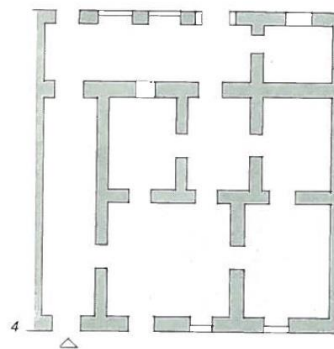


Figura 53: Planta das casas Tipo 4. Fonte: Livro Azul.

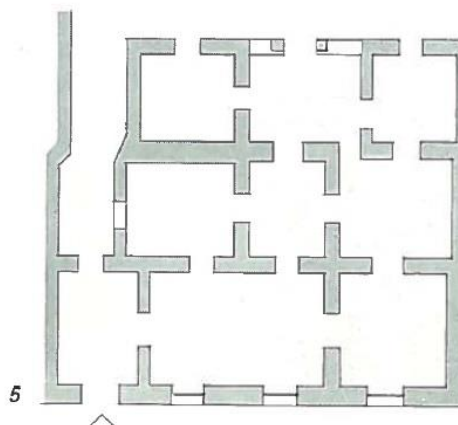


Figura 54: Planta das casas Tipo 5. Fonte: Livro Azul.

O Livro Azul também chama atenção para as plantas das casas da Ilha de Moçambique. Segundo o Relatório, são os mesmos tipos que se repetem em todas as casas, sejam elas recentes, antigas, pequenas ou grandes. Embora se considere também existir em outros lugares do planeta devido sua simplicidade, seu formato é surpreendentemente dominante na ilha e não parece ser de origem portuguesa, árabe ou suaíli. Aparentemente, surge como sendo a solução mais perfeita e adequada para o clima e as condições de vida local, bem como às características dos materiais disponíveis (MOÇAMBIQUE, 1985).

Essas casas estão sendo disputadas e remodeladas para se adaptarem aos novos usos em função do turismo. As características internas são definitivamente as mais alteradas, porém, elementos estilísticos externos também estão sendo alterados, como as fachadas de edifícios de pedra e cal por toda cidade. Ademais, a importância comercial da ilha no passado pode ser vista na quantidade de armazéns e lojas edificadas, com destaque para as regiões próximas da praia que eram favoráveis para o transporte de mercadorias em pequenas embarcações direto para os navios no alto mar. Ultimamente, muitos desses armazéns estão na mira dos compradores por estarem bem localizados na cidade de Pedra e Cal.

Portanto, em contraste com a imagem paradisíaca buscada pelos turistas que chegam à Ilha de Moçambique, a vida dos locais está sob constante tensão e ressignificação. Como a principal fonte de renda da ilha tem se tornado o turismo, as histórias da colonização como originária do país e do “novo” moçambicano são performatizadas pelos atores envolvidos com o turismo, com o patrimônio e pelos moradores sem dar luz à segregação social e à degradação ambiental em um processo de colonialidade no país.

No próximo capítulo procuro apresentar a cidade de Pedra e Cal, mais especificamente suas casas, como são habitadas, a biologia dos materiais e técnicas que as constituem, seus usos e o conjunto de narrativas nostálgicas que elas corporificam na vida dos moradores da ilha e são performatizadas aos turistas e visitantes. Apresento também como essas casas se articulam ao sistema patrimonial da ilha, seus conflitos, e os sentidos dados aos lugares pelos moradores e pelos órgãos estatais.



Figura 55: Obras na orla da contracosta 2019. Foto do autor.



Figura 56: Instalação de tapumes 2019. Foto do autor.



Figura 57: Obras em casa próximo ao Hotel Escondidinho 2019. Foto do autor.



Figura 58: Descascando as paredes de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.



Figura 59: Obra em armazém em frente ao mercado Municipal da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 60: Paredes internas de um antigo armazém descascadas 2019. Foto de Didi.



Figura 61: Construção de parede de blocos de cimento dentro de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.



Figura 62: Uma nova residência dentro de um antigo armazém 2019. Foto de Didi.



Figura 63: Um contraste de edifícios da cidade de Pedra e Cal, à esquerda um restaurado e à direita da imagem um prédio em deterioração 2019. Foto do autor.

Reformas, restauros e conflitos – Capítulo 2.1

Há algum tempo, os estudos em cidades patrimoniais têm abordado os conflitos acerca das reformas, restauros e a conservação dos imóveis (Herzfeld, 1991; Tamaso, 2007; Leite 2007). O estudo sobre os atores importantes no campo do patrimônio lança seu olhar para os agentes do poder público, os agentes econômicos imobiliários e a sociedade civil. Em muitos casos, o poder público inicia o processo de tombamento dos imóveis, monumentos ou regiões onde se ressalta o valor histórico e excepcional de importância para a memória selecionada, e impõe critérios rígidos para a sua conservação e usos, provocando questionamentos por parte da sociedade e dos agentes econômicos.

Em uma esquina em frente ao Mercado Municipal na cidade de Pedra e Cal mais um pequeno imóvel em reforma chama atenção com seus tapumes metálicos isolando a obra e com o entra e sai de operários. Antigo armazém para o comércio de produtos em geral, o imóvel foi comprado por um casal que não mora na Ilha de Moçambique e que decidiu transformá-lo em uma casa de férias. Além das alterações dos cômodos para fazer um armazém se tornar um imóvel residencial e a instalação de uma área de lazer no terraço, a obra exige muitas negociações com os órgãos públicos e criatividade construtiva para garantir a preservação das características patrimoniais relevantes.

Segundo o construtor, todos os operários dessa obra são da ilha, porém reconhece que existem muitos operários que trabalham nas reformas e construções que veem de empresas maiores do continente. Assim como o turismo, a construção civil exerce um significativo impacto noutras atividades comerciais como os restaurantes, as hospedarias e os hotéis por exemplo. Ademais, garantem o pagamento de taxas que alimentam os cofres públicos do município.



Figura 64: Antigo armazém em reforma para se tornar uma casa de férias 2019. Foto do autor.

Se por fora o trabalho é de restauro e conservação das antigas características marcantes das casas de pedra e cal, lá dentro uma construção moderna germina e permite que o imóvel conte com dois quartos, um banheiro, sala, cozinha e uma área de lazer no terraço com uma jacuzzi e um tanque com água. Para tanto, a parede de aproximadamente 85 centímetros de espessura de rochas de coral precisa ser desgastada até ficar com 60 centímetros, para que uma nova parede de blocos de concreto construída por dentro dê sustentação à antiga, permitindo as alterações, e diminuindo a infiltração e o descascamento constante.

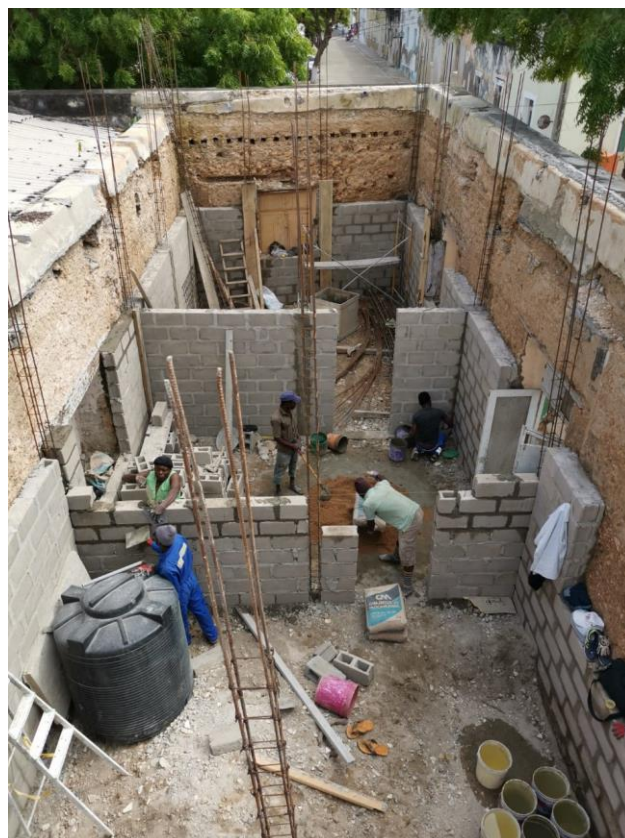


Figura 65: Etapa da construção onde podemos ver as paredes originais raspadas e uma nova parede de blocos de concreto sendo construída 2019. Foto de Didi.

Em outra casa da ilha, foi possível inclusive construir dois pavimentos em um imóvel de apenas um pavimento graças à sua altura original. O uso dos terraços se multiplicam, antigos coletores de água das chuvas para reuso e consumo, atualmente são utilizados principalmente como áreas de lazer para imóveis particulares e hotéis, e como espaços externos de restaurantes. São lugares que não só oferecem uma visão panorâmica da cidade, suas praias e casarões, como são espaços refrescantes de vento, luar e céu estrelado.

Na opinião de Didi, o responsável técnico pela obra,

Neste momento a Ilha de Moçambique proíbe a gente aproveitar os espaços de cima que são os terraços. Então, tentando nas nossas maneiras, nós conseguimos autorização e estamos aqui a fazer. Isso era apenas um terraço que não tinha nada, agora vamos implementar um jacuzzi, vamos implementar um tanque de água, um sítio de diversão, um sítio de lazer.

Em todos os lugares a candidatura de um sítio à Patrimônio Mundial divide opiniões. Em Vila Nova de Gaia, um antigo entreposto de Vinho do Porto em Portugal, o projeto de musealização e patrimonialização das Caves de Vinho se inspirou nos modelos da cidade de Porto, que tem seu centro histórico considerado Patrimônio Mundial desde 1996 e de Alto Douro Vinhateiro classificado em 2001. No caso de Vila Nova de Gaia o debate se polariza entre os que acreditam que o reconhecimento pela Unesco valorizará o vinho e agregará mais valor aos produtos com a

exploração turística e os que receiam que as restrições estabelecidas pelo tomo prejudicará as atividades industriais desenvolvidas nas Caves do Vinho do Porto (PHIBEL, 2019).

Em Moçambique, existem muitas ruínas na cidade de Pedra e Cal da ilha, muitas reformas e restauros. As obras movimentam a economia local, reafirmam a identidade patrimonial da ilha e atraem os turistas. Por outro lado, dá continuidade a um ciclo de degradação ambiental e segregação social. Das longas e resistentes varas dos mangues, ou *mangal*, como é chamado na ilha, passando pelas folhas de macuti, pelas rochas coralinas e os *barrotes* de Pau Ferro, os materiais necessários estão cada vez mais escassos, e sem a fórmula da argamassa tradicional, são cada vez mais demandados, o que provoca problemas ambientais e sociais em toda cidade.

Alguns grandes imóveis, normalmente antigas feitorias, são os preferidos para a construção de hotéis de luxo. A maioria está localizado de frente para o mar onde o comércio era feito através de rampas para atracagem de barcos. Esses imóveis têm algumas características em comum observadas também em outras casas que podem ter sido feitorias clandestinas para a venda de escravizados no passado. Uma piscina ao lado de uma cisterna rodeada de varandas, que segundo um guia local treinado pela Unesco, é o resultado das transformações e ressignificações dessas feitorias após o período escravocrata.

Conforme Edy,

aqui se chama Escondidinho porque era o sítio onde escondiam os escravos. O Escondidinho era o edifício onde fazia tráfico dos escravos, se nós vamos ver daquele lado, os compradores de escravos ficavam daquele lado lá, porque eles não podiam se aproximar dos escravos, por isso que eles ficavam daquele lado, e a piscina foi construída a poucos anos, mas há 500 anos não havia nenhuma piscina lá, os escravos ficavam em fila e eram escolhidos aqui e depois daqui eram encaminhados direto para a Fortaleza.

Segundo relato, alguns desses imóveis eram abastecidos por túneis subterrâneos que chegavam onde atualmente se encontram as cisternas, sempre próximas à piscina que antes era usada como pátio para a exibição dos escravizados que eram comprados por fazendeiros e comerciantes que faziam suas escolhas sentados nas varandas em volta. Esses túneis levavam a uma última porta, conhecida como a Porta do Não Retorno³¹, um ancoradouro na praia onde pequenas embarcações levavam os escravizados para navios em alto-mar. Esse modelo arquitetônico pode ser observado hoje em partes no Jardim da Memória, local concebido em homenagem aos corpos e a riqueza cultural dispersa para várias partes do mundo através do tráfico de escravizados, que teve a Ilha de Moçambique como um dos palcos principais até o século XVIII. Segundo Edy, “os escravos quando chegassem ao Jardim da Memória eles tinham o direito de dar dez voltas na ilha e perdiam a memória, já não se apercebia de onde os escravos vieram”.

³¹ As conhecidas Portas do Não Retorno são lugares onde escravizados passavam pela última vez antes de serem embarcados em navios. Um vez passado por essas portas, a pessoa sabia que nunca mais iria retornar.

Outro prédio emblemático é o Hotel Omuhipiti. Conforme relatos, ele foi reformado, mas não obedeceu às normas patrimoniais e o GACIM ficou inerte em relação às transformações, fato que é mencionado aos fiscais do órgão por moradores e construtores que se veem injustiçados. Outros imóveis também tiveram fachadas modificadas, inclusive o emblemático Museu da Ilha, ou antigo Palácio São Paulo, que teve sua varanda retirada após ruir, fato que chamou atenção do então presidente Samora Machel, que em visita à ilha determinou seu restaurado e a sua transformação em um museu.

Um caso semelhante ao da Ilha de Moçambique se encontra na cidade colombiana de Cartagena das Índias, onde o Porto, a Fortaleza e um grupo de monumentos da cidade murada localizada no Caribe colombiano foram considerados Patrimônio Mundial em 1984. Como o Estado não possuía os recursos necessários para a manutenção do acervo tombado, foi necessário atrair o investimento privado, principalmente estrangeiro, que para investir no restauro dos imóveis pressionou o governo local por mudanças nas leis, que passaram a permitir alterações nas estruturas internas e que foram utilizados principalmente para receber turistas ou se tornar casas de férias (TRALLERO, 2006).

Outro conflito representativo envolveu o patrimônio ambiental da ilha e ocorreu em uma manhã de setembro quando um trator se posicionou na praia em frente à Mesquita das Palmeiras para retirar as dunas e transformar o local em uma praia plana para a construção de bares de frente ao mar. O conflito mobilizou vereadores, fiscais do GACIM e empresários. Local de contemplação e de um parque infantil utilizado principalmente pelas crianças que frequentam a madrassa da mesquita, as dunas possuem várias funções ecológicas, como a contenção dos ventos fortes no litoral, proteção do solo de erosões e alterações do relevo, além de reduzir a penetração da água salgada do mar no lençol freático e de proteger as áreas atrás das dunas do avanço do mar.

Conforme explicou o fiscal do GACIM, atualmente é permitido que sejam feitas, após autorização do órgão, construções precárias nas praias, isto é, construções que possam facilmente serem removidas. São principalmente bares ou quiosques de madeira cobertos por folhas de palmeira e construídos para atender os turistas com bebidas, alimentos e música, e que são frequentados por moradores locais. Além de pagarem impostos, esses lugares são oportunidades para guias turísticos, vendedores de miçangas e outros trabalhadores buscarem novos clientes, assim como de os turistas entrarem em contato com os nativos.

Na opinião do órgão fiscalizador, os permissionários estão gradativamente fazendo alterações nas estruturas, assim como construindo novos espaços adjacentes sem autorização e correção dos impostos. Além disso, reclama de uma influência política por parte dos vereadores na concessão de algumas autorizações, feitas sem transparência. Entretanto, em outros pontos da orla marítima é possível ver a construção e reforma de imóveis de pedra e cal para atender o mercado

imobiliário, inclusive de frente ao mar. A disputa pelos espaços envolve uma série de atores políticos e regulações urbanísticas, o que faz das políticas patrimoniais estratégicas no controle dos espaços urbanos.

A transformação das paisagens conecta a economia da construção à dos estilos de vida por meio da valorização do solo urbano, privatiza espaços e degrada o meio ambiente, ainda que indiretamente. No contexto do patrimônio, colocam luz sobre a crise climática, seus efeitos e as injustiças ambientais que marcam sítios patrimonializados como a Ilha de Moçambique, extrapolando sua construção meramente humana, e colocando em foco o diálogo entre a sobrevivência das pessoas com a natureza (HARRISON e STERLING, 2020).

Outro conflito que chama atenção é o interesse de moradores da cidade de Macuti em instalarem pequenas placas solares e aproveitarem a energia do sol, que em boa parte do ano é implacável na ilha. Essa placa costuma ser proibida devido ao impacto paisagístico que proporcionam às casas de macuti. É importante ressaltar, todavia, que a maior parte das intervenções nessas casas busca dar soluções à problemas estruturais como falta de drenagem, com a construção de barreiras de tijolos e cimento colocadas em frente às portas das casas de macuti para evitar a entrada da água das chuvas, a instalação de banheiros e fossas sépticas como alternativa aos banheiros coletivos, a construção com blocos de concreto e a troca das folhas da palmeira macuti, cada vez mais difícil de adquirir, por telhados de zinco, por exemplo.

As obras na cidade de Macuti também não param. Em muitos casos começam com a substituição do chão de barro pelo piso de cimento no interior das casas. Assim como na cidade de Pedra e Cal as obras começam de dentro para fora. Porém, devido à falta de controle sobre o uso das ruas e calçadas em grande parte da cidade de Macuti, muitas casas se mantêm inicialmente com as estruturas originais, mas cômodos de blocos de concreto vão surgindo em sua volta. Esses cômodos abrigam parentes ou outras famílias que passam a dividir os custos da moradia.



Figura 66: Obra na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Colados nas casas tradicionais, esses cômodos vão tomando conta da paisagem e se misturando às casas de arquitetura vernacular, isso é, de arquitetura tradicional daquela região. Escondidas no meio das paredes de concreto, as paredes antigas de pedras e mangal vão sendo substituídas por blocos de concreto até por fim, o telhado de palha dar lugar ao telhado de zinco. Isto fora do controle do órgão de fiscalização, que atua principalmente na cidade de Pedra e Cal. A justificativa dos moradores da cidade de Macuti para as mudanças feitas em suas casas é em sua maioria motivada pela melhoria das condições de vida.

Em alguns quintais pela cidade de Macuti, pequenas serralheiras vão surgindo para fornecer materiais para as reformas e construções. A construção de banheiros com fossa séptica também impulsiona as transformações. Em meio a pequenas ruas de terra batida, caixas de cimento vão dando sinal da demanda por saneamento nos bairros. A drenagem e o saneamento da cidade de Macuti sempre foram pontos fracos para a manutenção do título de Patrimônio Mundial, mas continuam sem atenção da administração pública.

Os altos índices de fecalismo a céu aberto prejudica a saúde da população e incomoda os turistas. Os poucos banheiros comunitários da cidade de Macuti não conseguem atender a demanda e provocam filas para o uso dos sanitários. Somado a isso, a ausência de banheiros nas casas de macuti enchem as ruas estreitas de casas de banho que derramam a água dos banhos nos espaços públicos. Nesse contexto, algumas casas continuam com suas características tradicionais, umas por serem ocupadas com famílias de baixa renda e que não conseguem fazer as transformações, e outras poucas são conservadas por pessoas ligadas ao patrimônio ou a administração pública e servem como modelos para serem mostradas aos turistas.

A distância entre as políticas patrimoniais e a vida de quem vive os patrimônios pode ser medida entre o que Herzfeld (1991) chama de tempo monumental e tempo social. O tempo monumental é o caracterizado pelo discurso autorizado e cristalizado nos bens e monumentos patrimonializados enquanto o tempo social é o tempo das pessoas, das suas memórias e suas necessidades básicas, e que pode ser percebido através da observação do debate cultural na prática social, como nos conflitos urbanísticos e patrimoniais.

Sobre a cidade de Rethemnos o autor descreve os conflitos que surgem a partir de como a visão do passado é praticada no presente. Assim como observado por Tamaso (2007) na cidade de Goiás, na cidade grega se questiona o porquê de alguns imóveis serem considerados patrimônio em detrimento de outros, bem como os impactos dessa patrimonialização na vida cotidiana dos moradores, ainda que seja de comum acordo que a preservação da arquitetura das casas traga dinheiro através do turismo.

Na cidade de Goiás, por exemplo, Tamaso (2007) descreve como as estratégias decertonianas do IPHAN, órgão brasileiro responsável pelo reconhecimento e salvaguarda dos patrimônios, provocam táticas dos moradores para burlar as regras. A autora analisou as demandas de intervenção nos imóveis tombados que contestavam as limitações impostas pelo Estado sobre seus bens particulares, demandas solicitadas espontaneamente ao órgão fiscalizador ou identificadas por ele como alterações ilegais.

Outro conflito que tenciona o tempo monumental do tempo social na cidade brasileira é a delimitação feita pelo órgão do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás” como representativo da memória nacional em detrimento do que ficou de fora dessa circuncisão. Portanto, há um contraste entre os ideais estéticos e históricos da burguesia internacional capitaneada pela Unesco e dos agentes locais do patrimônio, e as histórias familiares e pessoais nas residências (TAMASO, 2007).

É importante ressaltar que na Ilha de Moçambique as regras impostas pelo título de Patrimônio Mundial que são vigiadas pelo GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, demandam uma manutenção nos imóveis que não só está longe das condições econômicas da maioria dos moradores da ilha, como provocam um processo acentuado de degradação ambiental. Temos então camadas de tensão acerca do patrimônio. De um lado temos os valores coloniais incrustados na arquitetura colonial e vernacular da ilha que atrai os turistas e do outro lado, as necessidades básicas dos moradores como banheiro, saneamento, conforto e drenagem. Além disso, temos o rebaixamento de terrenos, erosões, a derrubada de árvores e de manguezais para a manutenção dessas casas, bem como a precarização da vida no continente onde os recursos são extraídos.

Nesse contexto, podemos observar que enquanto as regras patrimoniais focam na busca nostálgica das referências do passado, fluxos globalizantes de desterritorialização provocam mutuamente processos socioculturais caracterizados pela emergência de novas relações sociais dispersas, mas interconectadas em diferentes contextos geográficos. Além das tendências arquitetônicas e de estilos de vida, as tecnologias de comunicação têm um papel central nas experiências territorializantes da modernidade (HARRISON e STERLING, 2020).

O turismo pressiona a economia local que procura atrair visitantes do mundo todo. A desapropriação de imóveis para a instalação de hotéis e restaurantes movimentou o setor imobiliário e os agentes econômicos de Moçambique e outros países. As escolas e faculdades preparam seus alunos para esse mercado, desde o aprendizado de línguas ao conhecimento de etiquetas e costumes estrangeiros. Nessa ceara o processo de gentrificação se intensifica e os usos e sentidos dados aos lugares questionam as identidades e o sentimento de pertencimento dos moradores locais, temas que se manifestam no debate sobre o Plano de Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique descrito no próximo capítulo.



Figura 67: Detalhe para casas macuti rodeadas por casas com paredes de bloco de concreto, padras de coral usadas na manutenção das casas e uma casa de banho ao meio 2019. Foto do autor.



Figura 68: Caixas de fossas sépticas recém-construídas aos fundos de uma casa macuti já alterada 2019. Foto do autor.



Figura 69: Serralheria na lateral de uma casa macuti 2019. Foto do autor.



Figura 70: Obra para instalação de piso dentro de uma casa de macuti em processo de modificação 2019. Foto do autor.



Figura 71: Casa macuti original em estado avançado de deterioração 2019. Foto do autor.



Figura 72: Operário saindo de um edifício em reforma em uma região de hotéis próximo ao Jardim da Memória em frente ao mar 2019. Foto do autor.

Audiência Pública para elaboração do Plano de Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique – Capítulo 2.2

Outra maneira de se ver uma cidade é através de audiências públicas. Importante para a democracia e a participação social, para Soares (2002 p. 261), “a audiência pública é um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência”. Nessa parte da tese, me interessa discutir como os discursos, argumentos e a representação das realidades que compõem a Ilha de Moçambique atuam na construção social de valores e de sentidos aos lugares.

Essa metodologia também foi usada em minha pesquisa de mestrado³² quando acompanhei as audiências públicas realizadas pela prefeitura municipal de Goiânia no Brasil para se discutir uma proposta de Operação Urbana Consolidada em uma região que está ao lado do bairro mais caro da cidade atualmente, possui em seu centro o Jardim Botânico, maior área de preservação ambiental do município e a Ocupação Consolidada Jardim Botânico, remanescente da histórica e extensa ocupação das margens do Córrego Botafogo construída pelos trabalhadores e suas famílias atraídas a partir da década de 1930 para a construção da capital.

Entre o discurso técnico, o político e o da população, existem muitas assimetrias e relações de poder. Em uma audiência pública, essas diferenças são representadas através da linguagem, dos métodos de apresentação, das formalidades burocráticas, das prioridades e principalmente, das diferentes perspectivas dos atores envolvidos. A representação é um processo pelo qual o sentido é produzido e compartilhado pelos membros de uma cultura, e que conforme Hall (2009) envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas.

No dia 27 de agosto de 2019, o auditório do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique se encheu para a apresentação do diagnóstico preliminar sobre a situação urbanística e socioambiental da cidade. A apresentação ficou a cargo de um representante da empresa contratada pelo município responsável pela elaboração do Plano de Estrutura Urbana da ilha (PEU)³³, uma espécie de Plano Diretor³⁴ da cidade, da parte insular e da parte continental.

O grande auditório estava cheio de pessoas bem arrumadas. Quando o Presidente do Conselho entrou, todos se levantaram de suas cadeiras e só se sentaram novamente quando ele sinalizou com a mão, o que fez o barulho das conversas cessar. No meio das dezenas de cadeiras enfileiradas, em uma mesa, o projetor de vídeo apontado para a alta parede do auditório projetava slides com textos, mapas e gráficos da ilha. Em outra mesa posicionada na frente das cadeiras, as

³² <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8172>

³³ Embora tenha sido apresentado apenas um diagnóstico ainda sujeito a correções, a todo o momento o documento era referido como Plano de Estrutura Urbana da ilha, portanto será como vou chamá-lo nesse capítulo.

³⁴ No Brasil, o Plano Diretor é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base um lado de interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e de outro, interesses particulares de seus moradores.

autoridades ficaram perfiladas e foram apresentadas pelo cerimonialista, e após seus pronunciamentos e de serem aplaudidas, se transferiram para outra mesa lateral.

Nas quatro paredes do grande salão estavam fixados enormes mapas sobre a ilha, mas poucas pessoas pararam para olhar. Além disso, alguns resumos impressos da apresentação foram distribuídos para o público. Suas grandes janelas abertas deixavam o ar entrar e a luz do sol clarear o ambiente. O mestre de cerimônias iniciou a reunião pedindo para que todas as pessoas presentes se apresentassem dizendo seu nome e o lugar de onde vieram. Uma a uma elas se levantaram e se apresentaram. No geral puderam-se ver moradores da parte insular e da parte continental, vereadores, secretários de bairro³⁵, representantes de partidos políticos, membros da assembleia municipal, líderes religiosos, representantes de organizações não governamentais, professores e técnicos do GACIM.

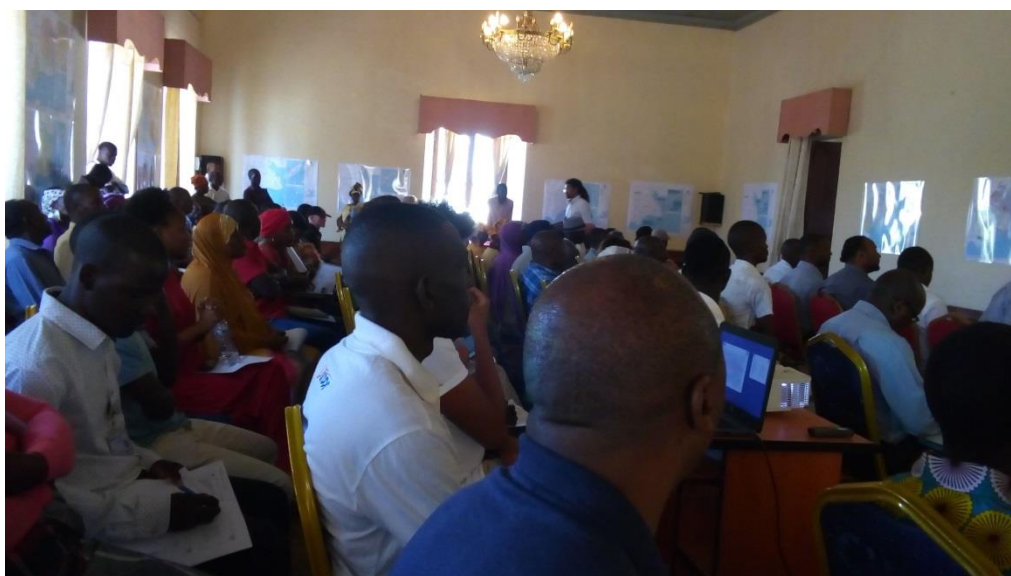


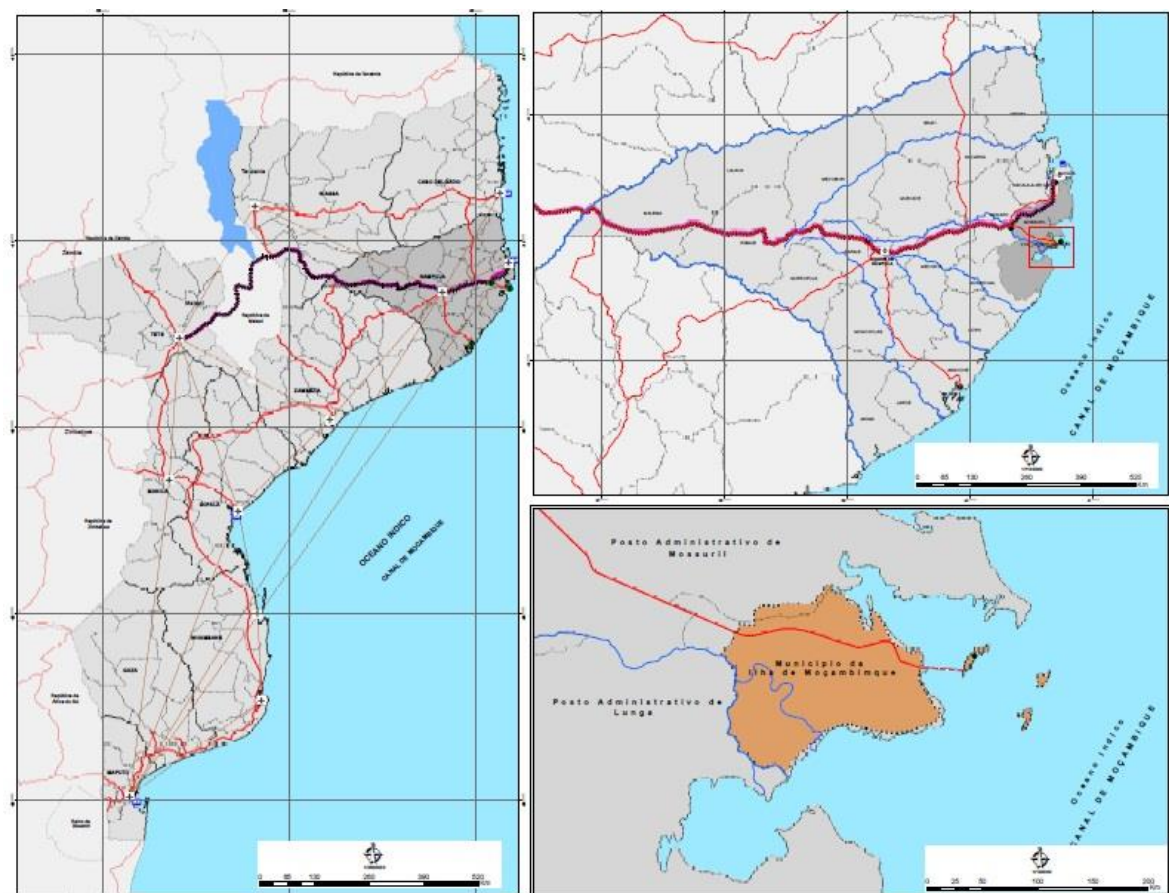
Figura 73: Apresentação do Diagnóstico preliminar do Plano de Estrutura Urbana no auditório do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Entre os principais problemas apontados pelo diagnóstico estão a baixa densidade demográfica e a dispersa ocupação da região continental da cidade; baixa oferta de serviços de saúde e educação, já que as principais escolas e o principal hospital estão na parte insular, bem como uma baixa oferta de equipamentos sociais. Destacou a baixa produtividade do solo e a pouca disponibilidade de área arável que somada à ausência de apoio para o desenvolvimento das atividades pesqueira, agrícola e turística, amplia a pressão sobre as riquezas naturais causando erosões costeiras e áreas degradadas com regular disposição de resíduos a céu aberto.

³⁵ Nos bairros das cidades, alguns moradores são indicados pelo Presidente do município para atuarem como secretários do bairro, uma espécie de vereador que é remunerado para manter a disciplina dos outros moradores e resolver os problemas mais triviais da vida na comunidade.

É importante ressaltar que quando a região era ocupada predominantemente por populações autóctones, o modelo de ocupação era de estreita relação com o meio ambiente. Através de estudos arqueológicos, paleontológicos e de imagens é possível perceber que as ocupações coexistiam com os mangais e as florestas que nessa faixa geográfica costumam ser biodiversas. O uso das riquezas naturais para a alimentação e a construção das casas estava pautado por técnicas e saberes ancestrais possíveis devido a um prolongado processo coevolutivo.

Segundo o diagnóstico, a Estrada Nacional atravessa o território urbano criando muitos pontos comerciais informais em suas margens, o que já causou alguns atropelamentos. A região possui poucas vias pavimentadas e as principais estradas que possuem pavimento encontram-se sem infraestrutura de drenagem, com baixa qualidade e algumas interrupções. Ademais, chamou atenção para a baixa cobertura de serviço formal de transporte público para o interior; a baixa capacidade de carga da ponte para a ilha, assim como os enormes congestionamentos que se formam nela durante os dias festivos.



Mapa 10: Os três mapas apresentam a localização regional da Ilha de Moçambique, com destaque para as vias em cor vermelha, sendo a Rodovia Nacional a mais grossa e acompanhada pela linha férrea, e os principais corpos hídricos em azul. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

O relatório ainda apresentou como problemas a ausência de Aterro Sanitário, a baixa oferta de água potável, energia e saneamento básico que incide diretamente para o alto índice de fecalismo a céu aberto do município. Tanto na parte insular quanto na parte continental existem pontos de vulnerabilidade a eventos climáticos, de degradação ambiental, e ecossistemas vulneráveis e sensíveis. Na ilha, o relatório acrescentou ainda que a rede viária é inadequada para o trânsito de automóveis, que há uma baixa oferta de estacionamentos públicos e privados, bem como de serviço público de transporte, além de superlotação e congestionamento em momentos festivos. Baixa infraestrutura para o transporte marítimo, ausência de tratamento de esgoto nas áreas de maior densidade e sistema de drenagem de águas superficiais insuficiente.

Em resumo, ausência de importantes serviços públicos e de infraestrutura característicos de países de capitalismo atrasados, principalmente os que foram colonizados e explorados durante anos por países imperialistas. Essas mesmas características estão presentes em grandes cidades do país, ou mesmo em outras grandes cidades do mundo. São localidades desvalorizadas, normalmente em terrenos afastados, pantanosos ou de difícil fixação, muitas vezes chamadas de aglomerados suburbanos, essas são as regiões onde vivem predominantemente as camadas trabalhadoras mais baixas ou discriminadas. Por outro lado, são também áreas reservadas para futuros investimentos imobiliários, enobrecimento e gentrificação.

O Administrador do Município e o Presidente do Conselho Autárquico, que são adversários políticos, ressaltaram que é a primeira vez que uma consultoria é contratada para o trabalho e que a consulta pública é o momento da participação social, acrescentaram ainda que “o plano vai resolver muitos dos nossos problemas, é um plano de todos nós”. Como um fetiche, os *masterplans* mundo a fora, têm sido objetos de desejo de muitos burocratas, políticos e planejadores nas últimas décadas. Documentos ricamente descritivos, esses planos estratégicos são como bíblias que norteiam o pensamento moderno. Infelizmente, além de espacializarem as desigualdades, a grande maioria desses planos, acabam não sendo implantados em sua totalidade.

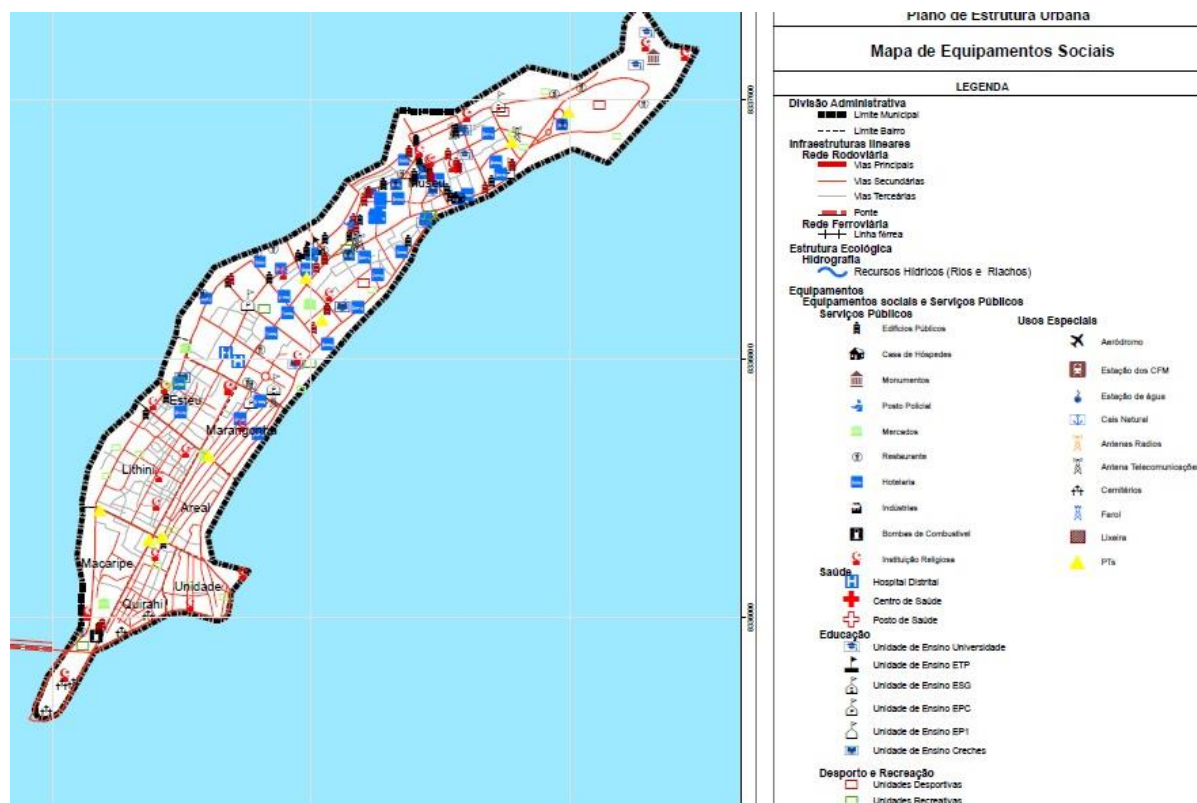
Na audiência da ilha, quando o debate foi aberto para os moradores começaram as indagações. A participação dos moradores abre caminho para outras realidades serem representadas, com ênfase nos problemas cotidianos, nos conflitos ligados aos sentidos e usos dados aos lugares, e sobraram reclamações sobre a dificuldade de se entender os termos técnicos. Uma moradora questionou a ausência de um planejamento para o controle de pragas na ilha, já que há uma superpopulação de ratos que provavelmente chegaram com os navios e que não possuem um predador natural na ilha. Questionou ainda, a ausência de estudos arqueológicos antes de reformas e movimentações de solo tanto na ilha quanto no continente.

Outro morador reclamou dos termos técnicos ao qual o diagnóstico havia sido apresentado, argumentou que poucas pessoas presentes haviam entendido. Acrescentou que a grande parte dos

problemas patrimoniais da ilha está relacionada à falta de conhecimento das regras pela população e cobrou mais divulgação por parte do poder público. As regras quanto à conservação do patrimônio da ilha estão espalhadas em uma série de normas e leis publicadas pelo governo federal e local, já apresentadas.

O debate continuou e logo outra pessoa se levantou e iniciou sua fala com a seguinte frase, “a preocupação deve ser com o sujeito e não com o objeto. É preciso planejar a ocupação de áreas vazias. O que tem sido feito com as pessoas que continuam nas áreas de risco? Como serão diminuídas as assimetrias sociais?”. Houve também quem reclamou das fezes de animais domésticos que vivem soltos pela ilha.

Em seguida, foi solicitado pelos moradores um plano de proteção ao mangue (*mangal*) e fiscalização da pesca. Um representante do legislativo discursou em *emakhuwa*, e depois a pedido, traduziu para o português a mensagem que pedia aos participantes da reunião que levasse essas informações para a cidade de Macuti, já que não haviam sido chamados e que a maioria não compreende português.



Mapa 11: Nessa imagem aproximada de um dos mapas do Plano de Estrutura Urbana podemos observar como os equipamentos sociais estão localizados principalmente no território da cidade de Pedra e Cal, ficando para a cidade de Macuti as mesquitas e os cemitérios. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

O representante do GACIM ressaltou a necessidade de destacar o impacto da mobilidade urbana no patrimônio edificado, e pediu que o conceito de patrimônio cultural e patrimônio arquitetônico fossem corrigidos no documento. O morador que se levantou em seguida chamou atenção para a geração de resíduos nos comércios da ilha e o hábito dos moradores de jogá-los no mar, bem como os impactos causados pelas mudanças climáticas.

Na sequência um morador se levantou para reclamar do GACIM. Segundo ele o órgão exige que as obras de restauro dos imóveis sejam feitas com Pedra Queijo, e que isso tem provocado problemas urbanísticos e ambientais nos bairros onde essas rochas são retiradas no continente, e exigiu que o GACIM encontre uma outra fonte desse recurso. Um chefe de bairro do continente aproveitou para reclamar também da retirada de areia para essas obras patrimonializadas que assim como as rochas extraídas, estão provocando erosões, problemas de drenagem superficial e prejudicando as pessoas.

Um membro da Assembleia retrucou dizendo que quem tem autoridade para decidir acerca da extração de areia e pedra é apenas o Conselho Autárquico e que não caberia ser discutido por esse plano. Quanto à metodologia do diagnóstico, os representantes da empresa contratada foram questionados sobre o motivo pelo qual não separaram os dados demográficos da ilha e do continente, e ainda cobrou que fosse mencionada a melhoria de uma escola do continente. É bom lembrar que historicamente, principalmente durante o período anterior à independência de Moçambique e no apogeu econômico escravocrata da ilha, a parte insular era o centro do poder colonial e a região do continente e seu interior eram localidades periféricas que orbitam em torno a cidade de Pedra e Cal. Período que é lembrado com nostalgia por muitos moradores e famílias antigas da ilha.

Em seguida, as intervenções passaram a focar na má divulgação do PEU acusando os partidos políticos de não quererem discutir com a população. Um representante da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas aproveitou o momento para concordar com as reclamações e solicitou maior divulgação. Criticou o uso de terminologias técnicas chamadas por ele de “excludentes”, e a ausência de uma versão em *emakhuwa*. Apontando para os mapas fixados nas paredes do salão ele falou, “As imagens apresentadas e os mapas, eu não entendo nada. Não representa nada para mim”, e concluiu, “muitos não sabem ler, nem ler os mapas. Precisamos ver novas formas de comunicação, muitos aqui nem são da ilha”.

Um membro da equipe técnica de elaboração do documento buscou esclarecer, “nós viemos para fazer um diálogo e sabemos que a divulgação não foi boa. Não fizemos nenhum Plano ainda, apenas o diagnóstico, que é um documento público e que está disponível no município”. Outro membro também se levantou e respondeu, “Tiveram duas semanas de divulgação na rádio e nós

fixamos alguns cartazes nas vitrines. Nós da equipe não falamos *emakhuwa*, eu não saberia apresentar”.

As assimetrias entre os atores envolvidos são hierárquicas de acordo com sua função institucional ou seu saber especializado em relação à sociedade, muitas vezes vista como causadoras dos problemas e desobedientes às normas e bons costumes. Contudo, são também assimetrias de comunicação, são barreiras simbólicas, culturais e de linguagem. São universos distintos se encontrando e se percebendo. Após mais algumas reclamações dos moradores quanto aos problemas de linguagem da apresentação, o representante da equipe visivelmente constrangido, disse que iriam aproveitar as críticas e sugestões, e chamou o cerimonialista para finalizar a reunião e encaminhar as pessoas do salão para um refeitório ao lado onde foram distribuídos lanches para os participantes.

Segundo o Plano de Estruturação Urbana da cidade (PEU), a Ilha de Moçambique faz parte de um grupo privilegiado de cidades que foram atendidas por programas governamentais de planejamento urbano e de infraestrutura nos últimos 20 anos. Assim como Beira e Nampula, a ilha participou do Programa de Reabilitação Urbana entre os anos de 1988 e 1992, em seguida participou durante os anos de 1992 a 2002 do Programa de Reforma dos Órgãos locais, com objetivo de estruturar os departamentos públicos de administração, ordenamento e controle nos municípios.

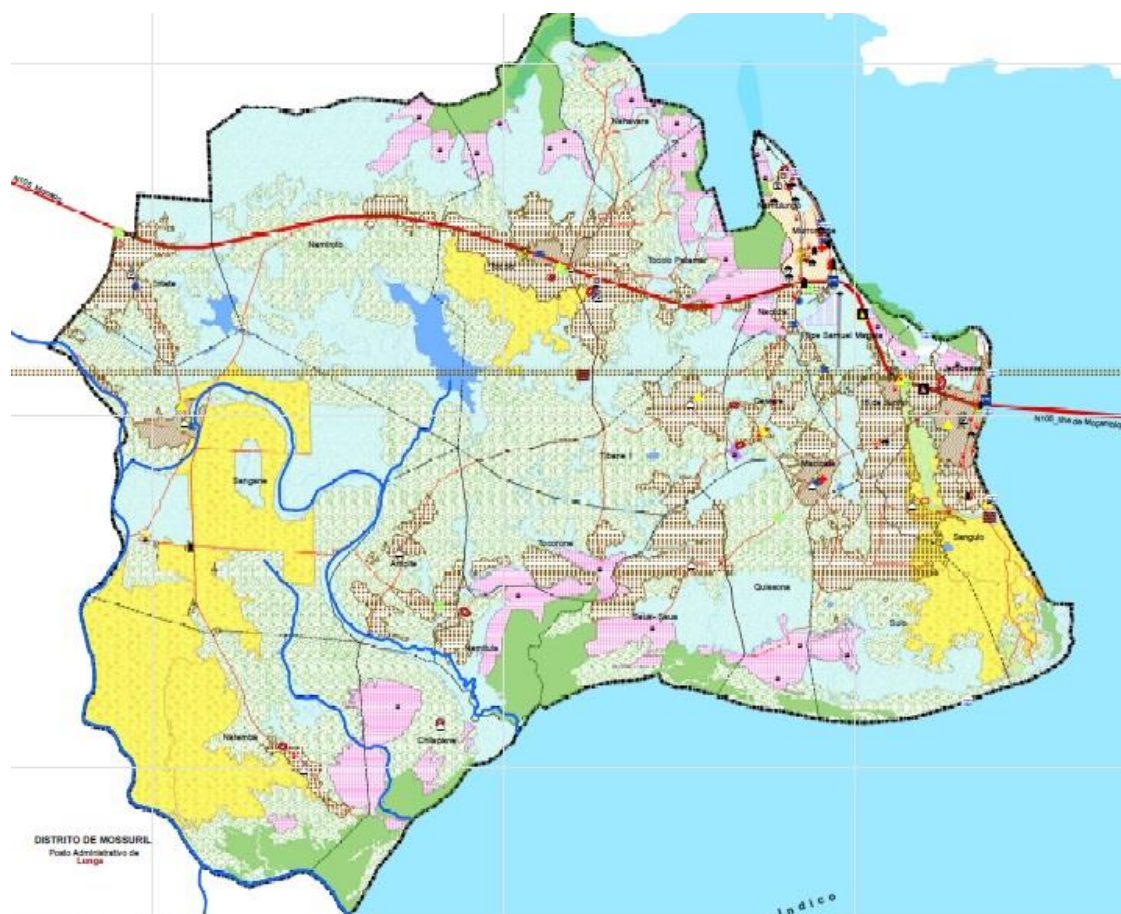
Ainda participou do Programa de Apoio aos Municípios do Centro e Norte, e do Programa de Desenvolvimento Municipal com mais 25 outras cidades. A Ilha de Moçambique, portanto, faz parte de um grupo estratégico de cidades representativas das políticas de desenvolvimento urbano, econômico e social do país, um rol de cidades que têm sido preparadas para se ligarem com o interior e com o exterior de Moçambique, cidades conectadas com o mundo.

Conforme o PEU, esse plano atual faz parte do “embrionário Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano Local, que têm em comum a vontade expressa de reverter o quadro de deficiências que ainda caracterizam os centros urbanos e assentamentos humanos de Moçambique”. Trata-se de um programa de apoio e financiamento de processos de elaboração de instrumentos de ordenamento territorial de vilas e cidades com estatutos de Autarquias.

Em Moçambique essa tarefa foi coordenada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) que conforme consta na página 23 do diagnóstico,

A elaboração de um Plano de Estrutura Urbana para a Cidade da Ilha de Moçambique surge da necessidade de se estabelecer a organização espacial deste território autárquico segundo a função social, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, e ainda reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos, e por sua vez, visa impulsionar no âmbito institucional, o desenvolvimento da capacidade de gestão desta.

Embora o PEU da ilha ainda não tenha sido finalizado, a parte que já foi disponibilizada é um diagnóstico situacional da ilha, documento que busca apresentar um retrato do município através de números e dados referentes às estruturas urbanas no local e vai nos servir para continuarmos nossa análise. Um problema apresentado pelo PEU, durante a audiência e bastante interessante para essa pesquisa é o uso do solo, pois é esse uso que define as características das localidades, que por sua vez, são fundamentais na construção de paisagens de poder e para entender as dinâmicas econômicas e socioambientais em que muitos deslocamentos forçados ou naturais estão inseridos.



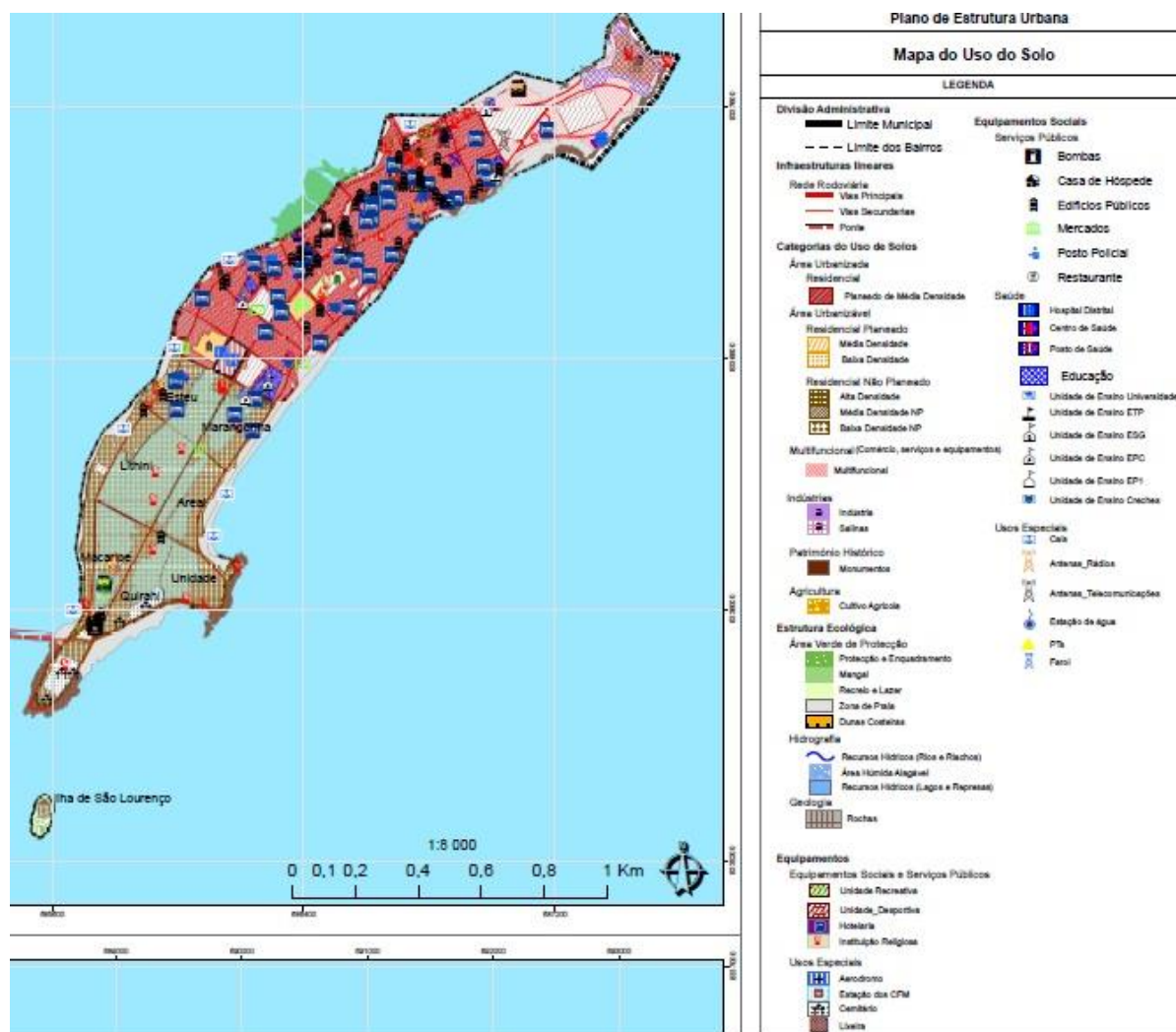
Mapa 12: Nessa imagem aproximada de um dos mapas da parte continental da cidade da Ilha de Moçambique podemos observar o uso e a ocupação do solo. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Destacam-se no mapa as áreas de cor marrom que representam as áreas populacionais com baixa densidade demográfica. Aliás, nenhuma área com alta densidade é marcada no mapa da cidade no continente. Também se destacam as áreas cultiváveis marcadas em cor amarela. Eram no território continental onde se encontravam as hortas (*machambas*) e os palmares, vastas plantações de palmeiras das elites coloniais da ilha. Posteriormente se instalou na região uma grande produção

de castanhas de caju que era exportada para muitas regiões do mundo, contudo essas plantações sucumbiram após a mudança das linhas férreas e dos armazéns que se deslocaram principalmente para a região da cidade de Nacala.

Também é possível verificar as áreas protegidas de mangal em cor verde escuro, localizadas próximas da orla marítima, e áreas florestais e de proteção na cor verde clara, principalmente no centro do território. Nas regiões próximas aos cursos hídricos, aos recursos naturais e às estradas, o mapa indica a instalação de comércios, estabelecimentos prestadores de serviços e alguns equipamentos públicos em cor de rosa. Portanto, o crescimento e a ocupação do solo coincidem com as áreas mais sensíveis, com riquezas naturais, onde também foram instaladas as estradas e consequentemente as residências e comércios, áreas mais afetadas pela disposição irregular de resíduos e esgotos domésticos.

A ocupação das áreas interiores é reduzida e pulverizada em pequenas vilas que aparecem de tempos em tempos nas vias de chão batido que cortam as matas. Com casas de palmeiras macuti, sem energia elétrica, saneamento ou água tratada, as famílias nessas regiões vivem do cultivo de alimentos e a criação de animais para subsistência, a troca e o comércio do excedente nas vias asfaltadas ou próximo às áreas residenciais. Recolhem e guardam as folhas da palmeira que são armazenadas e são permanentemente trocadas devido à necessidade de manutenção das casas.



Mapa 13: Imagem aproximada do mapa do uso do solo na parte insular. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

Já na parte insular, a realidade é outra, como pode ser visto no mapa acima. Podemos observar que esta parte da cidade possui mais equipamentos urbanos, maior quantidade de vias asfaltadas na cidade de Pedra e Cal, que é destacada como uma área de média densidade demográfica. Com grande quantidade de hotéis e pousadas, também é nessa parte da ilha que estão quase todos os monumentos e os prédios públicos que nos últimos anos têm sido gradativamente deslocados para o continente abrindo espaço para a comercialização dos edifícios patrimoniais para a elite moçambicana, estrangeiros e para o setor do turismo.

Do lado da cidade de Macuti, destacam-se as mesquitas, os cemitérios e as áreas de alta densidade demográfica, bem como as áreas rochosas e as que estão abaixo do nível do mar devido à retirada das rochas para a construção da cidade de Pedra e Cal. Também é na cidade de Macuti que estão os cais ou pontos de chegada de pequenas embarcações que coincidem com mercados de peixes, pontos de conserto e fabricação de barcos, além das feiras que se instalam nas praias e na orla marítima como historicamente tem acontecido nos entrepostos do Oceano Índico. Estudos

arqueológicos atualmente buscam nessa região sinais e resquícios de túneis e salas subterrâneas que foram usadas para o tráfico de escravo, principalmente de forma clandestina a fim de burlar o controle e os impostos comerciais.

O mapa também traz pintado de verde escuro uma pequena parte onde ainda é possível encontrar mangal, ecossistema que já foi predominante em outras partes na orla da ilha. A região onde eles ainda estão presentes e guardados por leis protetivas coincide com a região onde estão hoje muitos hotéis e equipamentos públicos, região próxima ao edifício da antiga Alfândega, do Museu da Ilha de Moçambique e da Capitania dos Portos, onde estão localizadas as principais paisagens de poder construídas ao longo dos séculos na ilha.

Com uma população de 64.577 habitantes em 2017, ano base dos dados utilizados para a realização do diagnóstico, sendo 48% homens e 52% mulheres, a ilha apresentou uma taxa de crescimento populacional maior entre os anos de 1997 a 2007 que a taxa registrada durante os anos de 1980 a 1997, anos marcados pela guerra civil e a chegada de refugiados de várias regiões do continente. Em 1980 haviam 30.152 habitantes na cidade da Ilha de Moçambique.

Na economia, o destaque é para a produção de sal que corresponde a cerca de 50%, seguido pela atividade pesqueira com 33%, a agropecuária com 14%, o turismo e outros serviços com apenas 3%. É importante considerar que esses dados se referem a toda cidade, os bairros da ilha e os do continente. As atividades econômicas do setor primário como a pesca e a produção industrial do sal, ainda se sobressaem, seguidas das atividades turísticas e de serviço do setor terciário, com maior valor agregado e melhores salários, conforme o gráfico apresentado na audiência pública e reproduzido abaixo.



Gráfico 1: Apresentado na audiência pública, esse gráfico apresenta o peso dos setores da economia na cidade da Ilha de Moçambique. Fonte: Plano de Estrutura Urbana do Município da Ilha de Moçambique 2019.

A audiência se mostrou um excelente momento para o debate entre os principais atores envolvidos nas políticas públicas de urbanização, desenvolvimento e turismo da ilha. Também foi o momento de confirmar, a partir de dados quantitativos, os relatos coletados em campo e problematizados pelos moradores e os construtores imobiliários acerca da degradação ambiental provocada pela manutenção dos edifícios patrimonializados da Ilha de Moçambique. No próximo capítulo descreverei outra dimensão dessas políticas, a relação entre saberes tradicionais, o patrimônio, o trabalho e o turismo na vida dos moradores locais.



Figura 74: Apresentação do Plano de Estrutura Urbana da ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 75: Audiência pública para discutir o Plano de Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 76: Cerimonialista no púlpito e a mesa das autoridades 2019. Foto do autor.



Figura 77: Em uma praia da contracosta dois jovens trabalham com a mineração das riquezas naufragadas que todos os dias são trazidas pelo mar 2019. Foto do autor.

Turismo, trabalho e patrimônio – Capítulo 2.3

Segundo o diagnóstico do Plano de Estruturação Urbana da Ilha de Moçambique, as atividades econômicas que se destacam na cidade é a produção de sal, a pesca, a agropecuária e o turismo. Podemos observar que a produção de sal e a agropecuária estão restritas ao continente, e que a atividade pesqueira se desenvolve ao longo de toda costa, incluindo a ilha. Observamos também que os cerca de 3% da atividade turística do município está concentrada principalmente na cidade de Pedra e Cal e na cidade de Macuti, visitadas por milhares de turistas todo ano.

Em oposição ao cotidiano, as férias é o momento de alcançarmos experiências afetivas diferentes das do dia a dia. No caso dos moradores de grandes cidades, a natureza se apresenta como um objeto de desejo. Perigosa e atraente, a natureza faz parte do hábito de consumo de classes burguesas pelo mundo, a “conquista” de aventuras e a exposição das paisagens turísticas nas redes sociais agem na construção da identidade dos turistas tornando-os especiais, mestres de si, legítimos possuidores da natureza.

Viver o mito da urbanidade é ter a natureza como objeto de desejo e de prazer. Em uma antropologia preocupada com a emoção, Bragard (2013, p. 159) sugere que “entre a mitologia urbana, que molda um desejo de natureza, e o prazer esperado, encontra-se um ritual composto por técnicas do corpo subjetivantes”. Trata-se de um conjunto de signos, significados e valores socialmente construídos, compartilhados pela linguagem e pelos corpos performatizados no turismo que devem ser observados com atenção.

Conforme Raposo (2010, p. 36) as pessoas que buscam o turismo de patrimônio se assemelham à performers que encenam nos espaços as histórias e memórias contadas pelos lugares, e isso dá sentido às suas experiências e viagens. O “turismo de patrimônio neste sentido pode ser visto como algo onde o passado é posto em cena numa ampla negociação de sentidos e memórias”. As performances heroicas de conquistadores encontrando “bons e felizes selvagens” é construída em parceria com os nativos em um processo de coprodução turística.

No caso de cidades consideradas Patrimônio Mundial fora da Europa, destacam-se o turismo colonial, religioso e da escravatura, como o caso de cidades como São Luís, Diamantina, Ouro Preto, Salvador, Olinda, Goiás, o Cais do Valongo no Rio de Janeiro no Brasil, em San Miguel de Allende, Zacatecas e Oaxaca no México, Cidade Colonial de São Domingos na República Dominicana, Cartagena das Índias na Colômbia, Malaca na Malásia, a Cidade Velha e o Centro Histórico de Ribeira Grande em Cabo Verde, e a Ilha de Moçambique em Moçambique, entre outras, mas há também cidades com acervos modernistas como Brasília no Brasil e Tel-Aviv em Israel, por exemplo.

O patrimônio cultural é um processo de construção simbólica capaz de transformar as dinâmicas socioespaciais, pois, possui uma abordagem geográfica que perpassa as dimensões territorial, social e política. Conforme Fernandes (2016, p. 325), “é também parte de uma dimensão econômica, na qual o turismo é a atividade responsável por transformar o seu valor simbólico em valor econômico, inserindo-o em um mercado global que busca, cada vez mais, um posicionamento competitivo”. Atualmente, os destinos turísticos que possuem patrimônios culturais têm se destacado nesse mercado.

Há incontáveis tempos os seres humanos se deslocam pelo mundo, porém o turismo moderno costuma ser relacionado à Revolução Industrial e aos avanços tecnológicos das máquinas a vapor. A reorganização da vida a partir da reorganização do trabalho fez das viagens um diferencial nas estruturas de poder e difundiu a atividade de veraneio da aristocracia à burguesia europeia, transformações que logo levaram a classe média também a viajar. O aumento das viagens coincide com a evolução do capitalismo industrial que mesmo interrompidas pela Primeira Guerra Mundial, ganha força novamente com a popularização do automóvel (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2010).

A primeira Guerra Mundial mudou o mapa da Europa e promoveu uma atualização das relações internacionais com a necessidade de os Estados atraírem moedas fortes que os permitissem enfrentarem a crise pós-guerra intensificando o interesse pelo turismo, criando as primeiras organizações turísticas e selecionando os viajantes desejáveis. Padrões de passaportes e vistos começam a ser adotados mais amplamente para diferenciar os visitantes temporários dos imigrantes popularizando o termo turista. Em seguida o aumento da autonomia proporcionada pelos automóveis, aviões, crediários para venda de transportes e acomodações feitas por agências especializadas, facilitou a ascensão do turismo aos patamares da indústria global (SILVEIRA e MEDAGLIA, 2010).

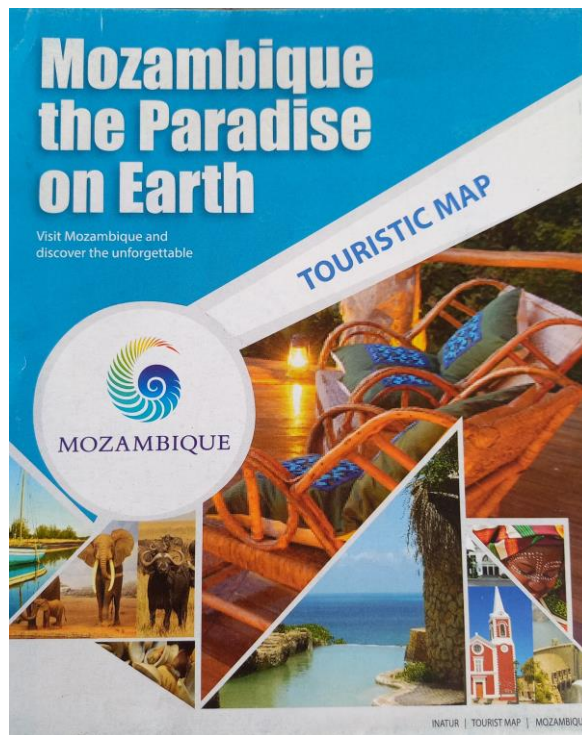


Figura 78: Foto da capa de um mapa turístico de Moçambique distribuído para turistas no país com destaque para as imagens do Museu da Ilha de Moçambique e de uma mulher com mussiro no rosto na parte inferior e à direita da imagem 2019. Foto do autor.

Na Ilha de Moçambique, além da natureza exuberante, o sentimento de nostalgia habita o imaginário dos turistas e de boa parte da população. Nostalgia que para Berliner (2012) significa a saudade pelo que falta em um presente mudado, o anseio pelo que agora é inatingível simplesmente por causa da irreversibilidade do tempo. Trata-se dos alicerces dos campos do patrimônio e do turismo, um conjunto de práticas, discursos, e emoções exibidas publicamente em lugares onde o antigo é de alguma forma, glorificado.

Essa nostalgia do passado romântico e aventureiro é buscada pelo turista ocidental e tem a Unesco como órgão internacional legitimador. A retórica do patrimônio tende a construir uma moldura global que se coloca como universal, mas que, contudo, exclui a população local, pois os lugares são vendidos aos turistas como mercadorias ou realidades estáticas. Na Ilha de Moçambique não é diferente, a patrimonialização legitima a diferenciação social e cria mecanismos de gentrificação como as políticas que estimulam a ida de moradores locais para viverem no continente (SOUSA, 2011).

No final da década de 1990 o governo lançou um programa de transferência da população da ilha para o continente que ficou conhecido pelo nome em *emakhuwa, essitati yookophela*, que significa “uma cidade no continente”. No início dos anos 2000 outro projeto de transferência de pessoas da ilha para o continente foi lançado com o nome Vila do Milênio. Mais recentemente, após a passagem do ciclone Gombe em março de 2022, o governo voltou a falar sobre a transferência de

cerca de 3.000 pessoas para o continente, dessa vez em entrevista aos jornais. Ainda que esses programas tenham buscado garantir benefícios como casas e terrenos para o cultivo de alimentos no continente, a maioria das pessoas acaba voltando para a ilha, seja pela falta de infraestrutura, já que os prédios públicos ficam predominantemente na ilha, ou seja pelas relações sociais, isto é, o cotidiano e a identidade construída na ilha.

O lugar como experiência de uma localidade específica, um enraizamento causado pela conexão com a vida diária ainda é muito importante para as pessoas, mesmo que a identidade não seja um elemento fixo, mas construído. O sentimento de pertencimento a um lugar é um fator preponderante na ideia de “regressar ao lugar”, contudo, muitas comunidades experimentam na modernidade uma condição generalizada e dolorosa de desenraizamento ou desterritorialização, a globalização do capital provoca profundas consequências na nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia (ESCOBAR 2005).

Assim como na Ilha de Moçambique, o bairro histórico da cidade de Colônia de Sacramento no Uruguai passou de um lugar degradado e marginalizado economicamente para um sítio de valor excepcional considerado pela Unesco como Patrimônio Mundial em 1995. Na cidade uruguaia, o antigo bairro Sul, atual área patrimonial, era conhecido como uma área marginal próxima ao porto repleta de edifícios em péssimas condições, a região era caracterizada por comércios clandestinos e pela prostituição, e seus moradores eram principalmente da classe trabalhadora. Com a sua valorização os moradores foram afastados dando lugar a intelectuais de classe média, muitos deles, argentinos que se instalaram temporariamente ou definitivamente no lugar para viverem nos tempos nostálgicos da cidade colonial (IBARLUCEA, 2015).

Uma das lembranças nostálgicas mencionadas por algumas pessoas durante o trabalho de campo é que na época dos portugueses, a cidade era limpa e as casas todas bem pintadas, pois os colonizadores distribuíam cal para os moradores pintarem suas casas (cidade de Pedra e Cal). Essa lembrança faz referência a um conjunto de normas impostas pelos portugueses durante o período colonial que tinha como objetivo principal o ordenamento do espaço público, afastando a moradia dos povos que habitavam a ilha de suas moradias na cidade de Pedra e Cal.

Na cidade de Pedra e Cal essas normas obrigavam os moradores a uniformizarem as cores das fachadas e garantir as condições higiênicas das casas. Ademais, definia que nenhum escravizado podia construir palhotas dentro da cidade, exceto no terreno de seu senhor, quando este permitisse. Essas normas definiam que os escravizados só podiam construir suas casas fora da cidade, isto é, na cidade de Macuti (SOUSA, 2011).

Conforme a narrativa de Edy, “os negros eram limitados, não podiam vir aqui sem um documento que diz que eu sou trabalhador de lá, quando chegasse aqui sem o documento você já era, você já era” sinalizou cortando com o dedo o pescoço em sinal de morte. A divisão social

construída urbanisticamente ao longo dos séculos e revisitada no turismo da ilha representa uma estrutura que separa os colonizadores dos colonizados, de um lado vivia uma corte composta de funcionários, comerciantes, militares e religiosos em volta do governador, uma cidade fechada em si e separada por um muro simbólico da cidade indígena onde viviam os nativos e os escravizados que trabalhavam nas pedreiras de pedra de coral.

Entre as narrativas que guias turísticos oficiais e não oficiais vão nos contar, ouviremos a de que em 1868 cogitou-se a construção de um muro para demarcar essa divisão social e espacial, mas ele nunca foi construído. Divisão que no relatório enviado à Unesco (Livro Azul) e divulgado nos mapas turísticos, foi oficializada, separação que representa a hegemonia criada entre o patrimônio material e o imaterial, entre as construções e as tradições vivas da cidade de Macuti, o cotidiano e os costumes dos moradores locais que animam o conjunto arquitetônico da cidade de Pedra e Cal, cartão postal da Ilha nas propagandas turísticas.

Assim como na Ilha de Moçambique, em Malaca, outra ex-colônia portuguesa na lista de Patrimônios Mundiais, existe a construção de um discurso contra-nostálgico realizado pelas instituições internacionais e nacionais ligadas ao patrimônio e ao turismo. Os prédios históricos, antes ligados à escravidão e a colonização do país, gradativamente se transformam em hotéis, cafés ou restaurantes chiques e aconchegantes, em um processo de apresentação de um passado colonial “re-ciclado, exibido e depois consumido como recordação empacotada, sendo por essa via, na condição de mercadoria, neutralizado enquanto dispositivo de nostalgia” (PIRES, 2019 p. 101).

Assim como Ema Pires (2019) em Malaca, na Ilha de Moçambique também podemos observar a ressignificação dos prédios e paisagens de poder pelos agentes públicos patrimoniais e de turismo, antes destinados à escravidão e agora transformados em hotéis, bancos e restaurantes. Essa “re-ciclagem” dos edifícios age em contraposição a uma outra gramática urbanística subliminar, percebida e escrita pelos moradores locais que atuam no mercado de trabalho informal e que abastecem as lojas, os restaurantes e hotéis de toda a ilha, uma ilha muitas vezes nos interstícios da cidade patrimonializada.

Todos os dias pela manhã moradores da cidade de Macuti se deslocam para a cidade de Pedra e Cal, bem como fazem o trajeto contrário no início da noite, isto porque as escolas, a maior parte dos empregos formais, os prédios públicos e os turistas estão na cidade de Pedra e Cal. Esses trajetos movimentam a ilha e são feitos a pé ou em veículos, principalmente motocicletas. Mais do que fluxo de pessoas, essas movimentações falam muito sobre a cidade e sobre o cotidiano como um processo importante para a vida urbana.

Um trajeto que se destaca no cotidiano da ilha é o dos pescadores. A pesca sempre foi uma atividade fundamental na Ilha de Moçambique, não só para a subsistência, mas também como uma oportunidade de trabalho. É uma habilidade passada através de incontáveis gerações. Praticada

de várias formas, é um dos ofícios mais comuns entre os jovens da ilha que começam como distribuidores de peixes para os pescadores, e depois ascendem para pescadores integrados às equipes nos barcos em alto-mar. Alguns conseguem comprar um barco com motor e rede de pesca, o que normalmente acontece em sociedade com outros pescadores.

Em uma casa Macuti pela manhã, enquanto as mulheres buscam água nos fontanários públicos e as crianças maiores cuidam das crianças menores, um morador do bairro *Litine*, o bairro mais populoso da cidade de Macuti, sai com seu arpão feito de viga de metal com a ponta afiada e um saco de linha. Caminha em direção ao porto da ilha, encontra amigos e toma café com bolo comprado por alguns meticais³⁶ no largo de São Gabriel, aos pés da estátua de Vasco da Gama, enquanto espera um amigo lhe trazer seus óculos de mergulho que estavam emprestados. No momento em que turistas tiram *selfies* no *O Pontão*³⁷, embaixo da ponte do porto, ele mergulha em busca de alguns mariscos, peixes e crustáceos escondidos entre as pedras ou na areia branca do fundo do mar.



Figura 79: O Pontão é um bar e lanchonete que atrai muitos turistas, principalmente para ver o pôr do sol 2019. Foto do autor.

Após cada mergulho ele volta à superfície para colocar o pescado no saco de linha. Depois sai pela praia e caminha até a Fortaleza de São Sebastião aproveitando a maré baixa para buscar mais alimentos para a família da mãe e para sua casa que abriga outras duas famílias. Próximo à Fortaleza, se junta a uma porção de mulheres, homens e crianças que todas as manhãs caminham

³⁶ Metical é a moeda oficial de Moçambique.

³⁷ O Pontão é um bar e lanchonete que funciona no deck do antigo Porto da Ilha de Moçambique, um lugar muito agradável e bastante procurado pelos turistas para ver o maravilhoso pôr do sol.

pela praia e pelo mar em busca de alimentos. A habilidade de encontrar o alimento e de identificar o que é comestível se aprende desde cedo, e faz parte do cotidiano das pessoas.

De volta para casa na cidade de Macuti esses alimentos são cozidos pelas mulheres enquanto ele prepara uma bacia com sabão para lavar as roupas no pequeno quintal de aproximadamente 10 m² em frente à casa, que também serve de cozinha quando se acende dois pequenos fogareiros de metal à carvão. Seu sonho é comprar um barco e um motor para pescar próximo aos recifes de corais onde os peixes são maiores, mas sabe que precisará de um sócio para dividir os custos.



Figura 80: Pesca tradicional nas praias da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Em outro ponto da ilha, caminhando em cima do muro de rochas construído para conter as águas na contracosta, um rapaz de camiseta amarela e short verde observa o mar com quatro carretéis de linha e anzol, como faz em todas as tardes. Ele sabe que no tempo frio é mais difícil *morrer* peixes em sua mão. Dentro de uma casca de coco partida ao meio, minhocas são as iscas para a pescaria cujo produto alimentará sua família naquela noite. Uma mulher e uma criança admiradas se aproximam e ficam observando sua técnica, olhando para o mar que se movimentava com ondas cansadas, vez o outra, falam alguma coisa com o pescador que como um professor responde pacientemente. A pesca é um ofício admirado pelas pessoas da ilha e ensinado desde a infância através da observação e da prática acompanhando pescadores experientes.

Uma a uma ele lança com força as iscas ao mar, puxa, enrola um pouco a linha, e puxa outra vez. Deixa o carretel no chão com uma pedra em cima e parte para o outro repetindo a mesma

operação. De tempos em tempos um peixe fica preso em suas armadilhas. A mulher mostra para a criança os peixes na sacola e o pescador em um ritmo quase que automático puxa a linha, deslizando suavemente por uma de suas mãos e enrolando com a outra. Após algumas horas e com a sacola cheia de peixes ele se despede da criança e da mulher e caminha rumo à cidade de Macuti.

Na *Ponta da Ilha*, próximo ao antigo crematório hindu, armadilhas trançadas com tiras de madeira formam “gaiolas” para capturar peixes e são lançadas ao mar. Depositadas em cima dos recifes de corais que separam a ilha do Fortim de São Lourenço³⁸, elas se enchem de peixes quando a maré sobe. Desde a catação de mariscos e peixes presos nos corais durante a maré baixa até a pesca em alto mar, a pescaria é elemento fundamental do cotidiano da ilha e segue acontecendo regularmente, chama atenção dos turistas e abastece as casas, hotéis e restaurantes de pescados.



Figura 81: Armadilhas utilizadas para pesca na Ilha de Moçambique 2019. Fotos do autor.

Na Ilha de Moçambique a pesca faz parte do cotidiano e promove performances que dão sentido aos lugares, às paisagens e ao patrimônio material, o que atrai os turistas. O cotidiano é regulador da vida social atuando na adequação dos indivíduos e em sua relação com a sociedade, e as atividades desenvolvidas diariamente como a pesca, a mineração de miçamgas, a venda de alimentos tradicionais como bolos e chamuças³⁹ e os deslocamentos entre a cidade de Macuti e a cidade de Pedra e Cal, por exemplo, manifestam-se como um campo de ritualidades moralmente adequadas e reguladas pela mecanização da vida econômica das cidades. Além disso, conforme Leite (2010), o cotidiano garante o senso de confiança necessário para a existência individual e a coesão social das comunidades, apesar de ser também constituído de ações que rompem com a normalidade.

³⁸ O Fortim de São Lourenço é um pequeno Forte militar localizado em cima de uma ilha de corais na Ponta da Ilha na cidade de Macuti e está na lista dos edifícios tombados como Patrimônio Mundial no relatório da Unesco. O relatório pode ser acessado pelo link: <https://whc.unesco.org/en/list/599/>

³⁹ Chamuça é uma espécie de pastel de origem indiana frito em forma triangular e recheado com uma mistura de feijão, carne picada (bovina, frango ou peixe) com ervas aromáticas.

Também caminham da cidade de Macuti para a cidade de Pedra e Cal, jovens guias turísticos não oficiais⁴⁰ e miçangueiros em busca de turistas. Passam próximo aos restaurantes, hotéis e praias e costumam se reunir e sentar no Largo de São Gabriel, trançando miçangas no coreto, sentados em frente ao Museu ou ao lado das barraquinhas de miçangas e artesanato instaladas em frente ao deck do Porto. De tempos em tempos caminham pela cidade, param em frente ao Mercado Municipal e esperam os visitantes passar, são bastante insistentes e vão te perseguir e tentar te convencer de comprar uma miçanga ou de contratar seus serviços de guia.

Atualmente, o mercado do turismo movimenta a economia da ilha. Embora restaurantes, hotéis e pousadas gerem alguns postos de trabalho para a população local, são algumas atividades marginais a este mercado que permitem a um jovem ilhéu entrar no mercado de trabalho; nomeadamente aquelas que se servem dos conhecimentos tradicionais e das técnicas herdadas. Além de pescador, barqueiros e distribuidores de peixe, outra atividade que abastece os turistas e que rende um pouco mais de dinheiro é a mineração de ouro, prata, miçangas e outros artefatos nas praias da Ilha de Moçambique. No cotidiano das praias ensolaradas da ilha, os mineradores de miçangas praticam uma espécie de arqueologia de sobrevivência.

Fruto do naufrágio de várias embarcações ao redor da ilha, carregamentos seculares de tesouros portugueses, árabes, persas, chineses, indianos e de outras regiões do mundo são diariamente levados pela maré e depositados nas camadas de areia da praia. A técnica de identificar as faixas mais ricas das praias, de cavar, extrair, lavar e separar todo o material é muito comum entre jovens homens e termina com a comercialização para miçangueiros, hotéis, museus e colecionadores internacionais. A Atividade é desenvolvida em dupla ou trio, raramente sozinha, começando pela manhã e se estendendo até por volta das 14:00 horas todos os dias. Quando perguntado sobre como sabem do ouro nas praias, um minerador respondeu: “nossos avós disseram, lá tens ouro”.

Mais que uma fonte de renda ou uma ocupação, o que os mineradores das praias fazem é o que Tim Ingold define como “trazer as coisas à vida”. Como o autor, podemos aqui seguir os fluxos vitais desses materiais minerados nas praias da ilha, que são coisificados num mundo que mundifica como fios que formam o que o autor chama de um “parlamento de fios”, como materiais nunca acabados, como coisas que são um “acontecer”, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam, e que tem o caráter de “um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós” (INGOLD 2012 p.29).

Na orla da contracosta alguns jovens entre 14 e 30 anos caminham pela praia, a maré está baixa e expõe uma grande faixa de areia. Eles olham para o mar como quem estuda o melhor lugar

⁴⁰ Chamo de guias não oficiais aqueles que não estão ligados a nenhum hotel ou centro de turismo, os que não foram treinados pela Unesco e atuam de forma improvisada como guias nas ruas da ilha.

de acordo com as correntes marítimas que impulsionam as ondas que chegam mansas na praia. Com o pé, um deles sinaliza o lugar onde vai começar a cavar. Enquanto os outros seguem em busca de outros pontos promissores, um deles se agacha ao lado do primeiro e observa a escavação começar.

O trabalho é pesado, a areia molhada é retirada com pequenos potes quadrados e amarelos de óleo de cozinha e lentamente vai formando um buraco de aproximadamente um metro e meio de largura e um pouco mais de um metro de profundidade. Conforme cava, seu corpo vai sumindo buraco adentro e a areia é lançada aos pés do companheiro que logo começa a colocá-la em sacos de linha, que originalmente eram usados para a comercialização de cimento. Eles entendem que a areia do fundo é mais rica em artefatos e o buraco precisa ser longe o suficiente do mar para as ondas não prejudicarem o trabalho, mas não tão longe, pois sai da faixa de depósito dos materiais que estão procurando.

Outros buracos como esses são feitos até que se junte a quantidade de areia suficiente para a segunda etapa do processo. Enquanto cava, algumas miçangas já são encontradas, coletadas e guardadas, neste caso, dentro da boca do jovem que está cavando de maneira que não atrase o processo. Como as mãos estão sempre ocupadas durante toda a atividade, a boca se torna um órgão importante que ora guarda os tesouros encontrados, ora guarda uma lâmina de barbear que também é usada na separação das pepitas de ouro e prata dos grãos de areia da praia. Também são encontrados pequenos pedaços de cerâmica, principalmente de origem portuguesa e chinesa. Depois de enchido dois sacos de linha, os dois rapazes os carregam nas costas até outra área da praia para a “lavagem” e separação dos materiais da areia.



Figura 82: Uma dupla de trabalhadores separando a areia dos artefatos, miçangas, prata e ouro em uma praia do Índico 2019. Foto do autor.

Nessa segunda etapa do processo, quem cavou o buraco passa a coletar água no mar nos mesmos potes usados para a escavação e o outro rapaz que ensacou a areia, agora cuida da separação. A areia dos dois sacos é despejada na praia formando um monte onde ele se senta para começar o trabalho. Aos poucos, porções da areia são puxadas a frente do seu corpo e com a água coletada, lavadas cuidadosamente. Quem coleta a água, à medida que a água começa a escorrer, faz uma pequena barreira de areia na frente do companheiro a fim de represar a água diminuindo a necessidade de buscar mais no mar, com o tempo, uma pequena lagoa se forma e a água passa circular pelo sistema sendo reaproveitada.

Enquanto joga água na areia com uma mão, com a outra ele a tateia cuidadosamente buscando sentir seus tesouros que pouco a pouco vão aparecendo junto com pedras, conchas e cacos de vidro. Nessa etapa, a lâmina de barbear guardada em sua boca é usada para coletar as minúsculas pepitas de ouro e prata que brilham no meio da areia. Essas pepitas são guardadas em uma concha ao lado de seu corpo, e a lâmina guardada dentro da boca, onde pode ser acessada rapidamente várias vezes durante o processo.

Depois que uma boa quantidade de água fica represada, os dois se agacham e trabalham juntos na separação dos materiais com olhos atentos até acabar o monte de areia trazido. Não há muita conversa durante o trabalho que segundo relataram, pode render até 500 meticais por dia. Com o fim do monte, a pequena represa é rompida e a água devolvida ao mar, e o material é levado

para miçangueiros, ourives, donos de hotéis e de restaurantes para serem vendidos principalmente aos turistas. Alguns colares com pequenas conchas, miçangas e cerâmicas podem ser vendidos por até 1000 meticais, dependendo do lugar.

Conforme relato de um minerador de miçangas, “Tenho vinte e dois anos e faço esse ofício há dez anos. Vendemos em grama. Uma grama está 2000 meticais, meia grama 650 meticais” se referindo ao ouro. Outro minerador disse vender o grama de ouro por 1200 meticais a ourives na cidade de Macuti. 2000 meticais correspondem à aproximadamente 40 dólares ou 180 reais. As miçangas são vendidas a 100 meticais um pote de pomada cheio de miçangas, ou são transformadas em colares por eles mesmos e vendido a 20 meticais, aproximadamente 40 centavos de dólares.

As coisas resgatadas do fundo da praia se tornam centros de uma malha de fios que vem do passado e seguem no tempo, conforme o “caráter fluido do processo vital” de Ingold (2012, p. 41). Os naufrágios que poderiam dar um “fim” para essas peças que dormiram por séculos no fundo do mar que, continuamente age sobre elas, as transformam em linhas soltas na periferia dessa malha que passa pelas mãos dos mineradores e são fundidas ao fluxo da vida das pessoas de outros lugares seguindo os modos do mundo à medida que ele se desenrola, juntando e misturando o mundo das coisas e das pessoas.

É interessante observar nesses dois casos, a pescaria e a mineração nas praias, a relação entre os trabalhadores e o sentido dado aos lugares. Além dos fortes, igrejas, casas, cemitérios e outros monumentos que, listados como Patrimônio Mundial, reafirmam o apogeu colonial da ilha que é performatizado nos museus, hotéis e catálogos turísticos, são as atividades cotidianas e saberes tradicionais que dão sentidos aos lugares e atraem os turistas. A performatividade do cotidiano na cidade é elemento fundamental para o turismo na Ilha de Moçambique e dá sentido ao patrimônio material reconhecido.

Do ponto de vista material, o Museu da Ilha de Moçambique é um imponente prédio no Largo de São Gabriel localizado na contracosta, sua posição estratégica em frente ao porto da ilha e da antiga alfândega chama atenção dos turistas. A construção levou 10 anos de árduo trabalho escravo e serviu primeiro como escola de padres jesuítas, que foram expulsos por volta de 1759. A partir de 1763 se tornou residência oficial dos governadores de Moçambique até a ilha deixar de ser capital em 1898.

Serviu de residência oficial do governador da região norte até 1935 quando a ilha perdeu também essa posição política de capital da província. Em 1956 funcionou como residência para o presidente de Portugal Francisco Lopes e em seguida serviu para receber hóspedes importantes. Passou por muitos momentos de deterioração, inclusive com o desmoronamento da grande varanda que servia para que os governadores assistissem as apresentações de Tufo e acenarem para a população durante os dias de festas que aconteciam no Largo de São Gabriel.

Segundo relatos, durante a visita do Presidente Samora Machel e sua comitiva ao prédio que se encontrava subutilizado e em forte processo de deterioração logo após a independência, um acidente motivou-o a determinar sua destinação para museu. Um de seus seguranças quebrou uma cadeira histórica ao se sentar. A cadeira continua lá, a rachadura é utilizada para comprovar o ocorrido e é apresentada a todos os turistas que visitam o lugar.

O guia que me recebeu mora na parte continental da cidade e trabalha há 4 anos no museu, segundo ele “o museu é importante para as gerações saberem como era a cultura local no passado”. É proibido fotografar seu interior durante a visita que passa pelos principais cômodos do prédio que conserva os móveis, obras de arte e as características que remetem ao período colonial, por isso também é conhecido como Museu da Colonização. O Museu da Ilha de Moçambique – MUSIM, é composto por três núcleos museológicos, o Museu de Artes Sacras, o Museu de Artes Decorativas e o Museu da Marinha.

A visita ao museu é composta de narrativas e performances que são interpretadas pelo guia e imaginadas por nós a cada ambiente que entramos. “A recriação histórica constrói-se então por uma mecânica comunicativa onde a performance do patrimônio (heritage) se constitui em mensagens e sentidos do passado transmitidos e criados para e pelos participantes”. A performance patrimonial procura estimular fortes sentimentos de identidade e memórias que são cultivadas e transmitidas para as novas gerações (RAPOSO, 2010).

A maior parte do edifício é ocupado pelo Museu de Artes Decorativas, e em seu primeiro cômodo temos a sala da segurança, uma grande sala onde estão expostos dois modelos de riquixás, uma espécie de carroça de duas rodas puxados por tração humana, um riquixá para o governador e outro modelo destinado à sua esposa. Ao lado desse ambiente fica a sala das senhoras, local onde a esposa do governador recebia suas amigas. A sala é bastante decorada e se destaca um belíssimo jarro chinês da Dinastia Ming no centro da mesa, e na parede o destaque fica para um quadro que retrata a colonização portuguesa no continente, parada obrigatória do guia oficial do museu.

Conforme esclarecesse o guia, a primeira tentativa de dominação dos portugueses foi frustrada. Embora tenham ido com armas, as tropas portuguesas foram derrotadas pelo exército do Régulo da época, líder da comunidade que governava a região. Porém, uma segunda incursão foi feita posteriormente e um pacto de sangue foi selado entre os dois líderes, além de um significativo repasse de riquezas feito pelos portugueses. O pacto simbolizou a igualdade entre os moçambicanos e os portugueses da região que futuramente se tornaria a Província de Nampula.



Figura 83: Escadaria de acesso ao Museu da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Logo em seguida somos apresentados a dois quartos de hóspedes que possuem duas camas separadas cada um, pois segundo o guia, era proibido que casais dormissem juntos. Apenas um desses quartos possui banheiro. Ao lado fica o quarto da *Ama*, ou *Ama de Leite*, senhora local responsável por cuidar dos filhos do governador. Existe ainda um terceiro quarto de hóspedes na sequência.

Em outro cômodo, podemos observar uma grande janela e uma cabine, onde o governador acompanhava a missa sem poder ser visto, sedo que apenas a segunda cabine fica à vista das pessoas que visitavam a capela do palácio. Nesse cômodo o destaque é o livro de Luiz de Camões, *Os Lusíadas*, aberto na página onde o poeta que morou na Ilha de Moçambique por um tempo, recita poemas sobre a ilha. Em seguida somos apresentados ao Corredor Magnífico, um enorme corredor espelhado que perpassa vários cômodos do palácio.

Em um corredor menor ficam expostas alguns objetos que fazem referência aos povos que influenciaram a formação cultural da ilha, artefatos de metal dos Persas, as conchas e cordas da população *makhuwa* e as miçangas indianas. Ao lado fica a sala de maquiagem da esposa do governador e o quarto mais importante, o Quarto Real. Uma curiosidade desse quarto são as camas que são em alturas diferentes, pois, conforme a tradição, quanto mais alta é a cama, mas importante é o seu dono.

Ainda passamos por uma sala de reuniões, uma sala de música e uma sala de jantar com 22 cadeiras. Depois uma sala de espera para pessoas mais íntimas do governador que despachava no Palácio, e uma sala de jogos para seus funcionários. O secretário do Governador tinha um quarto ao lado do escritório onde trabalhava e ao lado do corredor do descanso onde cadeiras confortáveis

estão expostas, inclusive a cadeira que o segurança do Presidente Samora Machel quebrou ao se sentar.

Quase no final do passeio somos apresentados a uma sala destinada aos trabalhadores da cozinha, apresentados a uma cozinha de influência indiana onde utensílios domésticos mais antigos estão expostos e uma cozinha portuguesa, com equipamentos elétricos mais modernos, depois um pequeno cômodo usado para passar as roupas. Na copa um lugar era separado para que um funcionário experimentasse toda a comida que era feita para o governador antes de ser servida, isso buscava evitar seu envenenamento. A representação do Palácio São Paulo, a vida doméstica e a do trabalho nos artefatos e coleções conservadas, expõe uma narrativa colonial que atrai muitos turistas para a Ilha de Moçambique, a antiga capital.

A exposição das coisas e das imagens no interior do museu são organizadas e apresentadas como o que Raposo (2010, p. 28) chamou de documento performativo, isto é, um modo tradicional de documentação e registro que busca enfatizar que esses eventos realmente aconteceram, uma espécie de “apetite memorialista e patrimonializador que apela a um sentido de pertença coletiva, frequentemente hegemônico”. O autor ressalta que a principal característica da memória é a sua dimensão política e que viver historicamente supõe a criação da consciência nacional, a elaboração da nação.

Os trabalhadores informais do turismo como vendedores de miçangas e artesanatos, vendedores de comidas típicas, barqueiros e guias turísticos costumam se concentrar diariamente em frente do Museu da Ilha de Moçambique esperando os turistas, mas poucos deles disseram tê-lo conhecido por dentro. Outro edifício de destaque para o patrimônio da ilha é a Fortaleza de São Sebastião. Símbolo da ilha em muitos catálogos turísticos, o monumento desperta muitas opiniões dos moradores, alguns gostariam que ela fosse mais ocupada com instituições de pesquisa e ensino, já outros desejam que se torne um centro comercial para a população da cidade de Macuti vender seus produtos, e outros torcem para que a fortaleza se torne um complexo turístico com exposições, restaurantes e lojas. O Museu da Ilha de Moçambique e a Fortaleza de São Sebastião contam com guias oficiais e a entrada é paga.

É em homenagem ao jovem Rei Dom Sebastião o nome da famosa Fortaleza da Ilha de Moçambique, a Fortaleza de São Sebastião. Trata-se do maior prédio da península e que conforme o Relatório de Recomendação do ICOMOS foi construído entre os anos de 1558 e 1620. O rei que também ficou conhecido como “o desejado” nasceu após a morte de seu pai, o Infante Dom João, e herdou o trono aos 3 anos de idade, o assumindo aos 14 anos em um período em que o reino temia ficar sem herdeiro. O jovem rei que estampa um grande retrato no Museu da Ilha de Moçambique morreu em Marrocos aos 24 anos na batalha Alcácer-Quibir deixando o reino falido.

Com o agravamento dos conflitos entre portugueses e indianos pelo monopólio do comércio de especiarias pela rota do Índico, a construção da fortaleza aumentou a importância de Moçambique e buscou dar respostas aos grandes prejuízos causados por anos de conflitos em terra e mar, pela morte de soldados, pela perda de navios e outras despesas causadas pela guerra. Naquele momento o projeto não era só de construir uma fortaleza do tamanho da importância do comércio do Oriente, mas também de inutilizar o canal de Sanculo entupindo-o com rochas, projeto que nunca se concretizou (LOBATO, 1945).

Em 1545 o Rei Dom Sebastião ordenou a construção da Fortaleza em substituição ao antigo e obsoleto forte que existia no Largo de São Gabriel. Sua construção durou 62 anos de trabalho escravo e foi feita de grandes blocos de pedra de coral extraídos da ilha e do continente, principalmente da cidade de Macuti, e fixados com *murapa*, a seiva de uma trepadeira que após esmagada fornecia a tradicional argamassa dos prédios coloniais que por muitos anos resistiram a ação do tempo.

Durante a visita à Fortaleza pouco se falou sobre a quantidade de escravizados que perderam a vida na sua construção, ou da degradação ambiental provocada pela retirada da enorme quantidade de rocha necessária para erguer o maior edifício da ilha. Conforme Raposo (2010) existe intencionalmente uma visão acrítica do patrimônio, no que tange o patrimônio colonial português, são evidentes os esforços narrativos de certa “Portugalidade” evidenciando uma visão histórica dos feitos de certos personagens. Existe sempre uma espécie de amnésia parcial no que concerne à recriação do passado eliminando toda a espécie de sujidade, porcaria, poluição e elementos perturbadores.

Incrustada na rocha coralina, a Fortaleza é cercada pelo mar e tem apenas a face sul ligada ao solo como único acesso. Sua monumental estrutura conta com 4 baluartes de rocha maciça, sendo o maior deles o Baluarte de São Gabriel, e um sofisticado aqueduto, sistema de captação de água da chuva em toda sua extensão que garantia o abastecimento de água potável por até 6 meses armazenada em três cisternas interligadas por vasos comunicantes. Os baluartes, localizados nas extremidades da Fortaleza e equipados com canhões representam uma engenhosa arquitetura militar, são formados por pontas como de uma estrela que garantiam uma visão de mais de 180 graus para todos os lados e era onde soldados vigiavam atentamente o importante canal de Moçambique.



Figura 84: Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.

Abaixo de um dos baluartes se encontra a construção europeia mais antiga da África Austral, a Capela da Nossa Senhora do Baluarte, construção em estilo manuelino que teve parte do seu teto desmoronado após fortes chuvas em 2019. Por causa da capela, esse é o único baluarte em que os canhões ficam embaixo, evitando explosões em cima da igreja. Além do teto abobadado, a capela conta com 12 túmulos onde importantes pessoas foram enterradas. Embora esteja em ruínas e com partes inacessíveis e isoladas por fitas, a antiga capela continua sendo bastante visitada.

Nas extremidades do imenso paredão de rochas da Fortaleza, cruzeiros sinalizam os pontos onde as sentinelas garantiam a segurança. Protegida atrás dos baluartes ficava a casa do governador, a cozinha e as casas dos soldados que por meio de uma rampa empurravam outros muitos canhões para defender a ilha em caso de ataques. A Fortaleza também contava com um grande local para o armazenamento de escravizados com portas para o canal, por onde chegavam e eram vendidos. Conforme relatos locais, os escravizados também chegavam de forma clandestina até a Fortaleza através de um túnel subterrâneo.

Próximo ao Baluarte Santa Bárbara era onde ficavam o armazém de alimentos e as casas de banho. Era ali também que ficavam a carpintaria, e o armazém de armas e pólvora. Quase caminhando para o final do passeio o guia ainda nos mostra um grande buraco no solo onde funcionava uma prisão subterrânea para soldados desertores e escravizados rebeldes que era acessada por um túnel subterrâneo.

Próximo dali, somos apresentados ao Campo de Fuzilamento, grande parede onde vários soldados enfileirados executavam os prisioneiros. Conforme relato, apenas um dos soldados possuía bala em sua arma, garantindo que nenhum soldado se sentisse mal por não saber qual deles havia de fato matado o prisioneiro. A Fortaleza conta ainda com a igreja Dom Sebastião, a última a ser construída na ilha por volta de 1620.



Figura 85: Maquete da Fortaleza de São Sebastião e ao lado um dos guias locais 2019. Foto do autor.

Hoje a Fortaleza abriga alguns departamentos da Universidade Lúrio e da Universidade Eduardo Mondlane. Um grande arquivo para a recuperação de documentos históricos e um centro de arqueologia subaquática que mapeia e registra as embarcações e tesouros naufragados em volta da ilha, trabalho realizado em parceria com universidades europeias. Apesar da ilha possuir outros lugares importantes para o turismo como o Jardim da Memória, a Igreja de São Sebastião, o Templo Hindu e a Mesquita Principal por exemplo, o Museu da Ilha de Moçambique e a Fortaleza de São Sebastião são os mais divulgados e se destacam nessa pesquisa.

Portanto, o turismo proporciona uma série de atividades econômicas na ilha, desde atividades oferecidas por hotéis, hospedarias, restaurantes e empresas de turismo, até atividades que margeiam os postos oficiais de emprego como os dos guias turísticos não oficiais, os miçangueiros, os mineradores de miçangas, barqueiros e pescadores por exemplo. As atividades mais rentáveis estão, sobretudo, sob comando de estrangeiros ou de elites moçambicanas, sendo ainda de pouco acesso aos moradores locais.

O desemprego é acentuado na ilha, as grandes empresas contratam um número muito restrito de profissionais, ficando a maioria destinados aos ofícios de baixa remuneração no setor de turismo. Essas pessoas que usam os espaços públicos da ilha para trabalhar escrevem diariamente uma gramática urbana de contestação e sobrevivência que começou a ser construída há séculos atrás. A patrimonialização dos edifícios também favorece estrangeiros e as elites moçambicanas que paulatinamente os adquirem e se comprometem com o restauro e a conservação. Os saberes locais, as performances tradicionais e o patrimônio imaterial ainda possuem pouco destaque na economia,

o que provoca conflitos políticos e reivindicações por parte da Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique e de outras lideranças, como veremos a seguir.



Figura 86: Capela de Nossa Senhora do Baluarte 2019. Foto do autor.



Figura 87: Rede de canaletas feitas para captação da água da chuva e destinação para as cisternas de armazenamento na Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.



Figura 88: Região do Museu da Ilha de Moçambique e do prédio da antiga alfandega da ilha 2019. Foto do autor.



Figura 89: Aqueduto da Fortaleza de São Sebastião 2019. Foto do autor.



Figura 90: Garotas da cidade de Macuti vendendo comidas típicas para turistas na cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.



*Figura 91: Barracas com produtos artesanais em frente ao Museu da ilha de Moçambique 2019.
Foto do autor.*



Figura 92: Cotidiano, famílias reunidas em mais uma manhã no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

A casa fora da casa – Capítulo 3

As famílias na cidade de Macuti são numerosas em geral. Os filhos moram com os pais e dividem as atividades domésticas, muitos também trabalham no mercado informal ou formal do turismo, da pesca e de limpeza, principalmente. As adolescentes costumam se casar novas, muitas vezes logo após a primeira menstruação, fato que se torna público com o uso regular do *muissiro* como uma máscara facial. A cor branca que simboliza a finalização da infância e a passagem pelo ritual tradicional que acontece por meio de “avós” ou senhoras capacitadas e conhecidas na comunidade, logo atrairá uma família interessada em casar seu filho e que combinará com o xeique o casamento.

Após o casamento, espera-se que os novos casais aluguem ou comprem suas casas, deixando então, a casa dos pais. Isso pode acontecer de muitas maneiras: mudando-se para o continente, onde o custo de vida é menor, conseguindo uma casa na cidade de Macuti, normalmente dividida com outras famílias, conseguindo a própria casa, o que é mais raro, ou ainda se mudando para alguma ruína da cidade de Pedra e Cal, onde ficarão sobre intensa fiscalização da municipalidade e do GACIM. Como o casamento de um homem com mais de uma esposa é comum na Ilha de Moçambique, muitas casas são habitadas por família de numerosos filhos e mães visitadas pelos maridos.

As casas estão ligadas fisicamente e simbolicamente com as gerações de habitantes em uma dinâmica imposta pelas políticas de uso do solo urbano e as relações familiares, como na maioria das casas antigas de Rethemnos na Grécia, descritas por Herzfeld (1991) que pequenas, também obrigam a mudança dos filhos recém-casados colocando de um lado as regras patrimoniais impostas pelo Estado, e do outro o habitar e a necessidade dos moradores. Considerando que o controle sobre as características das casas de macuti promove limitações nos usos e na configuração dos arranjos familiares, as contestações dos discursos patrimoniais explorados pelo turismo através das táticas decertonianas de reforma e compartilhamento de serviços como água e alimentação se tornam ação política sobre o controle de suas vidas e da história.

Muitos filhos que saem das casas dos pais após o casamento continuam ajudando a alimentar seus pais e a dar manutenção em suas casas, onde vivem há muitos anos. A relação desses idosos com suas casas é bastante profunda, muitas são repletas de artefatos resgatados do mar, capulanas, fotos e outras referências africanas, em especial da Ilha de Moçambique. A permanência das características tradicionais da casa como o telhado de folha macuti é dito por muitos como um desejo importante, mas que está limitado às condições econômicas. Assim como nas casas da cidade de Goiás descritas por Tamaso (2007), os retratos familiares são abundantes, bem como recortes de

jornal sobre o patrimônio e registros antigos da ilha e de seus moradores, que ficam espalhados pelas paredes e em cima dos móveis.

A partir desse contexto, sugiro refletirmos sobre a globalização das cidades como uma das principais estratégias do capitalismo acentuada a partir da segunda metade do século XX. Essas cidades para o consumo global são caracterizadas pela espacialização do tempo, ou homogeneização das paisagens, e se tornam oportunidade de investimento para empresas transnacionais através do turismo e da capitalização do solo urbano. Atualmente uma das formas de dominação econômica bem-sucedida dos países do norte global sobre as antigas colônias do sul global.

A Ilha de Moçambique possui um elevado índice de desemprego, e atualmente, o mercado da construção civil se organiza para capacitar profissionais para o restauro dos imóveis de interesse comercial e patrimonial, bem como forma mão de obra qualificada para atender os setores de serviços ligados ao turismo. Para Harvey (2014), é na cidade, principalmente em países de capitalismo incompleto ou atrasado, que está o atual grande negócio capitalista, pois é onde se concentra mão de obra com oferta de baixos salários, leis ambientais e trabalhistas frágeis que ampliam os lucros por meio da mais-valia e ainda cria um mercado que absorve a produção de excedentes exigidos pela urbanização e pela criação de novos estilos de vida.

Influenciada por várias políticas, as cidades capitalistas são reconhecidas mundialmente através de suas “paisagens de poder”. Para Zukin (2000; p. 84), paisagem é uma ordem espacial imposta ao ambiente, natural e construído, portanto, socialmente construída e ordenada pelo poder das instituições sociais dominantes. “A paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural”. Para a autora o poder da paisagem é construído ao longo do tempo de maneira simbólica, cultural e arquitetônica, o que reflete no valor econômico do solo urbano e faz da arquitetura o capital do simbolismo.

Como um dos maiores centros militares e comerciais do Índico durante o período da colonização portuguesa, a Ilha de Moçambique construiu algumas paisagens de poder que hoje atraem turistas de todo o mundo. Contudo, sua história é construída por inúmeros atores, que convivem com as práticas organizadoras da cidade habitada, com fragmentos de trajetórias e de alterações de espaços que escapam às totalizações imaginárias do olhar, às práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais ou teóricas. Para De Certeau (2014), o olhar antropológico expõe as cidades transmutantes ou metafóricas que convivem com a lógica da cidade visível.

Como já foi dito, para essa pesquisa os lugares são polissêmicos, possuem vários sentidos, bem como são constituídos a partir de “estratégias” e de “táticas”. As “estratégias” são fruto do

poder especializado, se afirmam como práticas organizadoras da cidade e implicam a construção de uma visão totalizante e homogênea, enquanto as “táticas” são movimentos heterogêneos e imprevisíveis organizadas pela ausência de poder, ou pelos “sem poder”, que ocorre no interior de espaços urbanos, subvertendo seus sentidos estratégicos (DE CERTEAU, 2014).

Historicamente a urbanização da ilha tem sido pautada pela lógica da colonização, da escravidão e da segregação social, condição que as políticas de patrimonialização decorrentes do seu reconhecimento de Patrimônio Mundial e o turismo têm consolidado. Como toda a parte insular é considerada Patrimônio Mundial pela Unesco, todos os imóveis são afetados pelas regras de conservação, casas de pedra e cal e casas de macuti, bem como os traçados urbanísticos, os métodos construtivos, os materiais, e, por conseguinte, a vida dos ilhéus.

Contudo, as estratégias disciplinadas pelo GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, são interpeladas por táticas que subvertem as regras e vão de encontro às demandas dos habitantes. No caso da cidade de Macuti, as paredes de bloco de cimento e telhados de zinco vão surgindo por toda parte, e novos cômodos mudam o traçado dos caminhos de terra batida que circundam as casas. Na cidade de Pedra e Cal as demandas por conforto exigem dos construtores criatividade e muita negociação com o GACIM para autorizar que casas modernas sejam construídas dentro dos prédios antigos conservando suas características externas.

Conforme relato do construtor Zeyd Abdul,

eu tenho uma boa relação com essa gente do governo. Mas, o problema não está conosco, o problema está com eles, ceder algumas coisas a certas pessoas, entre outras, que tem dinheiro, e deixar de lado as pessoas que estão a fazer certas coisas. (...) Eles dizem que na ilha é proibida alterar a fachada, é proibido mudar de estética que é de pedra e cal para bloco de cimento, mas vamos vendo em outras casas que estão a ser destruídas, estão a ser feitas de bloco, estão a ser alteradas as janelas, as portas, a estrutura inteira está sendo alterada, e nada é feito, mas nós pequeninos temos que fazer o certo, mesmo assim somos complicados.

Na Ilha de Moçambique o trabalho de campo mostrou uma grande importância para a casa como lugar de habitação e de identidade. Também chamam atenção os debates que acontecem em torno da degradação ambiental que a retirada dos materiais construtivos provocou na ilha e que tem provocado no continente. Com a devastação causada por mais um ciclone em março de 2022 a questão ambiental e climática coloca em questão o patrimônio tombado da ilha e o tipo de relação com o ambiente que devemos ter para garantir a sobrevivência humana no planeta.

Importante chave de compreensão das cidades, o cotidiano constituído da rotinização da vida urbana, não só fixa a regularidade das relações sociais como nos possibilita perceber as ações que não se encaixam na normalidade da vida pública, que perturbam, rupturas que nos permitem perceber as dimensões mais profundas e conflitantes da sociedade. Para Leite (2010), tanto as

regularidades quanto as irregularidades, as ações normativamente ordenadas e as ações contingentes que compõem o cotidiano, são importantes no estudo das cidades contemporâneas.

O dia na cidade de Macuti começa cedo. Muitas famílias que comercializam ou sobrevivem da pesca saem de suas casas antes do sol nascer. Entre as casas, os caminhos de terra molhada denunciam o pinga-pinga dos baldes cheios de água carregados na cabeça principalmente por crianças e mulheres. Isso porque muitas casas não possuem abastecimento de água, a maior parte das famílias busca água nos fontanários públicos distribuídos pela Ilha. Algumas casas possuem cisternas com água salobra, e outras, abastecimento de água que vem do continente e chega nas torneiras das casas em mangueiras pretas, em ambos os casos é comum ser dividida entre vizinhos.

Essa água é usada para a limpeza de utensílios domésticos, para lavar roupas, para cozinhar, para beber e para o banho que normalmente é feito nas *casas de banho*, pequeno lugar cercado de madeira ou de tecidos onde se banha com a ajuda do balde cheio de água. Poucas casas têm sanitários, grande parte das pessoas utilizam os banheiros públicos que ficam próximo às praias ou aumentam os índices de fecalismo a céu aberto que são altos na ilha. Praticamente cada bairro da cidade de Macuti tem um conjunto de banheiros que despejam os efluentes no mar. Esses banheiros são também fonte de abastecimento de água para a população, além dos fontanários.



Figura 93: Na imagem da esquerda um modelo de “casa de banho”, um lugar para se tomar banho com o balde. Na imagem da direita um modelo de banheiro com sanitário 2019. Fotos do autor.

O sol implacável banha os bairros que são carentes de árvores e sombras. Na porta de casa as famílias se reúnem para comercializar madeira para carvão, alimentos, outros insumos e para compartilhar as refeições. Algumas casas possuem um pequeno quintal, normalmente nos fundos, onde predomina o convívio familiar. Esses casos parecem ficar cada vez mais raros, já que os espaços na cidade de Macuti são concorridos e podem se tornar mais um cômodo da casa e fonte de renda para as famílias.

No bairro o comércio é muitas vezes entre vizinhos, seja na porta ou em mercados adaptados nas casas. Desde muito cedo a música já pode ser ouvida em todo lugar, e com a música,

muita dança. Ruas movimentadas e coloridas se tornam palco de deslocamentos ao ritmo de músicas moçambicanas e internacionais, capulanas coloridas, cestos e sorrisos entre os motores das motocicletas que estão sempre atravessando a ilha de uma ponta à outra.



Figura 94: Avenida 25 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Ao som de tambores nos autofalantes espalhados aqui e acolá, corpos parados ou em trânsito se entregam à dança e ao sorriso. Sejam crianças, adultos ou idosos, todos ficam vulneráveis ao movimento que os sons da cidade de Macuti invocam. Pelas ruas, barraquinhas que comercializam músicas e a transmissão de jogos de futebol enchem o ambiente com suas caixas de som. Tocada ou cantada, a música reúne pessoas e rapidamente se transforma em uma competição de dança ou uma coreografia entre amigos. Outra característica da cidade de Macuti é o cheiro da comida vendida na rua que não é só fonte de renda, mas certamente o lugar da alimentação de muitas pessoas que não armazenam comida em casa.

São pães, bolos, mariscos, peixes, frituras, frutas e alimentos industrializados que compõem o conjunto de produtos que servem aos moradores e aos turistas que, ou os comem feitos na cidade de Macuti ou em chiques restaurantes da cidade de Pedra e Cal, que em muitos casos, também são abastecidos pela cozinha das mulheres *makhuwa*. A taxa de desemprego é muito alta, assim como de evasão escolar, a sensação é de que o tempo passa diferente, o que faz como que várias pessoas fiquem sentadas e paradas pelas ruas conversando entre si ou admirando as paisagens, o que pode ser chamado por alguns de uma pessoa *encostada*, isto é, sem trabalho.



Figura 95: Grupo de crianças cantando enquanto duas garotas disputam uma competição de dança na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Paisagem marcante da cidade de Macuti, a casa macuti é reconhecida como arquitetura tradicional local e figura como elemento fundamental para o título de Patrimônio Mundial. Feita de materiais que antes estavam disponíveis na região, essa pequena casa normalmente sem piso, sem banheiro e sem cozinha costuma ser habitada por mais de uma família que dividem os custos de viverem naquele lugar.

Sua construção vernacular é fruto de um saber histórico que vem se perdendo ao longo do tempo e que consiste em uma estrutura de madeira conhecida como *mangal*, pedras de coral e uma argamassa constituída de areia, cinza e a seiva de uma árvore local, a *murapa*⁴¹. Com o *mangal* agora sobre proteção ambiental por ser um ecossistema importante, um tipo de filtro natural e que favorece o fluxo genético das espécies, e a folha de coqueiro macuti cada vez mais difícil de se encontrar devido a uma enfermidade que se alastra chamada de *Amarelamento Letal*, a substituição desses materiais tem provocado uma intensa discussão na Ilha de Moçambique.

Longe da compreensão dos turistas que visitam a ilha, estão os moradores que desejam morar em uma autêntica casa macuti e os que desejam a modernização de suas habitações com telhados de zinco e paredes de blocos de concreto que duram mais, além de placas solares e fossas sépticas para o lançamento do esgoto. Desejam também a instalação de pontos comerciais, inclusive na Avenida 25 de junho. Para tanto, o GACIM busca fiscalizar e estuda flexibilizar o uso de outros materiais em substituição aos tradicionais desde que sejam conservadas as características valorizadas pela política de patrimônio e conseqüentemente, pelo turismo.

⁴¹ Também chamada de lalaca por algumas pessoas.

Portanto, nos próximos capítulos procuro mostrar através de lugares e eventos a influência da cidade de Macuti na vida da ilha, bem como lugar de tradição e tensão com as políticas patrimoniais. Na casa do xeique o passado e o presente são articulados através de discursos que reivindicam o reconhecimento da tradição como patrimônio imaterial que dá sentido ao patrimônio material, tensão que emerge durante as campanhas eleitorais para presidente, deputados e presidentes das províncias, e transforma a cidade em um lugar de manifestações e ressignificações dos espaços públicos. Por fim, procuro também analisar as relações entre as pessoas e os espaços públicos nas festas que mudam o cotidiano da Ilha de Moçambique.



Figura 96: Garota com mussiro no rosto 2019. Foto do autor.



Figura 97: Avenida 25 de junho 2019. Foto do autor.



Figura 98: Mulheres e crianças comercializando alimentos locais no bairro Litine na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 99: Bairro Santo Antônio na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

A casa do xeique: a casa que escuta o bairro – Capítulo 3.1

O Islã foi introduzido por comerciantes árabes em Moçambique a partir do século XIII e ficou restrito ao litoral até por volta do século XIX. O tráfico de escravizados em grande escala potencializou sua penetração por meio dos atravessadores convertidos que buscavam escravizados no interior do continente. Na Ilha de Moçambique, foi no início do século XX que as confrarias sufis, Shadhiliyya-Yashrutiyya e Qadiriyya, se estabeleceram e se tornaram um fator importante de coesão regional ligando as linhagens dominantes da costa como Angoche, Quitangonha e Sancul às ilhas Comores e Zanzibar.

Conforme Cachat (2018), a confraria Shadhiliyya foi fundada no início do século XIII em Alexandria e foi introduzida na Ilha de Moçambique em 1897 via Comores, já a confraria Qadiriyya foi criada no século XII em Bagdá e chegou à Ilha de Moçambique em 1904 através de uma *silsila* trazida de Zanzibar. *Silsila* é o nome dado a uma corrente iniciática de transmissão espiritual, uma espécie de ligação que remonta até o Profeta. As confrarias sufis sempre tiveram relações de parceria com o governo colonial conservando seu poder político através do controle social e religioso das comunidades.

Existem 12 mesquitas na Ilha de Moçambique, sendo que 10 delas estão localizadas na cidade de Macuti. A casa do xeique da irmandade muçulmana da ordem Qadiriyya Bagdá⁴² não é só a casa onde ele nasceu, mas a casa que herdou de seu pai, que por sua vez, herdou de seu avô, também xeiques, por serem líderes da irmandade. Segundo ele, a casa é considerada pela população em geral como assombrada por diabos e sombras que vivem a serviço dos moradores, e embora seja de pedra e cal, está localizada no bairro *Litine* na cidade de Macuti, onde há mais de 150 anos é usada pela irmandade como ponto de encontros religiosos. Conforme Sr. Hafiz, “essa casa é para isso, é um retiro, a função dessa casa é um retiro, alinhamento espiritual, só isso”.

A casa, que está localizada próximo ao mercado *Ndelani*, é grande e possui em sua fachada duas portas e três janelas de madeira. A rua em sua frente a separa das zonas mais baixas da cidade de Macuti onde a pedra de coral foi retirada do solo, permitindo que de suas portas e janelas se possa ver por cima dos telhados das casas em sua frente. Com reboco gasto nas paredes sem cor, a casa resiste à ação do tempo e das intemperes, e mantém-se como referência para a comunidade local. Sua posição favorece não só a vista panorâmica da cidade de Macuti, como também que seus moradores escutem os bairros.

⁴² A confraria *Qadiriyya* se dividiu após conflitos internos e o grupo dissidente passou a se chamar *Qadiriyya Bagdá* porque sua *silsila* foi trazida da cidade de Bagdá no Iraque.

Segundo o xeique Hafiz Jamu, a casa recebe pessoas para rituais sufis nas quintas-feiras e aos domingos, além de ser disponibilizada eventualmente para que famílias realizem rituais de transição de garotos e garotas, muito comuns na ilha, momento em que o xeique costuma sair por até três dias e esperar o ritual acabar para ele retornar para sua vida normal⁴³. Esses rituais também são realizados em outros lugares, inclusive no continente, e normalmente são conduzidos por mulheres mais velhas, *avós*, que são remuneradas para isso. Em uma região da ilha onde os árabes se estabeleceram após a ocupação portuguesa, a casa construída com materiais e técnicas antigas resiste ao tempo lembrado e ao tempo esquecido, que é agora descoberto pelos estudos arqueológicos.

Conforme o xeique, a casa está de frente para o antigo monte de rocha coral que foi minerado e que constituiu a cidade de Pedra e Cal, e se encontra em um local calmo e menos vulnerável às ações climáticas. Localizada em uma zona de transição entre a cidade de Pedra e Cal e a cidade de Macuti, a casa do xeique abrigou famílias com influências religiosas que ao longo dos anos se tornaram também importantes politicamente, principalmente com a formalização das confrarias que muito interessou aos portugueses, haja vista o controle social exercido por elas.

Entrando pela porta principal é possível visualizar o quintal através da porta dos fundos, perfeitamente alinhadas. Seus cômodos quadrados se distribuem mantendo um curioso alinhamento entre as portas e as janelas, tornando a casa bastante iluminada e ventilada por dentro. Apesar de ser construída de pedra e cal, de dentro dela é possível ouvir pessoas caminhando e falando na rua da frente, as músicas tocadas na cidade de Macuti, o barulho das motocicletas e os autofalantes das mesquitas. Segundo Sr. Hafiz, embora se use como referência a rua da Igreja Nossa Senhora da Saúde para dividir a cidade de Pedra e Cal da cidade de Macuti, a sua casa está na cidade de Pedra e Cal porque está localizada na região onde os árabes foram morar após a chegada dos portugueses, é como se a cidade de Pedra e Cal fosse levada pelos seus antigos moradores, neste caso os árabes, para a cidade de Macuti após serem afastados pelos portugueses.

Para estudar a construção dos lugares é importante entender as mudanças sociais e culturais situadas dentro de espaços interligados, isto é, partir da premissa de que os espaços sempre estiveram interligados hierarquicamente ao em vez de naturalmente desconectados. A identidade de um lugar é construída a partir da distribuição espacial das relações de poder e surge da intersecção entre seu envolvimento específico e um sistema de espaços hierarquizados, o que explica porque locais familiares e ancestrais veem mudar inelutavelmente a natureza da sua relação com o lugar (GUPTA E FERGUSON, 2000).

⁴³ Durante o trabalho de campo observei um ritual acontecendo em uma tenda fechada na praia em Areal na cidade de Macuti. Não pude acompanhar, pois era proibido para mim e para qualquer outro homem.



Figura 100: Xeiqne Hafiz Jamu mostrando sua casa 2019. Foto do autor.

Da janela da frente o xeiqne diz ouvir tudo que acontece na cidade, os conflitos e as comemorações. Ele diz não participar das festas do aniversário da ilha porque segundo ele, é um evento político e que ele não se envolve em política, mas quer que o presidente da província escute os xeiqnes, pois “não queremos a modernidade, queremos a tradição”. A ideia de oposição entre modernidade e tradição se deve à perda de poder dos líderes religiosos, que segundo o xeiqne ocorreu principalmente devido a brigas internas causadas pela ida de xeiqnes e seus filhos para a política e devido às disputas pelo dinheiro dos casamentos⁴⁴.

Eu como xeiqne de acordo com os regulamentos do xeiqne, eu sentado aqui dentro consigo saber o que se passa, a concórdia, a discórdia da comunidade, a casa me favorece isso. Isso é patrimônio imaterial. Portanto é uma simbiose entre o físico e o consciente, algo complexo. É difícil escrever, mas sente-se, vice-se, só com a experiência (Xeiqne Hafiz Jamu).

Durante a pesquisa de campo, um sítio arqueológico no fundo do quintal era campo de pesquisa acerca de um túnel descoberto na praia e que seguia em direção a casa, que provavelmente a liga ao tráfico de escravizados na ilha, razão pela qual, para o xeiqne, se justificaria a casa ter sido adquirida por sua família e se tornado em um lugar espiritual para limpeza desse processo. Local para recebimento e comercialização de escravizados, casas como essas mantiveram o tráfico de escravizados na clandestinidade por anos após a sua proibição no século XIX.

Conforme Edy,

⁴⁴ Os casamentos na ilha são mediados pelo xeiqne que orienta as famílias e recebe um pagamento pelo serviço. Xeiqne Hafiz possui um caderno onde anota todos os casamentos realizados pela confraria.

A casa do Hafiz lá tinha um túnel, tem um túnel lá dentro dos escravos, mas era um túnel muito simples, então guardavam os escravos. A maioria comprava os escravos e guardava lá porque aquilo era um segredo, as pessoas não podiam ver, era um tráfico muito sujo, as pessoas não podiam ver, porque lá não haviam casas.

Essas características arquitetônicas, culturais e históricas que envolvem a casa e sua rede de relações sociais na ilha, influenciaram o xeique a criar junto com outras pessoas, uma associação com o objetivo de valorizar o patrimônio imaterial a favor dos moradores da ilha, que questiona, sobretudo, a comercialização dos imóveis para estrangeiros e a transformação da população local em uma comunidade de funcionários de limpeza e cozinha dos grandes empreendimentos turísticos. Com o enfraquecimento da Associação Amigos da Ilha de Moçambique e a mudança das famílias tradicionais para as cidades de Nacala, Nampula e Maputo, segundo o xeique, “a alma da ilha está a morrer” e por isso o turismo está diminuindo, e resume, “o patrimônio imaterial é tudo, é a alma da ilha”.

Xeique Hafiz explica,

Estas associações estão pobres, são pobres, são associações culturais e não trabalham por via de dinheiro. Então esta associação que é formal (Amigos da Ilha de Moçambique) precisa de técnicos para trabalhar o dia a dia, são técnicos profissionais que fazem o dia a dia. Agora, como pagar salários para eles? Então aí precisa de uma ajuda financeira capaz de suportar esse componente. Por exemplo, seria interessante termos coisas que com o tempo irão desaparecer.

Segundo o xeique, a tradição é a formadora da identidade dos moradores da ilha, e por isso, as práticas religiosas são importantes para manter a “alma” da ilha e o patrimônio imaterial, com suas performances e práticas, e que é isso que atrai os turistas. A maneira como o passado patrimonial é mobilizado para a construção do presente expõe tensões que podem ser percebidas quando voltamos nossa atenção para a emoção, que conforme Smith, Wetherell e Campbell (2018), é uma forma de julgamento avaliativo ligada à cognição, às vezes de forma consciente e às vezes inconsciente, valendo-se de reforços neurológicos de experiências e aprendizados anteriores, isto é, cultural e historicamente construídos.

Contudo, andando pelas ruas da ilha o sentimento evocado é o da colonização e da segregação social. Somos afetados pela monumentalidade das casas de pedra e cal construídas pelo trabalho escravo e pela pobreza material da cidade de Macuti construída abaixo do nível do mar devido à retirada das rochas que ergueram a cidade de Pedra e Cal. Como toda prática social envolve algum tipo de afeto, a chegada dos portugueses performatizada pelos guias turísticos, pelo

museu e pela fortaleza, dá sentido ao patrimônio da Ilha de Moçambique evocando emoções lusotropicalistas nos turistas.

Como as práticas sociais afetivas repetidas são incorporadas às histórias pessoais nas rotinas, as performances patrimoniais são formas particulares de envolvimento com o passado nostálgico, sentimental e nacionalista, tornando os patrimônios agentes políticos na forma como articulam o passado. Nesse sentido, o patrimônio imaterial surge como forma de contestação acerca do relato autorizado do patrimônio que o define simplesmente através dos sítios, monumentos ou coleções de artefatos, que conforme argumentam Smith, Wetherell e Campbell (2018),

heritage sites and museums are ‘theatres of memory’, spaces and places actively utilized as cultural tools in the processes of not only remembering and commemorating, but that heritage is indeed what is done with such places rather than the places themselves. That is, heritage making is explicitly done in and for the present to address contemporary political needs and aspirations, and it is something that is ‘done’ not simply by experts and professional bodies, but by nations, groups and individuals.

Nesse cenário de teatralização da memória, a casa do xeique se torna um lugar de articulação política que busca valorizar o patrimônio imaterial da Ilha de Moçambique, saberes e ofícios que remetem aos tempos de dominação árabe quando os xeiques eram líderes políticos e religiosos. Com a chegada dos portugueses no século XV, esses líderes árabes são inicialmente inseridos na economia colonial e sua influência sobre as pessoas, aproveitada. Contudo, a cisão entre árabes e portugueses promove o enfraquecimento desses líderes religiosos, mas que mesmo segregados na cidade de Macuti, continuaram a fazer parte da administração da colônia, bem como do comércio de escravizados.

A independência de Moçambique traz consigo uma forte aversão aos líderes religiosos, às práticas tradicionais e uma perseguição desses costumes no norte do país. Com o argumento de que participaram da colonização, a nova administração moçambicana coloca-os à margem do poder. A política patrimonial, por sua vez, consolida essa segregação valorizando o conjunto arquitetônico da cidade de Pedra e Cal e o patrimônio material em detrimento do imaterial, o que se traduz em uma desequilibrada economia do turismo que marginaliza os ilhéus que veem as casas sendo compradas por estrangeiros e seus filhos empregados dos empreendimentos turísticos.

Foi na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Paris em 2003 que a Unesco abriu espaço para o reconhecimento dos bens declarados obras-primas do patrimônio oral e intangível. Eventos festivos e manifestações culturais pelo mundo comemoraram seu reconhecimento em lugares simbólicos como, por exemplo, o Tango argentino patrimonializado em 2009 e comemorado através de uma grande Milonga ao ar livre na famosa esquina da Avenida San

Juan e Avenida Boedo, região conhecida como o bairro do Tango, e as Fallas de Valência, festividade parecida como carnaval brasileiro, que se tornou patrimônio imaterial da humanidade em 2016, fato comemorado nas famosas Las Torres com o desfile de alegorias que podem chegar a 30 metros de altura.

O Tango argentino e as Fallas de Valência são exemplos que nos permitem refletir como a patrimonialização, ainda que de bens imateriais, está assentada em um lugar (material) e faz parte de um projeto político que conforme Santamarina e Mármol (2020, p. 170), “expressan de forma contundente las relaciones de poder y las políticas nacionales”, tornando a patrimonialização uma forte ferramenta de globalização legitimada pelo senso de herança da Unesco que com aparência altruísta, age como uma estratégia de governança global com impactos locais econômicos, sociais, ambientais e culturais.



Figura 101: Xeiqwe Hafiz Jamu em sua casa 2019. Foto do autor.

Treinado pela Unesco e respeitado dentro e fora de Moçambique, o xeiqwe impulsiona uma luta para a valorização do patrimônio imaterial, que segundo ele, pode equilibrar a economia do patrimônio e do turismo a favor dos locais, recuperar a “alma” da ilha, e quem sabe, favorecer a volta das grandes famílias tradicionais. Em parceria com o Brasil, moçambicanos trabalharam na elaboração de um inventário do patrimônio imaterial coordenado pelo professor e pesquisador brasileiro Antônio Augusto Arantes que foi publicado em setembro de 2010.

O relatório com mais de 400 páginas foi organizado pela ARPAC, o Arquivo do Patrimônio Cultural, através do Instituto de Investigação Sociocultural, para a Unesco/Maputo e teve o objetivo de reunir, delimitar e descrever um sistema de categorias empiricamente observáveis em campo

pertencentes ao patrimônio cultural intangível na Ilha de Moçambique conforme diretrizes estabelecidas pela Convenção⁴⁵ de 2003 da Unesco (ARPAC, 2010).

O inventário faz referência às datas comemorativas do calendário islâmico, as danças, os vestuários masculinos e femininos, às técnicas artesanais de joias, embarcações e *riquexós*, à culinária e a construção das casas de macuti, técnicas relativas ao corpo como o uso do *mussiro* e o alongamento dos pequenos lábios vaginais por mulheres prestes a se casarem, o conhecimento de navegação dos *nahotas*⁴⁶ e a pesca artesanal, o uso dos quintais das casas de pedra e cal e algumas casas de macuti, principalmente as dos xeiques como lugares onde decorria a vida social das famílias, onde se albergavam trabalhadores domésticos, migrantes, viajantes e marinheiros, e onde acontecia o tráfico de escravizados, principalmente através dos túneis secretos (ARPAC, 2010).

O inventário do patrimônio imaterial da Ilha de Moçambique também lista uma série de contos tradicionais e narrativas locais que abordam a escravatura e as escritas relativas às irmandades, descreve alguns rituais como o rito fúnebre, os ritos masculinos e femininos de passagem para a vida adulta, bem como o ritual pré-nupcial feminino, e por fim costumes de socialização como a prática do jogo de tabuleiro *Mpale* e o jogo *Victória* onde os jogadores são presos e precisam fugir de “celas” desenhadas no chão remetendo às estratégias de fuga empreendidas por escravizados durante o período da escravatura (ARPAC, 2010).

Além da antropologia urbana, é importante ressaltar que o campo dos estudos ambientalistas mantém uma forte referência aos lugares e territórios devido às práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que os acompanham. Os modelos locais e culturais da natureza representam um refúgio de sobrevivência de povos tradicionais e de preservação ambiental, ainda que ameaçados, o que nos inspira a argumentar a favor do lugar como um espaço de esperança nas discussões sobre a globalização (ESCOBAR, 2005).

Os saberes e práticas locais abrem uma oportunidade de acessarmos conhecimentos significativamente diferentes de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural. Os modelos do ponto de vista do lugar constituem um conjunto de usos e relacionamentos com o meio ambiente que não são alcançados pelas construções modernas e não podem ser explicados sem alguma referência a um enraizamento aos limites e à cultura local. Sem colocar o capitalismo no centro das narrativas de desenvolvimento, os saberes e a cultura local podem ser

⁴⁵ A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial foi lançada na 32ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura reunida em Paris de 29 de setembro a 07 de outubro de 2003.

⁴⁶ Como são chamados os capitães dos barcos. Pessoas respeitadas pelos seus conhecimentos e habilidades de navegação.

considerados o “outro” da globalização, uma forma alternativa de se pensar a modernidade (ESCOBAR, 2005).

Essa reflexão coloca o debate sobre o patrimônio material e imaterial da Ilha de Moçambique na ordem do dia, pois tenciona questões relacionadas ao capitalismo e a emergência climática tão em voga nas discussões internacionais do mundo ocidental. Voltar os olhos para os saberes e modos de fazer locais nos permite pensar sobre como estamos provocando uma profunda alteração nos ecossistemas e no clima do planeta, e a partir disso, pensar outras formas de passado, presente e futuro como sugerem Harrison e Sterling (2020).

O Comitê do Patrimônio Mundial já recomendou aos Estados que possuem sítios considerados Patrimônio Mundial que se preparem para os efeitos das mudanças climáticas delimitando os riscos e as ações necessárias em seus planos de gestão, pois se estima que os impactos dessas mudanças atinjam os patrimônios tangíveis e intangíveis em nível global a depender das suas localizações e dos materiais que os sustentam. O Comitê destacou também a importância de mais pesquisas e divulgação sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre o patrimônio cultural e natural (ZANIRATO, 2021).

A construção das casas de pedra e cal na Ilha de Moçambique é um exemplo da relação entre saberes tradicionais e o uso de riquezas naturais que nas medidas corretas constroem habitações capazes de se adaptar ao ecossistema local. Quando perguntado sobre o que seria patrimônio na ilha, o xeique fez questão de me levar em sua casa que assim a descreveu,

Nós estamos em uma casa agora em uma sala que é quadrada mesmo, e não se percebe que ela é quadrada, tão quadrada que tem quatro portas e essas portas são exatamente iguais. Essa casa consegue arejar, ter um clima bom e se a temperatura lá fora baixar a gente fecha as portas e a casa conserva calor. Nós estamos aqui em um ambiente bom, eu consigo controlar sons dessa casa, mesmo que eu esteja sozinho nessa casa e alguém entra sem eu ver eu percebo que tem aqui alguém a mais. Este saber, construir casas assim, isso é patrimônio imaterial e esse já foi perdido, não existem pessoas na ilha capazes de fazer isso. Mesmo em caso de ciclone o teto em si aguenta com um vento acima de 100 quilômetros a hora, as paredes absorvem água porque é feita de argila e com o tempo, com esse vento elas secam, portanto, eu convivo com humidade e seca e tenho uma vida normalíssima, traz um bem-estar, aqui estou bem.

Para o xeique, o reconhecimento das ordens sufis pelos portugueses representou seu reconhecimento como “governos tradicionais das comunidades locais” instalada na ilha antes da chegada dos colonizadores europeus e que, portanto, deveria continuar a existir fora do governo colonial. Esse governo era regido pela lei da Sharia⁴⁷, baseado no Alcorão que para Sr. Hafiz, era “o

⁴⁷ Sharia é um conjunto de leis islâmicas que são baseadas no Alcorão.

regulamento em forma de estar”. Depois de reconhecidas pelo governo português, essas ordens religiosas ficaram conhecidas por confrarias. O poder das confrarias foi diminuindo ao passar do tempo e a valorização do patrimônio imaterial hoje alimenta a esperança de protagonismo dessas organizações novamente.

É importante ressaltar que não são apenas os xeiques e as confrarias que valorizam mais o patrimônio imaterial em detrimento do patrimônio material, a população em geral se identifica mais com os valores, as formas de fazer, a identidade e a espiritualidade características da região. Esses patrimônios coexistem na ilha, porém não convivem, haja vista que os órgãos oficiais do patrimônio dão ênfase ao patrimônio edificado que atende principalmente o setor turístico e representa o poder colonial. Todavia, as narrativas orais dos ilhéus buscam enfatizar a imaterialidade e a escravatura por traz dos edifícios tombados.

Essa divergência entre as expectativas da população e as políticas patrimoniais é um tema que tem sido muito discutido em publicações científicas. Sobre o enfoque da sustentabilidade, o patrimônio cultural pode ser considerado um recurso finito, e representa um fenômeno complexo, principalmente no que tange a participação social e os processos de gestão que necessitam do desenvolvimento de metodologias comprometidas em identificar e compreender as diferentes percepções e atitudes dos variados atores sociais que vão assegurar a continuidade do patrimônio.

No centro histórico de Santa Ana de Cuenca no Equador, Molina (2019) desenvolveu uma metodologia baseada em dados estatísticos obtidos através de um questionário semiestruturado aplicado nas paróquias urbanas de Cuenca e observou que 72% dos entrevistados destacaram o patrimônio arquitetônico contra 41% que destacaram a cultura e a tradição como mais relevantes daquele conjunto patrimonial. Na cidade equatoriana, as igrejas, os parques e as praças são os principais elementos associados à memória, a socialização e aos rituais religiosos.

Para essa pesquisa, através de uma abordagem etnográfica o destaque foi o patrimônio imaterial. Os temas filmados pelos alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique na oficina “Câmera Participante como Proposta Metodológica para a Investigação Antropológica” desenvolvida por mim, as narrativas não oficiais relatadas em campo, a defesa do patrimônio imaterial pelo xeique que pode se resumir na expressão “a alma da ilha está a morrer” podem ser analisados como um conjunto de processos pouco integrados, mas que se manifestam nos costumes e que pode ser denominado de “dramas sociais” como proposto por Victor Turner (1986), pois são situações e discussões performatizadas para uma audiência com o objetivo de demonstrar os dramas e os conflitos da política de patrimonialização da ilha. Performances que se amplificam diante da câmera, o que fez da metodologia escolhida nessa pesquisa uma opção bem sucedida, em minha opinião.

Outro ritual ou performance dos dramas sociais vividos na ilha também é encenado pelas crianças que perambulam pelas ruas e praias pedindo dinheiro ou qualquer outro objeto que os turistas têm nas mãos. Uma encenação que se inicia com um simples pedido de dinheiro e se estende até a insistência e a indicação da fome expressa pelos movimentos das mãos sobre a barriga ou em frente à boca, e que se apresenta como o ápice dessa encenação que sensibiliza os turistas. Portanto, de maneira diacrônica, essas performances nunca são amorfas e se apresentam em uma sequência de fases sobrepostas até um final, situação que será abordada no último subcapítulo dessa tese (TURNER, 1986).

Essas performances têm a ilha como cenário. Conforme Leite (2007), as reabilitações de centros históricos não passam de consagração da eternidade da cena, limpa, polida e enfeitada, transformada em museu. Essa estetização das paisagens busca recuperar o sentido dos lugares e da tradição para a acumulação do capital e da compreensão do tempo-espaço, uma estetização romântica da cultura de museu que retoma um passado ilusório transformado em mercadoria. Diferente da tradição defendida pelo xeique, a tradição estetizada nessas paisagens reabilitadas reproduzem produções locais como um dia foram feitas de maneira frequentemente romantizada. Cenário que é subvertido, percorrido e ressignificado durante o período eleitoral conforme descrevo no próximo capítulo.



Figura 102: Xeique Hafiz Jamu recebendo em sua casa alunos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio na oficina Câmera Participante como Proposta Metodológica para a Investigação Antropológica 2019. Foto do autor.



Figura 103: Quintal da casa do xeique com detalhe para o muro feito de pedra de coral 2019. Foto do autor.



Figura 104: Xeique Hafiz Jamu mostrando o local onde está sendo realizada a pesquisa sobre um túnel subterrâneo ligando a praia à sua casa 2019. Foto do autor.



Figura 105: Um grupo de mulheres acompanha a passeata promovida pela RENAMO na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

As eleições presidenciais de Moçambique: a cidade como campo em disputa – Capítulo 3.2

O período eleitoral começou no mês de agosto em Moçambique e pela primeira vez na história democrática do país, após a independência em 1975, as pessoas puderam votar nos Presidentes das Províncias, antes indicação exclusiva do Presidente da República. Embora seja um regime multipartidário, darei ênfase aos dois partidos que se destacaram nas disputas de 2019 na Ilha de Moçambique, FRELIMO e RENAMO, sendo o primeiro, o partido que sempre ganhou as eleições presidenciais do país.

Geograficamente esses dois partidos ocupam lugares opostos da ilha, a sede da FRELIMO fica em uma antiga feitoria na cidade de Pedra e Cal e a da RENAMO em um edifício na cidade de Macuti. A RENAMO possui muitos simpatizantes na região norte do país e nesse período eleitoral fez mais manifestações e passeatas que a FRELIMO na Ilha de Moçambique. Por outro lado, a FRELIMO tem muitos apoiadores e funcionários públicos que militam pelo partido, e fez sua primeira passeata na ilha às 00:00 horas do primeiro dia de campanha nessas eleições pintando toda a cidade de Macuti de vermelho com cartazes e bandeiras. Ressalta-se que não foram fixados cartazes na cidade de Pedra e Cal, apenas na cidade de Macuti, e que muitos deles começaram a ser retirados pelos militantes da RENAMO já no mesmo dia, dia em que suas bandeiras também começaram a aparecer pelos bairros.



Figura 106: Mureta e poste de luz da Avenida 25 de junho na cidade de Macuti com cartazes da FRELIMO 2019. Foto do autor.

Além das passeatas com palestras, cantos e apitos fazendo bastante barulho, as propagandas também começaram na TV. Como muitos militantes da FRELIMO vieram de fora, o período eleitoral também exerceu um impacto econômico nas hospedarias, hotéis e restaurantes. As ruas ficaram cheias de carros com adesivos da FRELIMO estacionados, e grupos vestidos de vermelho se aglomeraram nos restaurantes afastando ou ignorando as crianças que pediam comida. Algumas famílias receberam parentes de fora da ilha que vieram para as passeatas, fato que foi comentado por outros moradores na cidade.

As eleições foram marcadas por uma disputa de poder manifesta nos discursos dos candidatos e dos eleitores, e que também se manifestou nas ruas e nas casas da cidade. A Ilha de Moçambique é um palco histórico dos conflitos entre os dois partidos e da política moçambicana, relegada por muitos anos pela FRELIMO como lugar de colonização e tribalismo, não é por acaso que se tornou um centro estratégico no discurso da RENAMO, que tem como presidente do partido e candidato à presidência da república, um moçambicano nascido na ilha. Ossufo Momade, ex-guerrilheiro, foi eleito presidente da RENAMO em janeiro de 2019 com a missão de pacificar o partido e acabar com os conflitos armados.

As primeiras manifestações na Ilha de Moçambique foram da RENAMO. Em uma manhã de agosto, muitos moradores se aglomeraram em frente à sede do partido após uma passeata pela ilha. Seus manifestantes são compostos por muitos jovens e muitas mulheres que marcham com seus filhos cantando e gritando, momento em que as ruas ficam completamente tomadas de pessoas, inclusive em motos, na carroceria de caminhonetes e de pequenos caminhões. Normalmente os manifestantes desse partido caminham em sentido à cidade de Macuti, passando pelos seus bairros na orla marítima e depois seguem para a cidade de Pedra e Cal.

A FRELIMO, ao contrário, normalmente se desloca primeiro para a cidade de Pedra e Cal, e só depois passa pela orla da cidade de Macuti. Também com bandeiras, cantos, gritos e fogos de artifício, seus militantes tomam as ruas e atraem os moradores para as portas de suas casas. As forças policiais acompanham os militantes e buscam garantir a segurança. Não percebi nenhum ato de violência durante a campanha eleitoral, embora a presença do candidato e presidente da RENAMO tenha causado muita mobilização e certa tensão na cidade.



Figura 107: Manifestação de eleitores da FRELIMO que se deslocam a pé e em motocicletas da cidade de Pedra e Cal para a cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Como os conflitos armados continuam no país, principalmente na região norte, as campanhas eleitorais são sempre momentos de enfrentamento e manifestações por ambos os lados. Segundo informações, o candidato da RENAMO possui um enorme grupo de seguranças treinados e fortemente armados, uma espécie de exército particular. Ele esteve na ilha no dia 19 de agosto e a cidade parou com a sua chegada. Algumas ruas foram interditadas, e poucas pessoas chegaram perto de sua comitiva que era composta por vários veículos e muitos seguranças.

Ele chegou pela ponte que liga a ilha ao continente e logo de início se deparou com uma faixa colocada pelos seus apoiadores que “rebatizava” a Avenida 25 de junho para Avenida *Muchungui*, nome que faz referência a uma base paramilitar da RENAMO em Muxúnguè na província de Sofala. Esse rebatizo é bastante simbólico, haja vista que 25 de junho é a data em que se comemora a independência do país e a criação da FRELIMO como partido político, além de ser a principal avenida da ilha. A faixa continuou amarrada entre duas altas Figueiras por muitos dias e deu o que falar.

Conforme Claudio,

Puseram isso mais por causa da influência política né, a RENAMO está no poder, essa zona aqui é praticamente deles”. “Estamos aqui na rua principal da Ilha, logo na entrada, depois da ponte de travessia. Essa rua principal é a rua das árvores né, árvores frondosas, árvores de grande porte, tem uma paisagem espetacular, mostra os dois lados de dois bairros importantes aqui da cidade, mas podemos ver que tem uma situação aqui que é a colocação desse letreiro aqui que diz que essa se chama Avenida Muchungui e na verdade não é a Avenida Muchungui, mas que por influência política, uma forma de manifestação cultural as pessoas simbolizam o lugar como Muchungui, que é um foco de resistência da Renamo, onde tem o bastião da Renamo. Então como são jovens da Renamo

aproveitaram a vinda do seu Presidente para enaltecer esse espírito de domínio territorial, podemos dizer isso, como que: “Aqui nós é que mandamos”, então botou-se aqui Avenida Muchungui, mas vai contra os princípios de toponímia, que é regulado por uma Lei que explica muito bem como os nomes devem ser atribuídos, em que contextos, não digo que o nome Muchungui não podia ser, mas tem que passar por uma aprovação municipal e também pela população.

A mudança não foi por acaso. Michael Pollak (1992) tratou da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente sobre as histórias de vida, e descreveu como algumas designações são atribuídas a determinados períodos e remetem a noções de memória, como “25 de junho” é uma referência direta à independência de Moçambique e à FRELIMO. Entendendo a memória como um fenômeno coletivo e social submetido à flutuações e transformações apesar de estarem ancoradas em marcos relativamente invariantes, a disputa pelo nome da avenida pode ser entendida também como uma disputa pela memória política e uma ressignificação do passado.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletiva, é um fator extremamente importante de reconstrução de si, seja de uma pessoa ou de um grupo, pois garante uma sensação de continuidade e coerência. Apesar disso, a memória é um fenômeno construído, sendo bastante disputada no âmbito político, principalmente quando se trata da memória nacional (POLLAK, 1992).

Para Gupta e Ferguson (2000), há um suposto isomorfismo entre espaço, cultura e lugar aparentemente não problematizado. As disputas pelos lugares da ilha durante a campanha eleitoral nos apontam para as diferenças culturais no interior de uma localidade e nos ajudam a repensar a diferença por meio da conexão, compreender as fraturas dentro da ideia de nação a partir das mudanças sociais e das transformações culturais situadas dentro de espaços interligados, condição ligada à situação pós-colonial.

A campanha eleitoral na ilha e a disputa simbólica pelos lugares nos permitem entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar, as passeatas em sentido contrário pela orla da ilha, as sedes dos partidos localizados em lados opostos e as reivindicações por um governante nascido na ilha representam a disputa pela construção cultural de uma comunidade imaginada que está inserida em um sistema de espaços hierarquicamente organizados (GUPTA E FERGUSON, 2000).

Um grande palanque esperava o candidato da RENAMO na praça em frente ao hospital da ilha, que estava cheia de pessoas empolgadas com sua visita. O comício começou com apresentações de Tufo. Grupos de Tufo esperavam sua vez de apresentar em volta do palanque usando coloridas capulanas, lenços e camisetas que representavam seus grupos, e traziam também o nome e os símbolos do partido. As músicas também cantavam as conquistas do partido,

reverenciava o nome RENAMO e a importância da ilha na história do país, sempre acompanhadas de palmas, gritos e assovios do público em geral.

As disputas políticas acionam elementos tradicionais que definem identidades e que remetem ao direito de pertencimento colocando o patrimônio como peça-chave nas campanhas eleitorais na ilha, o que provoca reações. Segundo Sr. Hafiz,

Nahota é o capitão do barco. Existiram Nahotas aqui bastante famosos que olhavam para o céu, alguns já eram cegos, mas sentiam o vento, conheciam o vento e o clima, tinham artes e cumpriam com as tradições, e transferiram esses conhecimentos e respeito para seus filhos ou filhas. Atualmente, a filha de um grande Nahota é vista a passar fazendo campanha política. Eu discordo, não entres nisso, você é uma pessoa de valor, que deve ser dado um determinado valor por causa do patrimônio imaterial que estás em suas mãos. Você tem a missão de transferir para outras pessoas.

Os sistemas político, cultural e patrimonial são articulados para construir uma narrativa de contestação à política da FRELIMO, rememora a tradição e a religião moçambicana colocada em contraste com as ações do governo e sua política de corrupção. O público que se identifica com as narrativas, dança e bate palma, com braços apontados para o céu, mulheres e homens de todas as idades repetiam frases de apoio e se entreolhavam concordando com a cabeça. Os grupos de Tufo que por séculos se apresentaram para os governadores coloniais cantando as belezas e a tradição do povo moçambicano, agora cantam o desejo de mudança na política nacional.

Em seu discurso, o candidato ressaltou o seu pertencimento e nascimento na ilha, além de fazer duras críticas à corrupção do governo, à pobreza da população, à fome e à falta de emprego na região. Apontando para o hospital, acusou o governo atual de tê-lo abandonado, fazendo referência à sua importância histórica como um dos maiores e melhor equipado hospitais do país durante o período colonial. Acusou os servidores públicos de cobrarem propina para conseguirem empregos para algumas pessoas, denunciou o fechamento das fábricas de beneficiamento da castanha de caju no continente, bem como o fim das plantações como uma ação criminosa do governo.

O tema da corrupção foi bastante falado, denunciando propinas cobradas por servidores públicos para oferecimento de serviços como no parto de bebês, no atendimento hospitalar em geral, até na matrícula de crianças nas escolas, bem como para pagar sua manutenção como limpeza, segurança e até para garantir os salários dos professores. A cada fala uma pausa era dada para que a população gritasse em êxtase, saltando do chão e socando o ar com seus punhos cerrados. O discurso foi proferido em português com um intérprete traduzindo para o *emakhuwa*.

A polícia, acusada de estar a serviço da FRELIMO acompanhou tudo de longe, ficando a cargo dos seguranças particulares do candidato a tarefa de protegê-lo, fechar as ruas e em comboio, conduzir os veículos, sempre com armamentos pesados. Além da fala do candidato à presidência da república, também discursaram dois deputados federais do partido, o presidente do Conselho

Municipal da ilha e por fim, a esposa do presidente da RENAMO. Em seguida, a comitiva saiu em carreata pelas ruas da ilha saudando a população que os aplaudiam de pé nas portas das casas.

Acionar o discurso de “terra natal” representa um dos símbolos unificadores mais poderosos, principalmente em uma localidade de históricos processos de gentrificação e deslocamento de pessoas. A disputa política nacional travada na Ilha de Moçambique tem como pano de fundo a sua construção como lugar, a “primeira capital”, um lugar imaginado em um contexto de determinações políticas e econômicas históricas para o país que perpassa sua lógica própria a partir da experiência do espaço que é sempre construído socialmente, colocando a questão da identidade pós-colonial, uma questão em aberto (GUPTA E FERGUSON, 2000).



Figura 108: Passeata de eleitores da RENAMO denunciando a corrupção do governo da FRELIMO pelas ruas da cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

O candidato da FRELIMO ganhou as eleições nacionais e o candidato da RENAMO ganhou na província de Nampula dando continuidade a anos de disputa entre esses partidos que representa a disputa política entre as regiões do país, com predominância da FRELIMO ao sul e da RENAMO ao norte. Esse episódio nos permite refletir como Gupta e Ferguson (2000, p. 41) sobre “os processos de produção de diferenças em um mundo de espaços cultural, social e economicamente interdependentes e interligados”.

As disputas políticas materializadas nos espaços da cidade e performatizadas pelas ruas foi uma oportunidade de observar os conflitos de um lugar aparentemente dividido entre “nós” e os “outros” através da produção da diferença entre apoiadores da RENAMO e apoiadores da FRELIMO dentro de espaços comuns, compartilhados e conectados. As disputas políticas nesse caso são tratadas aqui como disputas de interesses e de poder, um poder global que age sobre os lugares produzindo diferenças culturais em espaços interligados que atuam no estímulo à imigração

de grupos específicos, nos processos de gentrificação e nos deslocamentos pelos quais são submetidos os sem-poder.

A Ilha de Moçambique se destaca como um ponto simbólico da disputa pelo poder em Moçambique, carregada de história, a antiga capital ainda possui uma importância estratégica pela busca de votos e pela construção de narrativas que ligam o passado, o presente e o futuro do país. Como ponto turístico mais famoso de Moçambique, as festas e comemorações realizadas na ilha são rituais carregados de simbolismos onde valores e políticas de Estado são performatizadas e buscam manifestar a identidade do povo moçambicano. No próximo capítulo entramos nesse universo festivo que além de simbólico, movimentava a economia local e produz outra cartografia dos poderes onde os saberes locais ocupam espaços de destaque através da culinária, da dança e da cultura *makhuwa*.



Figura 109: Passeata da RENAMO na Avenida 25 de junho na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 110: Apresentação de Tufo no comício da RENAMO com o candidato à presidência da república na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 111: População aguarda a chegada do candidato da RENAMO à presidência da república 2019. Foto do autor.



Figura 112: Grupo de militantes da RENAMO faz um cordão humano atravessando a rua para impedir a passagem de veículos enquanto reuni a maior quantidade de pessoas antes de sair em passeata pela cidade de Macuti 2019. Foto do autor.



Figura 113: Pequeno caminhão buscando moradores para participar das passeatas pela Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 114: Militantes fazem passeata pela cidade de Pedra e Cal segurando bandeiras da RENAMO 2019. Foto do autor.



Figura 115: Crianças brincando com pneus na cidade de Pedra e Cal 2019. Foto do autor.

É festa na Ilha de Moçambique – Capítulo 3.3

as crianças são flores que nunca murcham (Samora Machel)

Os eventos festivos são ótimos momentos para observar o que Herzfeld (1991) descreve como debate cultural na prática social. Na perspectiva de Magnani (2003b), o lazer é parte integrante da vida cotidiana das pessoas e também o lado mais agradável da sua rotina semanal, sendo, portanto, uma via de acesso ao conhecimento de valores, da maneira de pensar e do modo de vida dos moradores de uma comunidade. Como antropólogos, devemos observar esses momentos festivos de perto e em seus próprios contextos, deixando de lado uma postura etnocêntrica, pois, se eles existem, é porque possuem algum significado.

Todavia, não é meu objetivo analisar essas festas de forma profunda ou a partir de produções teóricas sobre o tema. O objetivo aqui é mostrar como nesses eventos sociais, as divergentes visões sobre o patrimônio, o uso e contra-uso dos espaços públicos e a presença do turismo afeta o cotidiano e a vida da população. Procuo aqui mostrar esses eventos como momentos em que as contradições provocadas pela turistificação da ilha saltam aos olhos e nos ajudam a compreender a linha de raciocínio desenvolvida ao longo dessa tese.

No dia 5 de julho a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio comemorou seu aniversário de 02 anos, embora já estivesse instalada na Ilha de Moçambique há 04 anos. A festa foi no *Paiol*, lugar de um desativado reservatório de água na ilha, ou como é mais conhecido, no *Local*, nome derivado da antiga *Rádio Local* que funcionava nesse enorme espaço da cidade de Macuti. O evento contou com discursos, apresentações culturais, comidas típicas e muita música, tudo aberto para a comunidade.

Várias cadeiras foram colocadas no meio do pátio embaixo de tendas para proteger os participantes do forte sol daquela tarde, de frente para um palco onde as apresentações aconteceram. As primeiras fileiras de cadeiras destinadas às autoridades e aos professores da faculdade possuíam uma garrafa de água mineral gelada embaixo, e em seguida estavam as cadeiras destinadas à população em geral, sem garrafas. Com o tempo, as crianças começaram a chegar e se sentaram nas cadeiras, outras ficaram de pé desconfiadas, e outras continuaram correndo e brincando no pátio durante os discursos.

Após a reclamação de algumas autoridades e contidas pelos professores, as crianças tentaram ficar sentadas. Porém, em mesas colocadas na lateral do espaço, comidas típicas das regiões sul, central e norte do país foram expostos deixando as crianças em êxtase em volta dos pratos. Em grupo ou sozinhas, elas ficavam olhando para a comida, apontando e pedindo, já que era paga e eles não tinham dinheiro para comprar.

Sem poder comer, logo começaram a se interessar pelas garrafas de água mineral que estavam no chão aos pés das cadeiras. Primeiro começaram a juntar as vazias e depois ficaram olhando as que ainda tinham água. Sob o olhar dos professores elas não pegaram as garrafas de imediato, como de costume, ficaram pedindo para as pessoas, e em pouco tempo, muitas delas tinham garrafas. Algumas crianças ganharam garrafas cheias de água, mas não tomaram o líquido, guardaram junto às outras vazias em sacos plásticos transparentes que encontraram perto do lixo.



Figura 116: Crianças sentadas no Local durante os discursos no aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Depois que começaram a ser afastadas pelos adultos, as crianças saíram correndo e começaram a brincar com as garrafas plásticas que juntaram, jogando uma para a outra ou chutando como uma bola de futebol. Normalmente, as crianças sempre se dispersam correndo, mas voltam a formar um grupo alguns minutos depois no mesmo lugar. Esse comportamento de pedir coisas para moradores, principalmente para turistas, é muito comum em restaurantes, pontos turísticos da ilha ou mesmo pelas ruas.

Grupos de Tufo começaram a chegar. Com belíssimas *capulanas* e com *mussiro* no rosto, esses grupos formados por garotas que representam as escolas da cidade, chegaram acompanhados de seus pais que tocaram os instrumentos musicais nas apresentações, e de alguns professores da escola. Um a um, os grupos subiram ao palco e fizeram suas apresentações que foram acompanhadas com muita atenção e entusiasmo pelos espectadores.

As apresentações de Tufo e de teatro chamaram a atenção das crianças que juntas pararam para assistir, cantar e dar gargalhadas. Logo foram retiradas da frente das autoridades e colocadas sentadas no chão próximo ao palco. Grande parte dessas crianças não se alimenta regularmente,

bem como não se higieniza com frequência, por isso, muitas vezes estão com cheiro de urina e de fezes, roupas rasgadas, descalças e cobertas pela poeira da cidade de Macuti, o que desagradava autoridades e visitantes.

A única coisa que competia com as apresentações e chamava mais atenção das crianças era a mesa de comida. Logo após os professores começarem a comer, um grande bolo foi trazido para a festa e garrafas de champanhe foram abertas para a comemoração. O diretor e os professores brindavam o aniversário da faculdade enquanto as crianças formavam uma aglomeração inquieta em frente aos pratos regionais. Logo foi preciso colocar um rapaz para afastar as crianças, que muito agitadas, buscavam pegar um pouco de comida, mesmo que apenas passando a mão no bolo e saindo correndo lambendo os dedos.

Algumas crianças ganharam pratos com sobras de comida e tiveram de sair correndo engolindo o mais rápido que podiam enquanto eram perseguidas por outras crianças, outras compartilharam os pratos recebidos. Depois de algumas confusões, os organizadores passaram a não distribuir mais as sobras de comida e a jogarem no lixo, uma caixa de papelão embaixo da mesa dos pratos regionais. Bastaram alguns segundos de descuido com o lixo e as crianças se amontoaram em cima dele pegando o que encontraram antes de serem afastadas e saírem correndo. Um professor até que quis distribuir alguns livros para as crianças, porém, elas não se interessam e continuaram a cercar e a disputar cada pedaço de comida encontrada.

Outro professor ofereceu uma fatia de bolo para uma criança que o olhava comer, essa foi rapidamente espremida por uma dezena de outras crianças também querendo o mesmo pedaço e gerou uma confusão que o bolo precisou sair escoltado do *Local* enquanto as crianças saltavam procurando tirar mais um pedaço com a ponta dos dedos. Nos discursos proferidos no aniversário da faculdade, as autoridades buscaram enaltecer a Ilha de Moçambique e sua população.

O evento que contou com educadores, políticos e técnicos do GACIM, entre outras autoridades, ressaltou a importância do turismo para a ilha e para o país, rememorou momentos e personagens históricos durante a luta pela independência como Eduardo Mondlane⁴⁸ e aplaudiu as manifestações culturais, mas parecia não se identificar com a cidade de Macuti. A lembrança do fundador da Frelimo reifica, conforme Canivete (2017) a política moçambicana de criação de uma memória coletiva e de identidade nacional durante o período de independência, pois a morte do guerrilheiro serviu de motivação para a criação do Dia dos Heróis, comemorado no dia 03 de fevereiro, e que faz referência a todos que lutaram contra o governo colonial. Entretanto, o uso do *Local* para a festividade parecia competir com o contra-uso das crianças para a busca de comida, e

⁴⁸ Eduardo Mondlane foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, e morreu em um atentado à bomba.

falava mais nas entrelinhas sobre a realidade social daquele lugar, do que os discursos e citações proferidas ao microfone.

Outro evento interessante de ser analisado foi o Primeiro Festival das Baleias. Organizado por estrangeiros que exploram o turismo na ilha, o evento buscou incrementar a cadeia turística com mais uma data anual para se comemorar. Anualmente durante o mês de agosto as baleias Jubarte saem das águas frias do polo sul para se reproduzirem e alimentar seus filhotes em águas tropicais e subtropicais. Muitos indivíduos adultos e filhotes sobem a costa de Moçambique durante esse período atraindo turistas que buscam vê-los de perto.

Sempre em busca de atividades para atrair visitantes, empresários com o apoio do poder público municipal se uniram para criar o festival que começou com uma série de capacitações e a mobilização da população. Além de oficinas com crianças nas escolas, muitos pescadores foram reunidos e orientados acerca da importância natural das baleias e da oportunidade de faturamento com o turismo. Além de conhecer os hábitos das baleias, os pescadores e barqueiros foram informados sobre o risco de afastá-las com os motores dos barcos, além do risco de machucar os filhotes que, misturados ao baleal, acompanham suas mães.

A capacitação que ocorreu em um edifício restaurado e usado por uma rede bancária na cidade de Pedra e Cal envolveu barqueiros, pescadores, guias turísticos, além de professores e alunos da Universidade Lúrio. Durante toda uma tarde as pessoas assistiram apresentações de cartazes que descreviam como as baleias se deslocam, e a maneira e o raio de aproximação que não deve ser transposto pelos barcos. Escutaram sobre os problemas de usarem embarcações a motor na observação das baleias e sobre a necessidade de se revezarem na atividade sob o risco de afugentá-las.



Figura 117: Capacitação realizada para o Festival da Baleia 2019. Foto do autor.

Após o treinamento, o Festival das Baleias foi lançado em uma linda manhã de sábado no edifício da antiga alfândega. O edifício é um grande galpão com uma porta e janelas voltadas para a costa. No fundo um pequeno deque o separa do oceano onde uma cumprida rampa desce ao mar e permite a atracagem de embarcações. Localizado em frente ao Museu da ilha, antigo Palácio São Paulo, o imóvel compõe a principal paisagem de poder construída na Ilha de Moçambique durante o período colonial e atualmente é o principal ponto de encontro e socialização entre turistas e moradores, principalmente guias turísticos, barqueiros e vendedores de miçangas e artesanatos.

Lá dentro foi montado com bambu um enorme esqueleto de baleia, de frente à entrada, algumas mesas foram colocadas encostadas na parede para servir o lanche, próximo a essas mesas, dezenas de desenhos feitos por crianças foram fixados na parede, e do outro lado do esqueleto de baleia, encostado na outra parede, algumas cadeiras foram enfileiradas de frente para um púlpito e uma parede onde o projetor permitiu as apresentações. Perto das cadeiras alguns banners em inglês traziam explicações sobre as baleias e seus comportamentos.

Na porta de entrada, um simpático recepcionista esperava e convidava as pessoas que se aproximavam para entrar. Embora a entrada fosse livre e sem custos, nem todas as pessoas se sentiam à vontade para entrar, uma barreira invisível parecia manter muitos moradores do lado de fora do grande edifício colonial. Curiosos olhavam para dentro com certo estranhamento. Quando visitantes desejados chegavam à porta o recepcionista sorria e curvava levemente seu corpo em sinal de boas-vindas, por outro lado, quando visitantes aparentemente indesejáveis chegam perto, o recepcionista se colocava entre eles e a porta afastando as pessoas que davam meia volta e iam embora.

Antes de iniciar as apresentações os convidados tomaram assento nas cadeiras de frente ao púlpito. Nas primeiras cadeiras se sentaram as autoridades políticas, em seguida os empresários do turismo, depois alunos da universidade, e ao fundo, se sentaram jovens e crianças da cidade de Macuti. Em atividades como essas, as crianças são sempre nitidamente indesejadas, porém são toleradas. Elas costumam ficar juntas, formando um grupo coeso que se protege das investidas de pessoas que tentam afastá-las. Como uma espécie de “cardume” de peixes, elas se deslocam em grupo.

As crianças da cidade de Macuti são facilmente identificadas, estão normalmente com roupas surradas e de pés descalços cobertos pela terra dos caminhos sinuosos dos bairros. Quando uma criança é proibida de se sentar ou de entrar em algum recinto, todas ficam com ela. Dá mesma forma, quando uma consegue furar a barreira e avançar nos lugares, como um só corpo, todas as seguem e conquistam o ambiente. Como são crianças, existem momentos de rivalidades entre elas,

contudo, percebe-se uma forte solidariedade que é expressa pela troca de olhares, na coesão dos grupos e no compartilhamento de alimentos entre si.

Ao final das apresentações feitas na parede por um projetor, os convidados foram levados para o deque aos fundos do edifício para assistirem a uma apresentação de Tufo. As autoridades ficaram em pé na fila da frente e uma a uma, foram convidadas para dançarem com as dançarinas. Algumas crianças arriscaram se sentar no chão atrás da primeira fila, mas logo foram retiradas e se uniram ao grupo de crianças no fundo. Também foi apresentada uma peça teatral pelos alunos da Universidade Lúrio chamando atenção para a importância das baleias. Por fim, um lanche foi servido e após as autoridades se servirem, as crianças avançaram sobre a mesa de comida provocando uma grande confusão, o que ocasionou a expulsão delas do evento e o encerramento da atividade.

A implantação das atividades turísticas impulsionadas pela política de patrimônio convive com as diferenças históricas que habitam a Ilha de Moçambique. A exótica separação entre cidade de Pedra e Cal e cidade de Macuti transcende a malha urbana e alcança os corpos identificados pela poeira da antiga pedreira. A desigualdade social naturalizada pelo relatório do Livro Azul constrange moradores e turistas que vivenciam o cotidiano na ilha, principalmente nos movimentos das crianças, que mesmo vigiadas, contestam essa separação e avançam pelos muros invisíveis impostos a elas.

Porém, há lugares em que essa separação temporariamente é rompida. Um dos principais espaços de socialização entre visitantes e moradores locais é o bar chamado *Beach Club*. Localizado na praia em frente à mesquita das Palmeiras, o bar que está próximo ao limite da cidade de Pedra e Cal com a cidade de Macuti é frequentado por muitos ilhéus e é uma das poucas opções de diversão nas noites da ilha, além dos hotéis e eventos festivos. O bar que serve comidas e bebidas possui uma área fechada construída de materiais precários, estrutura de madeira e cobertura de palha, e uma área aberta onde cadeiras e mesas na areia da praia oferecem uma visão muito prazerosa aos visitantes de céu estrelado há poucos metros do mar.

Como a principal atração é a música que toca todas as noites até de madrugada, o *Beach Club* é o ponto favorito para a dança e a diversão na Ilha de Moçambique. Muitos turistas frequentam o lugar, o que o torna ponto estratégico para guias turísticos, vendedores de miçangas, barqueiros e outros profissionais, principalmente os que atuam no mercado informal do turismo e buscam novos clientes. Também atrai, de maneira muito discreta, o tráfico de drogas e a prostituição. O *Beach Club* é o lugar mais movimentado nas noites da Ilha de Moçambique, atraindo inclusive agendes públicos, políticos e empresários locais que se divertem junto a moradores locais e turistas de todo o mundo. Entretanto, há um evento festivo que é esperado por todos e que é anunciado pelos programas televisivos de todo o país.

O aniversário da Ilha de Moçambique, comemorado no dia 17 de setembro, atrai turistas de muitas partes de Moçambique e muda completamente a rotina dos moradores da ilha, principalmente os da cidade de Macuti, que se preparam para oferecer os alimentos típicos, as danças, as roupas tradicionais e uma experiência cultural da vida na antiga capital. Em 2019 quando acompanhei o evento durante o trabalho de campo, a Ilha de Moçambique completou 201 anos como cidade e as festividades duraram três dias.

Durante o período em campo, ouvi de muitas pessoas que o turismo na ilha estava fraco, que em anos anteriores muitos navios de Cruzeiros aportavam por lá e enchiam a península de turistas de todo o mundo, principalmente europeus. Na semana do aniversário da Ilha de Moçambique a sensação era a de turismo fraco e poucos visitantes. Contudo, as eleições que aconteciam no mesmo período ajudaram a movimentar a cidade, com militantes da FRELIMO e da RENAMO que estavam hospedados na ilha. Além das hospedarias, os restaurantes também aproveitavam o movimento para faturar com visitantes políticos, turistas e equipes de jornalismo.

Durante as comemorações do aniversário da Ilha de Moçambique, um festival de cinema itinerante também chegou e chamou atenção dos moradores, principalmente das crianças. Segundo os realizadores do festival, em Moçambique existem poucas salas de cinema, e por isso, com patrocínio do governo federal, eles viajam por todo país com um ônibus equipado com uma tela para projeção, câmeras e projetores expondo filmes moçambicanos, inclusive alguns produzidos por eles mesmos. Duas apresentações ao ar livre chamaram atenção, uma foi realizada na cidade de Macuti e a outra na cidade de Pedra e Cal.

Na cidade de Macuti a apresentação aconteceu no *Local* que ficou cheio de moradores, principalmente crianças. Com uma das paredes pintadas de cal para servir de tela para a projeção, alguns documentários feitos sobre a Ilha de Moçambique foram apresentados. No geral, os documentários abordavam questões relacionadas à tradição *makhuwa*, o Tufo e a submissão feminina nos casamentos. Sentados no chão, centenas de pessoas assistiram às apresentações com muita animação, interagindo com os personagens que eram interpretados por moradores locais que estavam no meio do público.



Figura 118: Festival de cinema no Local, na cidade de Macuti 2019. Foto do autor.

Um dos momentos áureos dessa noite foi a apresentação do desenho animado *Kiriku* que baseado em contos africanos, apresenta a história de um recém-nascido super inteligente, que nasce sabendo falar, andar e correr, e que está predestinado a salvar sua aldeia de uma feiticeira. Muito corajoso e brincalhão, *Kiriku* se envolve em muitas aventuras e desafios, mostrando que a inteligência e a força moral são mais fortes que todas as dificuldades. O desenho que foi traduzido para a língua *emakhuwa* emocionou as crianças e muitos adultos.

Por outro lado, a projeção realizada na Fortaleza, na cidade de Pedra e Cal, não atraiu muita gente. Alguns turistas e moradores prestigiaram sem muito entusiasmo os filmes expostos e depois se alegraram com a apresentação de um grupo de Tufo da ilha. O enorme espaço mal iluminado dentro da Fortaleza de São Sebastião fez a escuridão engolir as pessoas que se agasalhavam do frio que a maresia trazia do mar. Após a apresentação, não demorou muito para todos deixarem o lugar e voltarem para seus hotéis.

As festividades em comemoração ao aniversário de 201 anos da Ilha de Moçambique continuaram, e na cidade de Macuti muitas famílias se empenharam para produzir alimentos para a festa. Nos arredores da Fortaleza, agentes municipais aparam a grama para que vendedores pudessem montar suas barracas e comercializar comidas e bebidas para os milhares de visitantes. Um dia antes do aniversário, a cidade começou a ficar mais movimentada. A Avenida 25 de junho foi fechada com fitas zebreadas e o campo de futebol ao lado da Fortaleza se encheu de barracas. Na tarde do dia 17 um grande congestionamento se formou na ponte que liga a ilha ao continente e com a chegada da noite a cidade ficou cheia de pessoas.

O que podia ser percebido era poucos turistas estrangeiros e muitos visitantes do continente. A cara da ilha mudou, motocicletas passavam em alta velocidade entre as pessoas, música e barracas espalhadas pela cidade serviam diversos tipos de bebidas. Muitas crianças da ilha perambulavam entre os visitantes, algumas delas sozinhas. Além do *Beach Club*, a *Piscina*, antigo balneário português localizado atrás da Fortaleza, também se preparou para a festa e recebeu muitas pessoas que festejaram a noite inteira. Na Avenida 25 de junho, um grande corredor entre os mercados *Ndelane* e *Motin* foi formado por moradores da cidade de Macuti que vendiam comidas típicas em toalhas pelo chão.

No corredor de comidas típicas a maioria das pessoas que perambulavam de um lado ao outro era de moradores da cidade de Macuti, que também ficavam sentados nas muretas da avenida em grupos, poucos eram turistas. Segundo relato, muitos moradores da cidade de Pedra e Cal saíram da ilha e buscaram hospedagem na casa de familiares ou em hotéis no continente para fugir da confusão e do barulho provocado pela festa. Durante todo o evento, muito pouco foi falado do patrimônio da Ilha de Moçambique, restringindo a algumas poucas falas no encerramento do festival de cinema e durante a apresentação de Tufo, o que corrobora com a opinião do xeique Hafiz Jamu de que o patrimônio imaterial é a “alma da ilha”.

Tamaso (2007) acompanhou as festas tradicionais da cidade de Goiás no Brasil e descreveu-as como práticas de natureza ritual e simbólica que adaptadas à contemporaneidade são institucionalizadas pelos guardiões das tradições que são agentes do patrimônio. Na Ilha de Moçambique esse papel fica a cargo dos agentes políticos e do turismo, pouco ou nada se vê das autoridades tradicionais, que são mencionadas apenas nas apresentações de Tufo, dança que parece resumir o patrimônio imaterial dando autenticidade ao patrimônio celebrado. É importante ressaltar que diferente da Timbila que alcançou o status de patrimônio cultural intangível da humanidade, o Tufo ainda é reconhecido apenas como patrimônio nacional de Moçambique.

Dessa maneira é possível perceber nesses eventos citados que a celebração do patrimônio na Ilha de Moçambique não faz referência à escravidão que deu a cara da ilha atualmente, tão pouco à degradação ambiental que coloca o restauro dos edifícios tombados em cheque. Os eventos suprimem os saberes tradicionais resumindo-os nas apresentações de Tufo, absorvem os conhecimentos culinários, de navegação e construção de embarcações no mercado do turismo, e que por fim, agem como destaca Fabre (2019), tornando a monumental ilha em uma máquina de esquecimento.

Para restabelecer o vínculo com o monumento nessa máquina de esquecimento o autor sugere três possibilidades, “restituir ao monumento uma função cotidiana ou, inversamente, isolá-lo na sua diferença de objeto consagrado a ser visitado e admirado, ou ainda, essa uma terceira via, propor uma alternância de usos que mergulham o monumento em um tempo ritmado, quase ritual”

(FABRE, 2019, p. 10). Na Ilha de Moçambique percebe-se esse isolamento e sua museificação ritmada por eventos festivos que buscam ritualizar momentos de comemoração.

A ausência de referências do passado que marcou o povo *makhuwa* como a tradição religiosa, os saberes e práticas antepassadas e os horrores da escravidão e da degradação ambiental produzem um conjunto de emoções de ausência e de falta de identidade que pode ser vista pela saída de moradores da cidade de Pedra e Cal da ilha e pela baixa participação de moradores nos eventos na Fortaleza de São Sebastião.

Conforme Le Breton (2019, p. 53), essas emoções podem ser percebidas também através de “gestos, mímicas, posturas, olhares, deslocamentos e os distanciamentos do outro ou de um objeto” como pude observar na porta do edifício da antiga alfândega na celebração do Primeiro Festival das Baleias, quando os corpos das pessoas transmitiam significados impregnados de ambiguidades e só percebida por mim após meses de convívio com as pessoas da cidade de Macuti, ou no tratamento dado às crianças em todos os eventos e espaços públicos onde se aglomeram turistas.



Figura 119: Crianças assistindo o filme animado Kiriku e a Feiticeira apresentado no Festival de Cinema durante as comemorações do aniversário de 201 anos da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 120: Moradora da cidade de Macuti preparando bolo de mandioca para ser vendido no aniversário da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 121: Esquina do Mercado Motin na noite de aniversário da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 122: Pista de dança do Beach Club na Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 123: Crianças observam as comidas no aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.



Figura 124: Alunas de uma escola local aguardam o momento de sua apresentação de Tufo durante a comemoração do aniversário de 02 anos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Ilha de Moçambique 2019. Foto do autor.

Considerações finais

As cidades são provavelmente fontes inesgotáveis de pesquisa e são interpretadas há muitos anos por diversos estudiosos, bem como as políticas públicas que disciplinam as transformações urbanas em torno do mundo, a exemplo de Zukin (2000), Magnani (2003a) e Harvey (2014). No âmbito das ciências sociais, especialmente da antropologia, pesquisas importantes sobre os sentidos dados aos lugares e as disputas físicas e simbólicas envolvendo os espaços públicos e privados já foram realizadas por Leite (2007), Augé (2010), Tamaso (2012), De Certeau (2014) e Fortuna (2019), e têm ampliado nossa forma de compreender as dinâmicas sociais no tecido urbano e contribuído de maneira significativa para a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas.

Entre as políticas que agem no planejamento urbano e na vida dos cidadãos nas esferas nacionais e internacionais, destacaram-se para essa pesquisa as políticas patrimoniais capitaneadas por agências nacionais como o IPAHN no caso do Brasil, o GACIM no caso de Moçambique e da Unesco no âmbito mundial. Mais recentemente, as questões relacionadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas também começaram a ser relevantes para as pesquisas patrimoniais como descrito por (Harrison e Sterling, 2020) e (Zinitaro, 2021).

Considerando que as construções e reconstruções urbanas estão ligadas a fluxos econômicos transnacionais que com a globalização têm se tornado eixos fundamentais nas economias capitalistas, essa pesquisa se preocupa com os efeitos desse processo que envolve a gentrificação de moradores locais para a construção de grandes projetos e os efeitos nos ecossistemas agravados pelo consumo de riquezas naturais utilizadas nos processos produtivos ou alterados para a exploração turística.

Na Ilha de Moçambique puderam-se observar através da política patrimonial as estruturas ainda coloniais que perduram nas relações entre o norte e o sul global. A partir da análise das leis e normas publicadas desde o período colonial acerca do patrimônio moçambicano, ficou clara a estrutura de dominação institucionalizada através das políticas públicas que influenciou na conservação de uma memória selecionada e na construção de uma identidade nacional que minimiza os impactos do período da colonização e integra o país na economia global ocidental.

Os efeitos dessas políticas ficam nítidos quando observamos os sentidos dados aos lugares pelos diversos atores envolvidos, como os gestores públicos, os técnicos burocratas, os investidores e a população. A partir desses múltiplos sentidos dados aos lugares surgem os conflitos e as disputas pelo direito de uso dos espaços públicos e privados, a construção e mobilização de narrativas que lançam mão de conceitos técnicos de grupos autorizados alinhados com movimentos políticos internacionais.

Os desafios de se viver na cidade de Macuti convivem com o forte desejo de conservar a identidade e a tradição makhuwa que marcou a ilha durante séculos, e a deficitária infraestrutura dos bairros somada ao baixo investimento público estimula os moradores a empreenderem mudanças em suas casas que constroem as leis patrimoniais fiscalizadas pelo GACIM, o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique.

Do piso de concreto ao telhado de zinco, a necessidade de banheiros, de fossas sépticas, de barreiras que impeçam que a enxurrada invada as casas e novos cômodos para abrigar as famílias que crescem se destacam como intervenções corriqueiras que transformam os bairros, impulsionam a economia da construção civil e da economia familiar, com o aluguel de cômodos e a divisão de despesas.

Na cidade de Pedra Cal a venda dos imóveis tombados para a elite moçambicana e para estrangeiros usarem como casas de férias ou para a crescente economia do turismo promove uma revolução arquitetônica que desafia os construtores que precisam de criatividade para adaptar os edifícios ao gosto dos compradores e articulação para atender os órgãos governamentais quanto às características patrimoniais.

Nos dois casos, o uso das riquezas naturais socializa os prejuízos urbanísticos e ambientais, e esbarra em leis protetivas e em uma crescente consciência planetária acerca da degradação ambiental e dos efeitos das mudanças climáticas colocando em cheque os planos de desenvolvimento de uma ilha localizada na rota dos ciclones tropicais e que pode desaparecer com os efeitos do aquecimento global e o aumento das águas dos oceanos.

Durante a discussão sobre o Plano de Estrutura Urbana da ilha (PEU), os termos técnicos que distancia a população da compreensão dessa ferramenta de planejamento são confrontados pelas queixas dos moradores sobre as dificuldades do dia a dia, escancara os efeitos colaterais das políticas patrimonial e econômica que impulsiona o turismo na região, e desafia os gestores para elaboração de uma política mais inclusiva e mais próxima da realidade dos moradores locais.

A crescente e globalizada economia do turismo pressiona os governos por políticas públicas que valorizam os edifícios patrimoniais da Ilha de Moçambique negligenciando o patrimônio imaterial que sobrevive orbitando essas paisagens de poder e animando as performances patrimoniais consumidas pelos visitantes ávidos pelo sentimento de conquista e de nostalgia cristalizado nas narrativas dos guias e dos catálogos turísticos.

Os saberes e práticas tradicionais sobrevivem no cotidiano e garantem a sobrevivência de muitas famílias que trabalham para abastecer a economia do turismo com alimentos e serviços que dependem de conhecimentos ancestrais. Da pesca à construção de casas, passando pela mineração de miçangas e a produção de artesanato, o trabalho mal remunerado não promove o crescimento econômico local e desafia as lideranças locais que articulam as políticas patrimoniais.

Na casa do xeique, o passado escravagista oculto no subterrâneo contrasta com a manutenção de rituais tradicionais e a militância pela valorização do patrimônio imaterial, que segundo o líder religioso, será capaz de garantir viva “a alma da ilha” e democratizar os lucros advindos do turismo que até então tem vendido as casas a estrangeiros, expulsado os moradores locais e subempregando os jovens ilhéus, que sem perspectivas, aumentam a fila dos desempregados e “encostados”.

Articulando esse sistema patrimonial Tamaso (2015) composto pelas casas, a tradição, as leis, o trabalho e os monumentos, as manifestações eleitorais fazem emergir nas ruas da Ilha de Moçambique as disputas do passado, do presente e os diversos desejos de futuro. Os deslocamentos das passeatas, a apropriação dos espaços públicos e a subversão dos símbolos tradicionais são colocados à mesa e utilizados para mobilizar os moradores e leva-los às ruas em marcha.

Nas eleições emergem projetos de poder que crescem há anos em solo moçambicano, visões de vida que se contrastam e escrevem diferentes gramáticas urbanas, que também, movimentam a economia local e expõe divergências familiares e comunitárias. É nas ruas da antiga capital que as políticas coloniais ainda brandam seus gritos e desejos de integração internacional, que defendem a identidade do “novo” povo moçambicano e desprezam os saberes tradicionais relegados à tribalismos. Por outro lado, físico e literal, já que as passeatas se deslocam a partir de sentidos opostos pelas ruas da cidade, jovens e mulheres principalmente, questionam a corrupção governamental, o abandono político da região norte do país e clamam por mudanças.

Porém, a vida não é marcada apenas pelo cotidiano, pelo trabalho e pela política, há também os momentos de lazer e diversão, momentos de festa na ilha. Festas que amenizam momentaneamente as dores e as disputas, mas que mantém em suas entrelinhas os conflitos pelos sentidos, usos e contra-usos dos espaços públicos (LEITE, 2007) e (TAMASO, 2012). As festas como oportunidades de pesquisa e compreensão da vida cidadina (Magnani, 2003b) expõem na Ilha de Moçambique, as mazelas da política patrimonial em dissonância com o planejamento urbano.

Enquanto satélites continuam escaneando o céu, acelerando a comunicação e espacializando o tempo, nos gabinetes políticos e escritórios corporativos pelo mundo, o bazar global dos lugares comercializa espaços e fetichiza culturas em um processo fabril de “teatralização da modernidade” Canclini (1998) e “monocultura da mente” Shiva (2003), onde cidades como Goiás no Brasil, Malaca na Malásia, Évora em Portugal e Ilha de Moçambique em Moçambique ocupam as prateleiras.

Referências bibliográficas

- ARPAC, Instituto de Investigação Sócio-cultural de Moçambique. *Inventário do patrimônio cultural intangível de Moçambique*. São Paulo, Brasil e Maputo, Moçambique, 2010.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Seis modos de ver a cidade*. Cênone Editorial, Goiânia, 2017.
- ARROYO BELMONTE, Rocío. *Alienación territorial a través del patrimonio mundial: análisis de la Lista del Patrimonio Mundial de América Latina e em Caribe desde la perspectiva de la geopolítica crítica*. Relaciones Internacionales. UAM Ediciones, n. 48, Madrid, 2021.
- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Tradução Bruno César Cavalcante, Rachel Rocha de Almeida Barros; revisão Maria Stela Torres B. Lameiras; EDUFAL, UNESP, Maceió, 2010.
- BHABHA, Homi K. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: textos seletos de Homi Bhabha* (Org.) Eduardo F. Coutinho. Introdução: Rita T. Schmidt. Tradução: Tereza Dias Carneiro, Rocco, Rio de Janeiro, 2011.
- BARRADAS, Ricardo. *Ilha de Moçambique: estórias da sua história*. Edição do autor, Maputo, 2018.
- BERLINER, David. *Multiple nostalgias: the fabric of heritage in Luang Prabang (Lao PDR)*. Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.) 18, 2012 p. 769-786.
- BRAGARD, Romain. *Em torno do desejo turístico*. In Antropologia e performance: ensaios napedra. (Org) John Dawsey; Regina Moller; Marianna Monteiro. (et al) Terceiro nome, São Paulo, 2013 p. 147-160.
- CACHAT, Séverine. *Ilha de Moçambique: uma herança ambígua*. Tradução: Jorge Mbanze. Alcance Editores, Maputo, 2018
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. Edusp, São Paulo, 1998.
- CANIVETE, Belchior. *Memória e espaço: a comemoração do Dia dos Heróis, no Monumento aos Heróis Moçambicanos, na cidade da Beira, província de Sofala*. Patrimônio e Memória, v. 13, n. 02, p. 136-145, julho-dezembro, Unesp, São Paulo, 2017.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22ª Editora Vozes, Petrópolis, 2014.
- COUTO, Mia. *A menina sem palavra: histórias de Mia Couto*. Boa Companhia, São Paulo, 2013.
- FASI, Mohammed El. *História Geral da África III: África do século VII ao XI*: UNESCO, Brasília, 2010.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Tradução: Maria Manuela Rocha, 2ª edição, Celta Editora, Oeiras, 1999.

- DANTAS, Emiliano Ferreira. *A imagem enquanto leitura e escrita do mundo: leve e a ferida colonial em São Tomé*. Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2021.
- ESCOBAR, Arturo. *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento*. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (Org) Edgardo Lander. Colección Sur Sur, CLASCO, p. 133-168. Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2005.
- FABRE, Daniel. *Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento*. Revista memória em rede, v. 11, nº 21, Pelota, Jul./Dez 2019.
- FERNANDES, Ana Maria Vieira. *Turismo e redução narrativa: uma discussão à luz do patrimônio mundial modernista de Barcelona*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 6, n. 2, Barcelona, 2016
- FORTUNA, Carlos. *Urbanidades invisíveis*. Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 1, jan-abr, 2019.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, 2007.
- GUPTA, Akhil, FERGUSON, James, *Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença*. In *O espaço da diferença*, Arantes, Antônio, A. (org.). p. 30 – 49, Papirus Editora, Campinas SP, 2000.
- HALL, Stuart. *As modernidades e seus outros: três momentos na história das artes da diáspora Negra do Pós-Guerra*. ArtÁfrica – Centro de Estudos Comparativos. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2009.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo. Martins Fontes, São Paulo, 2014.
- HERZFELD, Michael. *A place in history: social and monumental time in a Cretan Town*. In: *The Anthropology of Space and Place: locating culture/* edited by Setha M. Low and Denise Lawrence-Zúñiga. Blackwell Publishing, 1991.
- IBARLUCEA, Laura. *De barrio Sur a patrimonio mundial de la humanidad: patrimonialización del barrio histórico de Colonia del Sacramento-Uruguaí*. Estudios y Perspectiva en Turismo, Documentos Especiales, v. 24, p. 374-398, Buenos Aires, 2015.
- INGOLD, Tim. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais*. Horizontes Antropológicos, ano 18, n. 37, jan/jun, p. 25-44, Porto Alegre, 2012.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2019.
- LEITE, Carlos AWAD, Juliana di Cesare Marques. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*, Bookman, Porto Alegre, 2012.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, 2ª Edição, Editora UNICAMP, Campinas, SP; Editora UFS, Aracaju, SE, 2007.

LEITE, Rogério Proença. *A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea*. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 53, n. 1, p. 737 – 756. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LE BRETON, David. *Antropologia das emoções*. Tradução de Luís Alberto S. Peretti, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2019.

LIMA FILHO, Manuel, Ferreira, *Cidadania Patrimonial*. Revista Antropológicas, Ano 19, V. 26 (2), p. 134 – 155, 2015.

LOBATO, Alexandre. *A Ilha de Moçambique (Monografia)*. Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo, 1945.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A antropologia urbana e os desafios da metrópole*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, Vol. 15, N. 1, p. 81-95, São Paulo, 2003a.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade*. 3ª ed. Hucitec/ UNESP, São Paulo, 2003b.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*, Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2012.

MASAO, Fidel; MONTORE, Henry. *História Geral da África, III: África do século VII ao XI*. Editado por Mohammed El Fasi. UNESCO, Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique*, República de Moçambique, Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE, Secretaria de Estado da Cultura. *Ilha de Moçambique: relatório – report 1982-85*. Phonix A/S, Århus 1985.

MOLINA, Bárbara. *La percepción ciudadana sobre la sostenibilidad del patrimonio mundial. El caso del centro histórico de Santa Ana de Cuenca*. Pensamiento Americano, v. 12, n.24, p. 79-95, Barranquilla, 2019.

MORAIS, Sara Santos. *Timbilas como prática social e como patrimônio da humanidade: narrativas em torno de um “bem cultural” chope*. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília 2018.

OMAR, Lúcia Laurentinaa; JÚNIOR, Euler Sandeville. *Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique*. Revista CPC, USP, São Paulo, n. 18 p. 4-28, dez. 2014/abr. 2015.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia*. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2006.

PHIBEL, Evelyne Béatrice, *Patrimônio Mundial: Solução ou Problema?* Ponteditora, Herança – Revista de História, Patrimônio e Cultura, v. 1, n. 2, Madeira, 2019.

PIRES, Ema. *Emporium & Warisan: re-inscrevendo o património colônia*. Sociedade e Cultura, V. 22, N. 02, p. 84 – 105, ago – dez, Goiânia, 2019.

- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, p. 200-2012, Rio de Janeiro, 1992.
- RAPOSO, Paulo. *Diálogos antropológicos: da teatralidade à performance*. In Performance, Arte e Antropologia. (Org.) Francirossy Campos Barbosa Ferreira e Regina Polo Müller. Editora Hucitec, p. 19-47. São Paulo, 2010.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Marcavisual, Porto Alegre, 2013.
- ROCHA, Aurélio. *Os Afro-islamizados da costa de Moçambique: a terra e os homens*; In Ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas. Org. Matteo Angius e Mario Zamponi; p. 26 – 35. Editora AIEP, San Marino, 1999.
- HARRISON Rodney; STERLING Colin. *Deterritorializing the Future: heritage in, of and after the anthropocene*. Open Humanities Press, Londres, 2020.
- SANTAMARINA, Beatriz; MÁRMOL, Camila Del. “*Para algo que era nuestro... Ahora es de toda la humanidad*”: el patrimonio mundial como expresión de conflictos. Chungara Revista de Antropología Chilena, v. 52, n. 1, p. 161-173, Arica, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica, ed. 2. reimp. Belo Horizonte, 2021.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, São Paulo, Gala, 2003.
- SHIVA, Vandana. MARÍA Mies, *Ecofeminismo: teoria, crítica y perspectivas*, Icaria Editorial, Barcelona, 1997.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo. MEDAGLIA, Juliana; *O papel histórico do turismo de massa na consolidação da União Europeia e suas relações com a política nacional de turismo no Brasil*. Turismo - Visão e Ação, vol. 12 n. 2, p. 159-171, Camboriú, 2010.
- SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*, In Bidou-Zachariassen, Catherine (coord.). De 137 volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos: Annablume, São Paulo, 2006.
- SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. Taylor & Francis Group, Londres e Nova Iorque, 2006.
- SMITH, Laurajane. WETHERELL, Margaret. CAMPBELL, Gary. *Emotion, Affective Practices, and the Past in the Present*, Routledge, 1ª Edição, Londres, 2018.
- SOARES, Evanna. *Audiência pública no processo administrativo*. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 229, p. 259-284, jul. 2002.
- SOUSA, Carla Almeida. *Ilha de Moçambique: negociando o patrimônio colonial em redor do turismo cultural*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA, Salvador, 2011.

- TAMASO, Isabela Maria. *Em nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- TAMASO, Izabela Maria, *Etnografando os sentidos do lugar: pintando, declamando e cantando a cidade de Goiás*. In: TAMASO, Isabela Maria, LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*, Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, pp. 219 – 244, 2012.
- TAMASO, Isabela Maria. *Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás*. *Revista Antropológicas*, ano 19, vol. 26(2). 2015.
- TRALLERO, Alberto Samudio. *Cartagena veintiún años después de ser declarada patrimonio mundial*. *Memorias*, ano 3, n. 6, Uninorte, Barraquilla, 2006.
- TUAN, Yi-Fu, *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, tradução Lívia de Oliveira, DIFEL, São Paulo, 1983.
- TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. PAJ Publication, Michigan, 1986.
- VIANA, Nildo, *Memória e Sociedade: a luta pela rememoração*, Edições Enfrentamento, Goiânia, 2020.
- ZAMPOLI, Mario. *Ilha de Moçambique: encruzilhada de povos e culturas no Oceano Índico*; In *Ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas*. Org. Matteo Angius e Mario Zamponi; p. 10 - 25. Editora AIEP, San Marino, 1999.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. *O patrimônio mundial em território brasileiro: vulnerabilidades à conservação em um cenário de mudanças climáticas*. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 9, p.95-123, Florianópolis, 2021.
- ZUKIN, Sharon. *Gentrification: culture and capital in the urban core*. *Annual Review of Sociology*, Vol. 13. p. 129 - 147, 1987.
- ZUKIN, Sharon. *Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In Arantes, Antônio Augusto (org). *O espaço da diferença*. Papirus, p. 80 – 103, Campinas, 2000.
- ZUNGUENE, Claudio. *Paisagens históricas, urbanas e culturais da Ilha de Moçambique: desafios na preservação do patrimônio*. *Acervo Suaíli Digital*. CNPq, PUC Rio, 2018. Disponível no <http://www.acervodigitalsuaili.com.br/para-aprofundar/publicacoes> em 07 de julho de 2021.